



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH - CAMPUS V  
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

**MARIA DE FÁTIMA FERNANDES BRASÃO**

**COTIDIANO E TRABALHO DAS MARISQUEIRAS E CATADEIRAS  
DE VALENÇA - BA (1960-2000)**

Santo Antônio de Jesus - Bahia  
2011

**MARIA DE FÁTIMA FERNANDES BRASÃO**

**COTIDIANO E TRABALHO DAS MARISQUEIRAS E CATADEIRAS  
DE VALENÇA - BA (1960-2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, *Campus V* – Santo Antônio de Jesus-BA, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira.

Santo Antônio de Jesus - Bahia  
2011

---

Brasão, Maria de Fátima Fernandes.

Cotidiano e trabalho das marisqueiras e catadeiras de Valença - BA (1960-2000). / Maria de Fátima Fernandes Brasão. Valença - Bahia [s.n.], 2011.

134 f.: il

Orientadora: Profª. Drª. Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Programa de Mestrado em História Regional e Local, 2011.

1. Valença – Cotidiano e Cultura. 2. Manguezal. I. Oliveira, Ana Maria Carvalho dos Santos de. II. Universidade do Estado Bahia, Programa de Mestrado em História Regional e Local.

CDD: 726.698142

---

Elaboração: Biblioteca Campus V - UNEB

Bibliotecária: Adriana S. Freitas Sampaio – CRB-5/1218.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA FERNANDES BRASÃO

**COTIDIANO E TRABALHO DAS MARISQUEIRAS E CATADEIRAS  
DE VALENÇA - BA (1960-2000)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira - UEFS/UNEB (Orientadora)

Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras - UFBA (Titular)

Profa. Dra. Sara Oliveira Farias - UNEB (Titular)

Prof. Dr. Gilmário Moreira Brito - UNEB (Suplente)

Profa. Dra. Elizete da Silva - UEFS (Suplente)

Santo Antônio de Jesus, Bahia, 06 de julho de 2011.

A  
Avani e Joel (meus pais), minha sogra  
Dolores, meu filho Gustavo e meu  
esposo Lamarck.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir a realização deste sonho. A Ele que, nos momentos de aflição, nunca me faltou, clareando minha memória e direcionando a minha escrita.

A minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Carvalho dos Santos Oliveira, peça fundamental neste processo, que, com sabedoria, amizade, responsabilidade e valiosas sugestões, conduziu a orientação desta dissertação, ajudando-me a trilhar caminhos de incertezas. Obrigada por sua tranquilidade, competência, afetividade e “puxões de orelhas”, incentivando-me nesta caminhada.

A Maria Luiza, pela gentileza e meiguice sempre que atendia a meus telefonemas, nunca se esquecendo de transmitir os recados para Ana Maria, sua mãe.

A Lamarck, esposo, amigo e companheiro inseparável que, com paciência, soube entender minha insegurança e ansiedade, não medindo esforços para me ajudar a trilhar difíceis caminhos durante a pesquisa. Seu amor foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

A meu filho Gustavo que, desde pequenino, soube entender os momentos de estudo da mamãe e, na sua inocência, chegava a dizer: “Minha mãe, posso te ajudar?” E em outros momentos: “Minha mãe, você precisa descansar, está estudando muito, vou dividir minhas férias com você!” Que este esforço sirva de exemplo para você, meu filho, que, a todo o momento, me surpreendia com tamanha inteligência e sensibilidade para uma criança quando ainda tinha apenas seis anos.

A meus pais, Avani e Joel, que nas suas orações jamais deixaram de pedir a Deus por mim; a vocês, devo tudo que sou.

A meus queridos irmãos Joel, Jailda, Conceição, Jacilda e Cristóvão, que, incessantemente, torciam por mim. Valeu a força!

A meus queridos sobrinhos, Tiago, Rafael, Ladyane, Ladydayane, Jéssica, Bruno e Victor, que sempre demonstraram interesse por meus estudos.

A minha cunhada Sulivam, pelas vezes que lia meus escritos, sinalizando fragilidades que, devido ao cansaço, passavam despercebidas. Sua ajuda foi de grande valia nesta dissertação.

Ao meu cunhado Francisco Pessoa, por apontar importantes correções na escrita.

A minha sogra Dolores Brazão, que sempre comemorou cada etapa vencida durante o mestrado e, muitas vezes, sentada no sofá da sala, pacientemente ouvia alguns dos meus escritos e sempre tinha uma sábia contribuição. Seu apoio foi muito importante para mim!

Aos professores doutores Maria das Graças de Leal Andrade, Raimundo Nonato Pereira Moreira, Suzana Severs, Gilmário Moreira Brito e Wellington Castellucci Júnior, que, durante dois anos, fizeram parte da minha vida acadêmica no Mestrado de História Regional e Local.

À professora doutora Ely Souza Estrela (*in memoriam*), por, na época, ter-me aceitado para fazer o Tirocínio em sua turma.

Aos alunos do VII semestre do Curso de História da UNEB, *Campus V*, pelo acolhimento durante o período do Tirocínio.

Aos professores doutores Lina Maria Brandão de Aras, Sara Oliveira Farias, Gilmário Moreira Brito (suplente) e Elizete da Silva (suplente), por aceitarem compor a minha banca de defesa, especialmente as professoras Lina e Sara, pelas valiosas contribuições durante a qualificação.

Aos colegas Alex, Antônio, Ednair, Gabriela, Gilson, Leila, Lielva, Maria Regina, Marilva, Mayra, Melina, Moises, Oscar, Priscila, Wadson e Wilma, pela boa convivência durante esses dois anos.

As amigas Marta Nogueira (Martinha), Simone Figueiredo, Josiane Thethê, Ane Nunes, Consuelo Silva, Vilma Braga, Julinara Vieira pelo apoio e incentivo.

Especialmente à colega Wilma Souza e a seu esposo Antônio, pelas vezes que me acolheram em sua residência.

A Rosana Gomes e a Neli Paixão, pela gentileza no empréstimo de muitos livros.

Ao Sr. Araken Vaz Galvão, pela gentileza em esclarecer algumas dúvidas relacionadas a Valença, especialmente no que tange ao Bairro do Têto, e por ter disponibilizado sua biblioteca particular durante o período de pesquisa.

Ao Sr. Geraldo de Souza, funcionário da biblioteca da UNEB, *Campus V*, que, sempre com um sorriso e gentileza, procurava ajudar-me a encontrar livros com maior rapidez.

A Janete Vomeri e a Valdenilze Oliveira, funcionárias do Memorial da Câmara Municipal de Valença, pela gentileza em atender às minhas procuras.

A Telma Pereira, Helena Bastos e Camila de Carvalho, pelos valiosos contatos no bairro do Mangue Seco.

Agradeço, ainda, aos amigos Maria Raimunda Almeida Silva (Raimundinha), Edla Maria Barreto, Cláudia Tomé, Argemiro Mendes Santana, Francisco Nascimento, Terezinha Moscovô, Virgínia Negreiros e Ângela Marques, pelo incentivo durante o mestrado.

A Cláudia Santos da Silva, por disponibilizar fotografias de grande importância para este trabalho.

A minha funcionária do lar, Damiana Soares, companheira de caminhada nos difíceis lugares em busca de entrevistas.

Especialmente à professora Solange Mendes da Fonsêca, por ter feito a revisão desta dissertação.

Por último e não menos importante, às marisqueiras e catadeiras de Valença que gentilmente cederam tantas entrevistas, em especial à marisqueira Maria das Graças Silva Santos “Graça”, que me ajudou a enfrentar o medo em viajar de canoa e pela paciência ao me ensinar a caminhar nos manguezais de Cajaíba, inclusive me orientando como pegar sururu. Aprendi!

A todas as marisqueiras e catadeiras entrevistadas, pois, sem vocês, seria impossível escrever esta dissertação. Recebam o meu carinho e admiração!

O que é escrito, ordenado, factual nunca é suficiente para abarcar toda a verdade: a vida transborda de qualquer cálice.

Boris Pasternak

## RESUMO

O cotidiano das marisqueiras e catadeiras no período de 1960-2000 em Valença, cidade baiana localizada no Baixo Sul, na região conhecida como Costa do Dendê, é o objeto deste estudo. Utilizando-se de fontes orais, buscou-se, entre outros objetivos, traçar o dia a dia dessas mulheres dentro e fora dos manguezais; discutir períodos de fartura contrapondo-se a períodos de escassez nos manguezais valencianos; analisar o porquê do trabalho da mariscagem não continuar a ser passado, de forma significativa, de geração para geração. Além das fontes orais, para a construção da narrativa, foram utilizados material bibliográfico, mapas e fotografias. As marisqueiras e catadeiras são pessoas comuns que trazem efetiva contribuição para a economia de Valença. A mariscagem, nessa localidade, ainda continua sendo praticada de forma artesanal, e, na maioria das vezes, são as marisqueiras que confeccionam os objetos utilizados no trabalho. Penetrar no cotidiano dessas mulheres significa conhecer e registrar situações peculiares a uma profissão secular na região.

**Palavras-chave:** marisqueiras, catadeiras, cotidiano, trabalho, cultura.

## **ABSTRACT**

The daily routine of the women shellfish dealers and catchers in the period of 1960-2000 in Valença, a city from Bahia located in the Low South, region known as Costa do Dendê. Making use of oral sources it was searched, among other objectives, to comprehend the daily routine of these women inside and outside the swamp; to discuss periods of abundance opposing to periods of extreme scarcity in the swamps of Valença; to understand why the work of shellfish catching does not continue passing on in a meaningful way from generation to generation. Beyond the oral sources, used for the construction of the narrative were also used bibliographic material, maps and photographs. The women shellfish dealers and catchers are common people who bring effective contribution to the economy of Valença. The shellfish catching in this location continues being practiced in a handcraft way, most of the times are the women shellfish catchers who build the tools used in their work. Penetrating in the daily routine of these women means to know and to register situations peculiar to a century profession in the region.

Key-words: women shellfish dealers, catchers, daily routine, work, culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Território de Identidade do Baixo Sul .....	23
Figura 2 – Foto de Escuna Industrial passando sob a ponte elevadiça (1952) .....	29
Figura 3 – Foto de Feira Livre de Valença (década de 80) .....	34
Figura 4 – Foto de Vendedora de caranguejos (2010) .....	36
Figura 5 – Foto de Demolição do Mercado Municipal de Valença (1990) .....	38
Figura 6 – Foto do Centro lojista de Valença (1970) .....	39
Figura 7 – Mapa dos Bairros da Cidade de Valença (1999) .....	44
Figura 8 – Foto de Secagem de pequenos peixes ao sol – Bairro do Tento.....	45
Figura 9 – Foto de Catadeira fileitando camarão.....	47
Figura 10 – Foto de Venda de peixes na canoa.....	50
Figura 11 – Foto de uma das Ruas do Bairro do Tento (1998) .....	51
Figura 12 – Foto de Marisqueiras demonstrando uma porção de sururu.....	56
Figura 13 – Foto de Manguezal com a maré alta – corte de mangue adulto .....	66
Figura 14 – Foto de D. Maria Rumana da Conceição – Marisqueira.....	68
Figura 15 – Foto de Casa de uma marisqueira – Povoado de Cajaíba .....	79
Figura 16 – Foto de Marisqueira retirando sururu do manguezal – Cajaíba.....	81
Figura 17 – Foto de Marisqueiras retirando caranguejo da toca (braceamento).....	90
Figura 18 – Foto de Lixo depositado em área de manguezal no Guaibim .....	92
Figura 19 – Foto de Palafita erguida sobre manguezal no Guaibim.....	93
Figura 20 – Foto de Devastação em área de manguezal – Valença.....	96
Figura 21 – Foto de Zambiapunga do povoado de Cajaíba.....	99
Figura 22 – Foto da Igreja de Nossa Senhora do Amparo – Valença.....	105
Figura 23 – Foto de Cortejo a Iemanjá na praia de Guaibim (1998).....	116
Figura 24 – Foto de Mulheres do Samba de Roda de Guaibim .....	123

## **LISTA DE SIGLAS**

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CODEMA – Conselho de Desenvolvimento Municipal Ambiental

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CVI – Companhia Valença Industrial

DORT – Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEIA – Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LER – Lesão por Esforços Repetitivos

OLDESA – Óleo de Dendê Ltda.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SESI – Serviço Social da Indústria

SUS – Sistema Único de Saúde

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 VALENÇA: A CIDADE E AS ÁGUAS.....</b>	<b>19</b>
1.1 UM OLHAR SOBRE A CIDADE: SUA HISTÓRIA.....	19
1.2 ECONOMIA E RIQUEZAS.....	24
1.3 O BAIRRO DO TENTO .....	42
<b>2 COTIDIANO NO MANGUEZAL: TRABALHO E DOENÇA .....</b>	<b>53</b>
2.1 MARISCANDO E CATANDO TODO DIA .....	53
2.2 ADOECER E CURAR: DE VOLTA AO MANGUEZAL .....	75
2.3 DA FARTURA À ESCASSEZ: “ANTES ERA MELHOR!” .....	88
<b>3 COTIDIANO E CULTURA .....</b>	<b>97</b>
3.1 O QUE SE FAZ FORA DO TRABALHO .....	97
3.2 ALEGRAR E REZAR: FESTAS, RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE .....	102
3.3 SAMBA DE RODA: “É COISA DE RAIZ, DO FUNDO DO POÇO!” .....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>128</b>
<b>ENTREVISTAS.....</b>	<b>133</b>

## INTRODUÇÃO

O estilo é a arte da ciência do historiador.  
Peter Gay

Cresci comendo peixes e mariscos. Lembro que, desde os meus sete anos de idade, ouvia de uma vizinha muitas “histórias de pescador”<sup>1</sup> e marisqueiras, que faziam meus olhos de criança brilharem, por achar fantásticas, coisas do outro mundo! Essas histórias me fascinavam e, ao mesmo tempo, traziam medo ao ouvir falar das dificuldades que as mulheres enfrentavam quando penetravam nos manguezais.

Nessa época, embora criança, ainda me lembro de que, no retorno dessas mulheres dos manguezais, sempre no final das tardes, traziam os cestos cheios de caranguejos, aratus, sururus e lambretas. Minha mãe comprava alguns caranguejos, cozinhava e fazia um pirão, juntava meus cinco irmãos e, num quebra-quebra de cascos, catava a carne dos caranguejos para os menores. Era uma festa!

O pouco entendimento sobre tudo que ouvia relacionado às mulheres que pegavam caranguejos, ficou guardado na minha memória de criança até o dia em que, já adulta e professora, ensinando História no ensino fundamental e médio do Colégio Estadual Gentil Paraíso Martins – na cidade de Valença, Bahia –, despertou em mim, a vontade de fazer uma pesquisa sobre o cotidiano dessas mulheres.

Nesse mesmo Colégio, tive a oportunidade de entrar em contato com algumas marisqueiras, mães de alunos, e os seus relatos vieram a confirmar o desejo de conhecer o dia a dia daquelas mulheres. Ao ser aprovada para o mestrado em História Regional e Local da UNEB – *Campus V*, Santo Antônio de Jesus-BA – na Linha de Pesquisa sobre Estudos Regionais: Campo e Cidade, firmou-se o desejo de concretizar a pesquisa.

Nessa trajetória, busquei respostas para as indagações: Como aconteciam as relações sociais das marisqueiras e catadeiras na sociedade valenciana? Quais as influências das alterações nos manguezais de Valença na vida das marisqueiras? Como essas mulheres conseguiam manter a família em épocas de escassez nos manguezais? Que outras atividades algumas mulheres tinham fora dos manguezais? Por que o trabalho da mariscagem não continuava passando de forma significativa de geração para geração?

---

<sup>1</sup> A esse respeito, é interessante a leitura das obras de MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1986; e *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Anablume, 1994.

Durante a pesquisa, as buscas alimentavam o desejo de prosseguir, pois apontavam inúmeras perspectivas na reconstrução da história dessa classe trabalhadora, bem como nas reflexões a respeito do processo de ressignificação da memória nas mais distintas situações e temporalidades apresentadas durante as entrevistas.

A pesquisa seguiu a metodologia da história oral por ser “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas [...] versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões”.<sup>2</sup> Foram feitas inúmeras entrevistas com marisqueiras e catadeiras de diferentes idades e experiência no trabalho, fundamental para a escrita, por demonstrarem que “a história oral fornece documentação para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história” e, assim sendo “a história oral legitima a história do presente, pois a história foi, durante muito tempo, relegada ao passado”.<sup>3</sup> No percurso deste trabalho, além das entrevistas foram utilizadas, fotografias, mapas e periódicos.

Com o registro das experiências dessas mulheres, foi possível confirmar que “o testemunho oral gera novas histórias, por sua vez, pode literalmente contribuir para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos das narrativas históricas anteriores ou foram marginalizados”.<sup>4</sup>

Através dos relatos orais, dos momentos de encontros e partilha com as marisqueiras e catadeiras – mediados pela linguagem –, foi possível penetrar no cotidiano dessas mulheres, entendendo o trabalho nos manguezais, a afinidade e o cuidado que elas mantêm com esse ecossistema, por compreenderem o quanto é importante a manutenção da biodiversidade para a vida humana, particularmente para o seu trabalho.

As entrevistas possibilitaram a percepção de pessoas que lutam incessantemente na lida nos manguezais em prol da sobrevivência e melhores condições de vida. De forma significativa, foi possível registrar o cotidiano de pessoas comuns que, ao falarem de suas vidas, de suas peijas, de seus sonhos, passaram a narrar histórias, permitindo o registro de vivências dessas mulheres, que se deixavam conhecer, revelando seus sentimentos, práticas sociais, perspectivas, sonhos, enfim, aspectos que vêm ressignificando cotidianamente o seu dia a dia. Nas entrevistas, essas mulheres revelaram histórias

---

<sup>2</sup> DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 15.

<sup>3</sup> FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanistas, 2006. p. 46.

<sup>4</sup> THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questão sobre a relação entre História Oral e as Memórias. *Projeto História: Ética e História Oral*. São Paulo, PUC, n.15, p. 68-69, 1997.

entrelaçadas entre o trabalho nos manguezais e as constantes tarefas a elas atribuídas no lar.

Segundo Montenegro “refletir acerca de uma história de vida a partir do relato oral de memória é debruçar-se sobre fragmentos que o narrador selecionou para construir uma imagem, uma identidade”.<sup>5</sup> Neste sentido, buscou-se “debruçar-se” nas histórias de vida dessas mulheres, transcrevendo na íntegra seus relatos, respeitando as falas e maneiras peculiares de expressão, além do devido cuidado na interpretação e no tratamento das informações obtidas que, por vezes, deram ênfase à oralidade.

Durante as entrevistas, foram percebidos os lapsos de memória, o lacrimejar dos olhos, as pausas como sinônimo de fuga, o silêncio, profundos suspiros, o choro, o sorriso “amarelo”, o tremer dos lábios e das mãos e até mesmo o desabafo. Neste trilhar, todo o cuidado fora necessário para “saber respeitar as lágrimas e os momentos de emoção que se apresentaram durante as entrevistas”.<sup>6</sup>

As fotografias constantes, na sua maioria inédita, foram utilizadas não como ideia de tempo estático, imóvel, mas interagindo no contexto, procurando dar maior visibilidade ao trabalho das marisqueiras e catadeiras, conduzindo o leitor a perceber nuances que fogem às palavras, além da possibilidade de visualização do que está sendo narrado e, em alguns casos, sinalizar uma vulnerabilidade social ao revelar, através das fotografias, invasões dos manguezais, corroborando casos de extrema pobreza.

Quanto ao recorte temporal decidiu-se pelo marco cronológico de 1960-2000, em razão das entrevistas, terem indicado os anos de 1960 a 1980 como um período de maior fartura nos manguezais e os anos de 1990 a 2000, período em que os manguezais sofreram com maior devastação e invasões para construções de casas, tendo as marisqueiras e catadeiras de Valença que conviver com a escassez dos produtos oriundos desse ecossistema, alterando o modo de vida dessas mulheres.

Na trajetória desta pesquisa, não foi encontrado trabalhos com abordagens da história referente ao cotidiano das marisqueiras e catadeiras do Baixo Sul, onde está localizada a cidade de Valença, ao contrário de trabalhos desenvolvidos no Recôncavo. A pesca artesanal, incluindo aqui as marisqueiras, tem sido objeto de pesquisas na região do Recôncavo, com trabalhos significantes. Destacamos a dissertação de Rosana Costa Gomes, intitulada *A vida no vai e vem das águas. Mulheres marisqueiras de Salinas da*

---

<sup>5</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010, p.63.

<sup>6</sup> FREITAS, Sônia Maria de. *História oral...*, op. cit., p. 94.

*Margarida: trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990)*, cuja discussão prioriza questões referentes à mulher trabalhadora, cultura e meio ambiente. A referida autora busca compreender o viver das marisqueiras, seus costumes, assim como os mecanismos de socialização.

Outra dissertação é a de Jerusa Jesus do Rosário, intitulada *Marisqueiras e pescadoras: o cotidiano na reserva extrativista baía do Iguape*, na qual é retratado o cotidiano das mulheres pescadoras que, na luta pela sobrevivência, se adaptam às exigências e regras da sociedade moderna, buscando a valorização da atividade pesqueira, assim como as garantias trabalhistas.

Não é pretensão, deste trabalho, aprofundar discussões em torno das etnias, nem tampouco aprofundar questões referentes ao estudo de gênero. Este aqui é visto parcialmente na concepção de homem e mulher como sujeitos de um processo dinâmico e inacabado.

Algumas vezes, a questão de gênero foi trabalhada nos processos de socialização, na tentativa de melhor dialogar em torno do diferenciar das tarefas de mulheres e homens, bem como nas construções dos valores sociais, culturais, políticos e religiosos, sem ser, no entanto, dissociada da construção da classe trabalhadora. Nesse prisma, fundamenta-se o estudo de gênero na relação de poder, sendo este constituído socialmente, numa constatação de que há uma divisão sexual do trabalho, uma vez que “as relações entre gênero e classes nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada [...]”.<sup>7</sup>

No trilhar da pesquisa, foi significativa a contribuição de Verena Alberti, esclarecendo dúvidas relacionadas à utilização da História Oral, ratificando sua importância quando bem aplicada. A autora afirma que “a principal característica do documento de história oral não consiste no imediatismo de alguma informação, nem tão pouco no preenchimento de lacunas [...]”.<sup>8</sup>

A leitura sobre História Oral e memória, do historiador Torres Montenegro, em sua obra *História oral: a cultura popular revisitada*, foi fundamental para um maior entendimento em torno das fontes orais, entendendo-as como privilegiadas para a compreensão da vida cotidiana das marisqueiras e catadeiras de Valença. Montenegro traz à luz a história como sendo um campo de muitas possibilidades onde “a história oral se

---

<sup>7</sup> ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 109.

<sup>8</sup> ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 5; p.197.

descobre num processo de socialização de uma visão de passado, presente e futuro que as camadas populares desenvolvem de forma consciente/inconsciente”<sup>9</sup>, isso leva-nos a entender que, entre os muitos objetivos e perspectivas da História Oral, está a possibilidade de o pesquisador reestabelecer elos “perdidos” entre o passado e o presente através de pontes favorecidas pelo diálogo entre o entrevistador e entrevistado nos momentos de rememorar.

Outra obra de Montenegro, de suma importância, foi “*História, metodologia e memória*”. Nesta, ele acentua que na oralidade “a atividade de rememorar voluntária ou involuntária é uma elaboração que contempla mediações e transformações”, e chama a atenção para o fato de que, no trabalho com a oralidade, “passado e presente, memória e percepção instituem uma relação tensa em que abrem ou não possibilidades de novas redes de significados”<sup>10</sup>, Montenegro vai mais além ao dizer que “a pesquisa que utiliza entrevistas orais em princípio, está fundada num encontro entre duas pessoas; e a forma do contato e a relação que então se estabelece, apesar de assumirem papéis diversos (entrevistador e entrevistado), também têm influência no relato a ser narrado [...]”<sup>11</sup>, esse contado direto foi de grande importância para os resultados nas entrevistas constantes nesta dissertação.

Esta dissertação está dividida em três capítulos: O primeiro capítulo intitulado “Valença: a cidade e as águas” apresenta um olhar sobre a história da cidade. Nele, é dado um breve enfoque à economia no período de 1960 a 2000, traz algumas discussões em torno do Bairro do Tento, por concentrar um grande número de marisqueiras, catadeiras e pescadores.

O segundo capítulo, “Cotidiano no manguezal: trabalho e doença”, discute o dia a dia das marisqueiras e catadeiras nos manguezais valenciano. Este capítulo discorre a respeito de algumas doenças adquiridas ou agravadas por essas trabalhadoras no processo de mariscar e catar. São discutidas também algumas questões ambientais, tomando por base décadas de grande produção dos manguezais, contrapondo-se a épocas de escassez.

O terceiro e último capítulo, “Cotidiano e Cultura”, mostra outras ocupações e/ou lazer que essas mulheres buscam fora dos manguezais. Ainda neste capítulo, são trabalhados os ítems: Alegrar e rezar: festas, religião e religiosidade, alargando discussão relacionada ao Samba de Roda.

---

<sup>9</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória...*, op. cit., p. 40.

<sup>10</sup> Id., loc. cit.

<sup>11</sup> Id., loc. cit.

## 1 VALENÇA: A CIDADE E AS ÁGUAS

O espaço onde se constrói uma cidade nos convida para o reconhecimento de um espectro infinito de determinações/relações. É nesse plano intrincado que homens, mulheres, crianças, velhos e velhas estabelecem, projetam, realizam suas vidas. O que trazem, o que inventam, o que transformam está além de qualquer possibilidade positiva de determinação.

Olgária Matos

O objetivo deste capítulo é apresentar um pouco da história de Valença e sua economia, ligada, principalmente, à exploração da vida marinha na cidade, evidenciando alguns aspectos e sua influência no crescimento urbano. Destaca-se, nesse contexto, o Bairro do Tendo, reduto de pescadores e marisqueiras que, por muito tempo, abrigou o setor da construção naval.

### 1.1 UM OLHAR SOBRE A CIDADE: SUA HISTÓRIA

Na epígrafe em destaque, a autora, ao mencionar o espaço na conjuntura de uma cidade, estampa sua função social e atribui aos seus habitantes a capacidade de transcender limites em suas relações vivenciadas no cotidiano. A cidade, esse lugar de realizações e transformações, cuja “paisagem urbana vai-se impondo como um documento a ser lido, como um texto a ser decifrado [...] num emaranhado de tempos-espacos e memórias”<sup>12</sup>, revela não somente conquistas e fatos harmônicos, mas também conflitos, divergências, contestações, induzindo o estilo de vida, independentemente de classes, uma vez que “o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de

---

<sup>12</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002. p. 36.

realização de ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver”<sup>13</sup>, que caracterizam e identificam seus moradores.

Em Valença, muitas das características do cotidiano dos seus moradores estão ligadas à proximidade do litoral e à grande extensão de manguezais, favorecendo o desenvolvimento da cultura da pescaria, mariscagem e construção naval. Os trabalhadores desses setores, ao tempo em que desenvolvem seu labor, constroem traços culturais peculiares dessas atividades.

Os Tupiniquins foram os primeiros habitantes das terras onde se desenvolveu Valença. Telma Souza registra que os Tupiniquins se tornaram propriedade dos jesuítas e colonos sendo explorados como mão de obra e, por terem acesso aos hábitos alimentares dos portugueses, passaram a ingerir sal, gordura, açúcar e, ao ficarem expostos a diferentes contatos, foram acometidos por doenças. À medida que a exploração da mão de obra aumentava, gerava situações conflitantes, portanto, “a ideia de uma relação pacífica entre colonos, índios e missionários caiu por terra e as relações tornaram-se extremamente conflituosas, levando ao combate declarado de governo contra os Tupiniquins”.<sup>14</sup>

Durante a implantação das Capitânicas Hereditárias, ocorreram diversos conflitos com os indígenas. Nessas lutas, entre os objetivos dos portugueses para a nova terra, estava o de subjugar os indígenas. Para isso, utilizaram diversas formas de domínio, entre as quais, a catequese, os aldeamentos, as “guerras justas”, as entradas e os deslocamentos, na maioria das vezes, forçados. Ao fazer referências aos aldeamentos criados dentro do processo de colonização da Capitania de Ilhéus, à qual estava vinculado o atual território de Valença, Telma Souza informa que, entre os aldeamentos do século XVIII, estava o de São Fidélis do Rio Una de Valença, que fora “fundado graças à atuação de um índio botocudo criado por um padre Capuchinho e que serviu de intermediário entre os missionários e os índios”.<sup>15</sup> Na atualidade, o mencionado aldeamento é denominado Aldeia de São Fidélis, constituindo-se como um povoado a seis quilômetros de Valença, com muitos moradores, igrejas e escolas.

Os constantes enfrentamentos aos botocudos se configuraram num episódio histórico que, por algum tempo, retardou o processo de colonização do território de

---

<sup>13</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994. p. 45.

<sup>14</sup> SOUZA, Telma Mirian Moreira de. *Entre a cruz e o trabalho: exploração da mão-de-obra indígena no sul da Bahia (1845-1875)*. 2007. Dissertação de Mestrado em História Social-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 39-40.

<sup>15</sup> Id., *ibid.*, p. 39.

Valença. Esse foi incorporado à Capitania de Ilhéus, doada por D. João III a Jorge de Figueiredo Correa, um alto funcionário da Coroa portuguesa.

Segundo Caio Adan, a Capitania de Ilhéus “situava-se entre as Capitânicas da Bahia de Todos os Santos e de Porto Seguro, com as quais divisava, respectivamente, pelo limite meridional da referida baía, ao norte, e pela foz do Rio Jequitinhonha, ao sul”.<sup>16</sup> Entretanto, ainda segundo o autor citado:

Tais limites, contudo, longe de constituírem questão pacífica, foram objeto de constantes conflitos entre a capitania de Ilhéus e suas vizinhas, sobretudo depois que a capitania da Bahia, originalmente doada a Francisco Pereira Coutinho, foi readquirida pela Coroa Portuguesa e transformada em capitania real onde primeiro vieram a se estabelecer as estruturas centrais do poder na colônia: Governo-Geral, Arcebispado e Tribunal da Relação.<sup>17</sup>

Assevera Waldir Freitas Oliveira que “[...] os limites entre as Capitânicas de Ilhéus e da Bahia eram bastante imprecisos, gerando tal situação, dúvidas e questões frequentes envolvendo os habitantes locais”.<sup>18</sup>

Entre os primeiros colonizadores da localidade hoje denominada Valença, se sobressaiu o português Sebastião Pontes, influente proprietário de engenhos no Recôncavo, que, em 1557, nas imediações da Ponta do Curral possuía uma fazenda de gado e um engenho, ambos às margens do Rio Una. Possivelmente nesse local, onde anteriormente havia uma Igreja consagrada a São Gens, fora construída a Capela em homenagem a Nossa Senhora do Amparo, quando em 1750 se desenvolveu um povoado por nome Amparo.

Segundo Waldir Oliveira, em 23 de janeiro de 1799, o referido povoado foi elevado à categoria de Vila com a denominação de Vila de Valença. A localidade obtivera esse nome em homenagem ao Marquês de Valença, D. Afonso Miguel de Portugal e Castro que governara a Bahia de 1779 a 1783. Em 10 de novembro de 1849, foi elevada à categoria de Cidade, quando ganhara o título de Industrial Cidade de Valença, através da Lei Provincial nº 368, daquele ano”.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> ADAN, Caio Figueiredo Fernandes. *Colonial Comarca dos Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*. 2009. Dissertação Mestrado em História-Universidade Federal do Estado da Bahia, Salvador, 2009. p. 42.

<sup>17</sup> Id., loc. cit.

<sup>18</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX*. 1985. Universidade Federal da Bahia, 1985. p. 7. Trabalho publicado em 1985 pelo Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. Publicação 111.

<sup>19</sup> Id., ibid., p. 5.

Valença integra, de acordo com o Programa de Regionalização Turística – lançado oficialmente em abril de 2004 –, a Costa do Dendê. Essa nomenclatura foi atribuída pela Secretaria de Cultura e Turismo juntamente com a Bahiatursa<sup>20</sup>, quando dividiram o Estado da Bahia em 10 microrregiões turísticas, entre elas, a Costa das Baleias, Costa do Cacau, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento e Costa dos Coqueiros, levando em consideração os elementos econômicos e culturais que preponderavam nos municípios.

A Costa do Dendê fica localizada no Baixo Sul Baiano – região antiga, desde a época da colonização – e nesta está Valença. Situada numa altitude de 5m acima do nível do mar, com clima tropical úmido, o solo é propício à agricultura. Dista 262 km da Capital (via BR 101 – BR 324) e 106 km (via BA 001 – Bom Despacho e *Ferry boat*). Limita-se com as cidades de Jaguaripe e Laje ao Norte; Taperoá ao Sul; Mutuípe e Presidente Tancredo Neves a Oeste; e a Leste com o Oceano Atlântico. Possui vasta zona praieira, situada aproximadamente a 20 km do centro da cidade.

O Baixo Sul é composto de onze municípios: Cairu, Camamu, Gandu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia e Valença. É cenário de grande diversidade ambiental e paisagística, onde se encontra a maior parte dos remanescentes de Mata Atlântica do Estado.

Localizar Valença, acentuando sua condição de cidade litorânea e portuária, cortada de lado a lado pelo Rio Una, ressaltando seus caracteres físicos, implica apontar a influência de sua geografia sobre o cotidiano das marisqueiras e catadeiras, tema desta dissertação. Esta cidade vem crescendo vertiginosamente, segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: no ano de 1970, a taxa de urbanização de Valença foi de 44,88%; em 1980, de 48,00%, enquanto, em 1991, atingiu 65,29 %.<sup>21</sup>

O Mapa da Figura 1 indica à localização de Valença e demais cidades que fazem parte do Baixo Sul Baiano, sendo Valença a maior em dimensão, território e população.

---

<sup>20</sup> Empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Turismo, sendo responsável pela divulgação e promoção turística da Bahia, no Brasil e no exterior.

<sup>21</sup> Diagnóstico de municípios. Tabuleiros de Valença. Série desenvolvimento regional nº 16. Salvador: SEBRAE, 1995, p. 111.

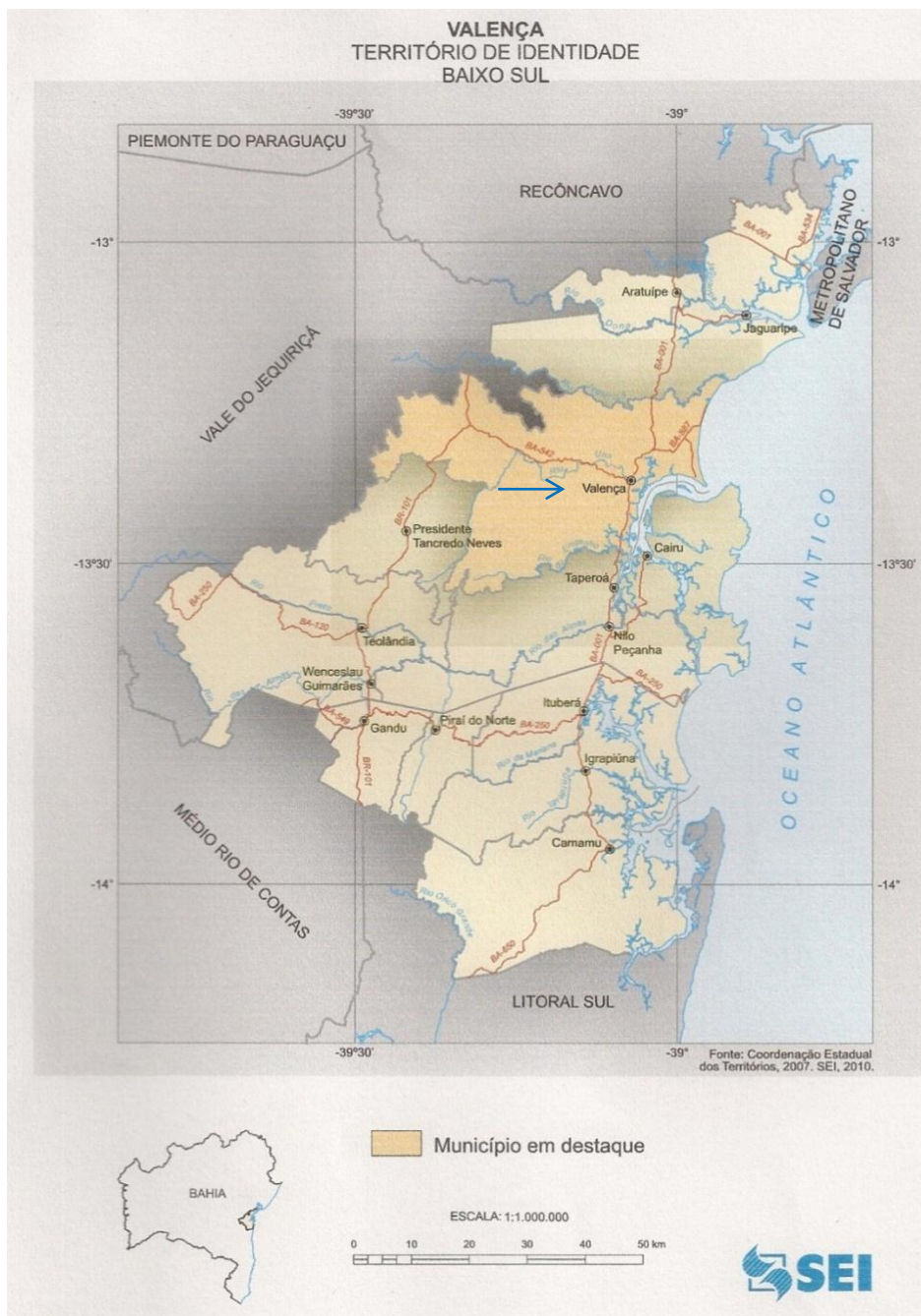


Figura 1 – Mapa do Território de Identidade do Baixo Sul.

Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios, 2007. SEI, 2010.

Ao se analisar o mapa, percebe-se que a maior parte das cidades é banhada pelo Oceano Atlântico numa região recortada por ilhas, estuários, baías profundas e pequenas enseadas, e, nesse contexto, está a cidade de Valença. Edla Oliveira, na dissertação intitulada *O turismo no Guaibim: dinâmica econômica e condições de desenvolvimento sócio-espacial*, registra que o acidente geográfico mais alto da região de Valença é denominado de Serra do Abiá, com 1.300 m de altitude. Ela ainda esclarece que a rede

hidrográfica do município está ligada “à bacia do Rio Una, a exemplo dos Rios Una, Fonte da Prata, dos Reis, Vermelho, Piau, Graciosa ou do Engenho. As lagoas da região são: Douradas, São Fidélis e Derradeira”<sup>22</sup>, além de uma extensa área de manguezais, aspecto fundamental para o exercício do trabalho da mariscagem.

## 1.2 ECONOMIA E RIQUEZAS

Com acentuada importância turística e econômica, sobretudo no setor do extrativismo marinho, nos cultivos de óleo de palma (dendê), guaraná e cravo-da-índia, o Baixo Sul desponta com destaque no cenário econômico estadual numa grande diversidade agrícola com culturas permanentes, a exemplo do cacau, coco-da-bahia, borracha e dendê, além das temporárias, como a mandioca.

A localização litorânea de Valença, somada ao tipo de clima, solo e geografia, contribui para a sua escalada econômica, que, desde o período colonial, mantém suas características como cidade portuária, pesqueira e agrícola, acrescida da industrial a partir do século XIX. A grande produção de madeira fez de Valença, desde o período colonial, grande construtora artesanal de embarcações.

Após a chegada dos europeus, esse território passou a ser dominado pela Coroa Portuguesa, que mantinha seus soldados guarnecendo a extração de madeira para a construção dos navios da armada real. A área desmatada foi, aos poucos, ocupada por pequenos agricultores que plantavam mandioca, arroz, café, pimenta e canela. Waldir Oliveira registra que, no começo do século XIX, a

primeira apreciação sobre a vila de Valença surge na obra de Aires do Casal, quando afirma ele ser esta uma vila que está a crescer sobre a margem direita do rio Una, pouco acima da sua embocadura, dizendo ainda que o café e a madeira faziam a sua riqueza [...]. Já no ano de 1829, Domingos José Antônio Rabelo, ao falar de Valença, a descreve como já muito florescente e comercial. E acrescenta que os seus moradores exportam para a cidade, além de artigos comestíveis, muito café e

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Edla Maria Barreto Santos. *O turismo no Guaibim, Valença-BA: dinâmica econômica e condições de desenvolvimento sócio-espacial*. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional)-Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2008. p. 50.

madeira. Finalmente refere-se ao seu porto como sendo muito freqüentado de embarcações tanto grandes como pequenas.<sup>23</sup>

Waldir Oliveira, ao citar Aires do Casal, deixa explícito que a madeira era produto de grande quantidade na região de Valença, desde o início do século XIX, isso nos remete ao ponto de que esse fator, somado à favorável situação geográfica da cidade, tornaram-se fundamentais para o destaque na construção naval. Isso proporcionou o transporte de mercadorias e pessoas, via rio e mar, principalmente quando não havia estradas ligando Valença a outras regiões.

A transmissão do ofício na construção naval “[...] se propagou através dos anos na região do Baixo Sul da Bahia, desde o início da colonização portuguesa, especificamente nas localidades de Valença, Camamu, Cajaíba e Gamboa do Morro [...]”.<sup>24</sup> Em Valença, constata-se, através das entrevistas, que o trabalho com construção naval, mesmo em menores proporções, ainda continua passando de geração para geração, revertendo-se em meio de subsistência para muitas famílias da cidade, perpetuando esta tradição.

Dentre os mais famosos mestres de construção naval de Valença, destaca-se o senhor Valter Assis Santana que, na época da entrevista, tinha 83 anos de idade. O mestre Valter, reconhecido pela sua competência e por ser um dos precursores na arte da construção naval, afirma ter aprendido sozinho a construir embarcações, apenas vendo o seu pai trabalhar.<sup>25</sup>

Tendo em vista a proposta deste item – evidenciar aspectos históricos numa análise econômica –, convém retroceder ao fim da primeira metade do século XIX, quando Valença sediou a primeira fábrica têxtil, denominada Fábrica de Tecido Todos os Santos, e assumiu a característica de industrial, passando a ter sua economia movida, basicamente, por este setor. Waldir Oliveira assevera:

Em 1844 se iniciava a construção da fábrica de tecidos “Todos os Santos”, um empreendimento sustentado pelo capital de três empresários residentes em Salvador –Antônio Francisco de Lacerda, o norte americano John Smith Gillmer e Antônio Pedroso de Albuquerque, reunidos sob a razão social de Lacerda & Cia. Contaram eles com a

---

<sup>23</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença ...*, op. cit., p. 23-24.

<sup>24</sup> SANTOS, Daniel Francisco dos; ALMEIDA, Juliana de; ANDRADE, Fabiane da Silva. Trabalho, cultura, identidade: os artesãos da construção naval do Baixo Sul da Bahia. *Revista Coleção Idéias*, Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas, *Campus V*, v.1, n.1, jun./dez. 2003. p.40.

<sup>25</sup> Valter Assis Santana, residente no bairro do Tendo, filho de D. Antonia Minelvina de Souza (doméstica) e do Sr. Alfredo Assis Santana (mestre de construção naval). Entrevista em 15 de janeiro de 2011. Duração: 40 minutos.

supervisão técnica de um outro cidadão norte-americano, João Monteiro Carson, proprietário da Fazenda e das Canoeiras do Candengo, às margens do Rio Una, nas proximidades da sua segunda cachoeira, a partir da foz. Iniciava-se o surto de industrialização.<sup>26</sup>

Com a construção da Fábrica de Tecidos Todos os Santos, a cidade de Valença deu início ao seu processo de industrialização. Na época, ela se constituiu como um marco que surgia como uma esperança de desenvolvimento econômico, conseqüentemente, de trabalho para os valencianos. Constituiu-se ainda como marco por ser a primeira cidade do Brasil a possuir a primeira fábrica de tecidos movida por energia hidráulica – retirada da Cachoeira do Candengo.

“Em fins de 1859, D. Pedro II empreendeu, em companhia da Imperatriz Tereza Cristina, uma viagem às províncias do nordeste brasileiro”.<sup>27</sup> Segundo Waldir Oliveira, em janeiro de 1860, a Fábrica de Tecidos Todos os Santos recebeu a visita do Imperador D. Pedro II que, após conhecer as instalações e o funcionamento da referida fábrica, a descreveu como sendo um excelente estabelecimento, com belas máquinas – não deixando de fazer alusão às máquinas americanas. Em relação aos trabalhadores, o Imperador registrou a presença em média de 300 operários, sendo a maioria do sexo feminino.

Nessa ocasião, o Imperador foi informado da existência de outra fábrica em Valença, fundada por Bernardino de Sena Madureira, sob a denominação de Nossa Senhora do Amparo, o que corroborou a caracterização de Valença como cidade industrial. Mesmo sendo “[...] bem mais modesta, ainda que mais moderna, esta fábrica funcionava, com cerca de 180 operários, 68 teares e 2.400 fusos, consumindo, anualmente, 42.000 quilos de algodão e produzindo 600.000 metros de tecidos”.<sup>28</sup>

Um ano depois, em 1861, a Fábrica Nossa Senhora do Amparo enfrentou grandes dificuldades financeiras, levando o senhor Antônio Pedroso de Albuquerque, um dos proprietários, a solicitar ajuda aos poderes públicos, alegando os riscos de encerrar suas atividades e do desemprego em massa. Nessa época, a fábrica empregava 90 mulheres e 90 homens de diferentes idades.<sup>29</sup> Enfrentando muitas dificuldades financeiras, “[...] em 18 de setembro de 1869, a Fábrica Nossa Senhora do Amparo fora vendida ao proprietário da

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença...*, op. cit., p. 24.

<sup>27</sup> A esse respeito, consultar: D. PEDRO II. *Diário da viagem ao norte do Brasil*. Salvador: Progresso, 1959 (Coleção de Estudos Brasileiros, Série Marajoara, n. 24).

<sup>28</sup> SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: a Companhia Empório Industrial do Norte (1891-1973)*. 1975. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975 (apud OLIVEIRA, W.F. *A industrial cidade de Valença ...*, p. 48).

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença...*, op. cit., p. 42.

Fábrica de Tecidos Todos os Santos, [...] quando em 1º de agosto de 1876, foi finalmente fechada a Fábrica Todos os Santos”<sup>30</sup>, em decorrência da crise que abalou a indústria têxtil no Brasil no final da primeira metade do século XIX.

Ao finalizar seus trabalhos, foram demitidos todos os seus operários, ficando sem emprego, passando necessidades juntamente com suas famílias. Somente no final dos anos 80 do século XIX, ocorreram algumas mudanças significativas de cunho econômico com iniciativas direcionadas ao estabelecimento de sociedades por ações. É nesse contexto que, em 1887

José Pinto da Silva Moreira e Domingos Gonçalves de Oliveira, sócios principais da firma Moreira, Oliveira & Cia., fundaram a empresa Valença Industrial, englobando as duas fábricas de tecidos, a fundação de ferro e bronze e mais a serraria “Rio Una”. Havendo essa empresa sido transformada, em 1899, de sociedade em comandita por ações em sociedade anônima, sob a denominação de Cia. Valença Industrial (CVI).<sup>31</sup>

A sociedade anônima, na época, talvez tenha sido uma opção para enfrentar as dificuldades apresentadas no setor industrial, que ocorria não apenas na cidade de Valença, mas em todo o Brasil. Waldir assevera que, nessa ocasião “foi providenciada a transferência definitiva dos teares da ‘Todos os Santos’ para a ‘Nossa Senhora do Amparo’, ficando a ‘Todos os Santos’, a partir de então, abandonada”.<sup>32</sup>

Dada à localização da fábrica têxtil, oposta ao atracadouro do Rio Una, fora contemplada, no final do século XIX, com a edificação de uma ponte elevadiça com estrutura de cimento em substituição à antiga ponte de madeira, possibilitando a passagem das embarcações de grande porte até as proximidades da fábrica, a exemplo da Escuna Industrial, de origem alemã, encarregada de transportar algodão para a fábrica e a produção desta para Salvador.

Na década de 50 do século XX, começaram a surgir complicações de ordem estrutural na parte móvel da referida ponte que fora desativada, entretanto, mantendo a casa de máquinas até a década de 80.

Segundo Márcio Vieira, a Industrial era o barco da CVI utilizado para fazer o percurso Valença-Salvador na época em que não havia muitas estradas – sendo as

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença...*, op. cit., p.43- 44.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença...*, op. cit., p. 45- 46.

<sup>32</sup> Id., *ibid.*, p. 46.

existentes de terra batida – o que dificultava as viagens, por demandar mais tempo, além do cansaço físico das pessoas que as utilizavam. Outra opção, segundo o autor, era utilizar o trem que passava pela cidade de Nazaré.<sup>33</sup>

O senhor Artur<sup>34</sup> informou que essa escuna, além de tecidos e passageiros, também transportava cargas de farinha e grande quantidade de caranguejos para ser comercializada na Capital. A atividade da mariscagem se beneficiava com o transporte da Industrial, resultando no incentivo a esse setor comercial, motivando, inclusive, outras embarcações a desenvolverem a mesma atividade.

O senhor Valter<sup>35</sup> registra que, nas décadas de 70 e 80, ocorreu uma expansão dos estaleiros navais na cidade de Valença, inclusive admitindo inúmeros aprendizes na arte, além de aumentar horas trabalhadas para aqueles que tinham maior conhecimento no ofício, gerando mais renda para as famílias desses trabalhadores.

Segundo Daniel Francisco dos Santos, “[...] a transmissão deste ofício tem se propagado através dos anos na região do Baixo Sul da Bahia, desde o início da colonização portuguesa”.<sup>36</sup> Em Valença, a expansão da construção naval foi beneficiada por alguns fatores geográficos, entre eles, o Rio Una e a grande extensão de Mata Atlântica, que possibilitava a extração de madeira além da

[...] necessidade de locomoção de pessoas e mercadorias entre a região e outras localidades circunvizinhas, em muitas ocasiões até a capital do Estado, já que não havia rodovia ligando estas estâncias até a segunda metade do século passado, sendo a navegação praticada com muita intensidade.<sup>37</sup>

Alguns barcos da cidade serviam ao propósito mencionado – locomoção de pessoas e mercadorias –, principalmente numa época em que as embarcações constituíam os principais meios de transporte.

---

<sup>33</sup> VIEIRA, Márcio Ronaldo Rodrigues. *Memórias das mulheres operárias da Companhia Valença Industrial (CVI)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional)-Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010. p. 33.

<sup>34</sup> Sr. Artur Guimarães Silva, 93 anos de idade, residente na Vila Operária, aposentado pela Fábrica de Tecidos, onde recebeu o título de Operário Padrão. Entrevista em 18 de novembro de 2010. Duração: 30 minutos.

<sup>35</sup> Sr. Valter Assis Santana. Entrevista citada.

<sup>36</sup> SANTOS, Daniel Francisco dos; ALMEIDA, Juliana de; ANDRADE, Fabiane da Silva. Trabalho, cultura, identidade..., op. cit., p. 40.

<sup>37</sup> Id., *ibid.*, p. 41.

Com o desenvolvimento das rodovias no País e a opção preferencial dos governantes pelos transportes rodoviários, Valença teve seu cotidiano alterado e não mais utilizou a ponte elevadiça.



Figura 2 – Foto de Escuna Industrial passando sob a Ponte elevadiça (1952).  
Fonte: Acervo do Memorial da Câmara Municipal de Valença.

A Figura 2 mostra a passagem da escuna pela ponte elevadiça, assim como revela com detalhes a atenção dada pelos moradores que se aglomeravam para assistirem à cena, sugerindo um espetáculo. Verificam-se, tanto na rua, à direita da foto, quanto ao fundo, nas partes fixas da ponte, pessoas que, pela posição e inclinação do corpo, sugerem atenção e curiosidade, levando a se imaginar como as pessoas, ao presenciarem aquele momento, constatavam a evolução comercial e econômica da cidade.

Pelo decurso do tempo e com a construção das rodovias BR 101 e BA 001 interligando Valença a outras localidades, facilitando o transporte de mercadorias, a mencionada ponte permaneceu inteiramente fixa, ficando a parte elevadiça apenas nos registros fotográficos, na história de Valença e na memória de alguns valencianos.

A ponte fixa impossibilitou a passagem de grandes embarcações para o outro lado do rio devido à sua altura, sendo assim, somente canoas continuam fazendo esse trajeto – quando a maré está baixa –, algumas transportando peixes e caranguejos que são vendidos muitas vezes, antes de chegar ao mercado.

Na década de 60, Valença tinha sua economia assentada no setor industrial, liderada pela Companhia Valença Industrial; no setor agrícola, essencialmente na policultura,

destacando-se o cultivo do dendê<sup>38</sup>; e na agricultura de subsistência, comercializada em feira livre, além da piscicultura e da mariscagem, ofertadas no mercado ou de porta em porta. Ainda neste período, Fernando Fischer, em alusão à expansão da economia na região do Baixo Sul da Bahia, registra:

Os primeiros estabelecimentos bancários chegam ao Baixo Sul e, na década seguinte, a diversificação dos cultivos passou a sinalizar a mudança do perfil produtivo regional com a introdução do dendê cultivado, o aproveitamento das plantações nativas e a expansão do cravo da índia, seringueira e coco. A pimenta do reino e o guaraná foram introduzidos na Microrregião.<sup>39</sup>

Ao citar a diversidade agrícola do Baixo Sul, Fischer menciona o cultivo do dendê. Nesta época, o setor industrial da cidade de Valença também se destacou pela implantação da OLDESA – Óleo de Dendê Ltda.<sup>40</sup> na produção do óleo de palma, muito usado na culinária baiana. A importância do cultivo do dendê para a região motivou, por um dado tempo, a Festa do Dendê, noticiada em 21.08.1968, no *Diário de Notícias*<sup>41</sup> (Jornal de circulação na Capital do Estado) e reeditada pelo *Jornal Folha da Cidade* em 31/08/1968, que assim transcreveu:

A festa do dendê em Valença foi uma promoção digna de ser assistida. A iniciativa das professorandas teve a colaboração da cidade inteira, em todos os escalões da sociedade valenciana [...]. A juventude emprestou uma parcela de beleza que se constituiu no colorido fascinante das solenidades. O povo prestigiou em massa e deu largas ao seu contentamento e à sua gratidão. Mas, Valença não esteve só. Logo ao alvorecer, um movimento desusado de veículos dá à cidade um aspecto festivo, numa agitação alegre e forasteira. Vários municípios circunvizinhos se faziam representar por delegações numerosas tendo à frente os seus Prefeitos [...]. De parabéns a cidade de Valença, não só pelo que conseguiu projetar-se no cenário estadual, e até mesmo nacional, mas, sobretudo, porque transformou uma solenidade aparentemente de significação inexpressiva numa verdadeira festa de conagração de Municípios, recebendo em seu regaço, com solicitude e carinho, delegações de Santo Antônio de Jesus, Cairu, Nilo Peçanha, Muniz Ferreira, Nazaré, Jaguaripe, Lage e outros municípios num convívio fraternal, num verdadeiro exemplo de solidariedade humana [...].<sup>42</sup>

---

<sup>38</sup> Palmeira africana, aclimatada no Brasil.

<sup>39</sup>FISCHER, Fernando (Org.). *Baixo Sul: uma proposta de desenvolvimento territorial*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007. p. 37.

<sup>40</sup> JORNAL FOLHA DA CIDADE: Nova fase, ano 4, n. 54, 31 ago. 1968.

<sup>41</sup> *Diário de Notícias*, 21 ago. 1968.

<sup>42</sup> JORNAL FOLHA DA CIDADE. Nova fase, op. cit.

Ao citar o aumento desusado de veículos, dá a entender que, mesmo com a economia crescendo, a cidade tinha poucos carros, motivo pelo qual o grande número circulando nas ruas chamou a atenção do jornalista, contudo, supõe-se que naquele momento estavam inclusos veículos das demais cidades presentes no evento. A gratidão da população valenciana, referida no jornal, certamente ocorreu pela importância do dendê, que passou a oferecer novas oportunidades de emprego, inclusive proporcionando o reconhecimento do crescimento da economia de Valença em nível estadual e nacional.

A produção do dendê na época servia de incentivo ao envolvimento das professorandas e alunos, que, obtendo a participação da sociedade, organizavam concursos, desfiles e celebrações religiosas, numa demonstração da grande sociabilidade da festa, extrapolando o reduto valenciano ao envolver outras cidades. Numa passagem de sua entrevista, a professora Dolores Brazão informou:

O cultivo do dendê assumia relevante posição na economia da cidade de Valença, bem como em toda região, a ponto de ser promovida uma festa em comemoração à sua produtividade, quando se realizava a Festa do Dendê que iniciava com uma missa em agradecimento, acompanhada de desfiles, concurso inter-regional para escolha da Rainha do Dendê, culminando com bailes e o reconhecimento de toda a sociedade.<sup>43</sup>

Nessa fala, destacam-se dois aspectos: a importância do dendê no quadro econômico da cidade de Valença, naquela época configurada numa cidade de pequeno porte, de comércio limitado, sendo tal cultura uma fonte de enriquecimento, e o destaque da cidade em relação às demais da região, quanto à produção desse cultivo.

Nesse contexto, as indústrias já se haviam tornado um marco importante para a economia valenciana, simbolizando o desenvolvimento econômico da cidade e a principal fonte geradora de trabalho. No entanto, é importante salientar que esse setor fez parte da pluralidade econômica ligada a outras atividades, como a produção agrícola, entre essas, o cultivo do guaraná e coco, além da construção naval, da pesca e mariscagem.

Embora as duas últimas sejam ainda praticadas de forma artesanal, continuam marcando o perfil de uma cidade de peixes e mariscos. Perfil sustentado graças à favorável situação geográfica da cidade, sobretudo, contemplada pelo rio Una e de uma extensa área

---

<sup>43</sup> Dolores Maria Oliveira Brazão dos Santos, 81 anos, professora aposentada. Entrevista em 7 de março de 2011. Duração: 45 minutos.

de ativo manguezal<sup>44</sup>, fundamental para a sobrevivência de homens e mulheres deslocados do eixo industrial e comercial.

Em relação à atividade comerciária, até a década de 60, a cidade apresentava-se limitada e restrita a pequenas casas comerciais, a referência, aqui, é feita em relação às chamadas “bibocas”<sup>45</sup>, cuja mercadoria era exposta nos peitoris das janelas ou penduradas em cordões, preferencialmente na frente da residência, numa forma de identificar o local como ponto comercial. Segundo o senhor Manuel dos Santos Leite, para comprar algum produto, era só bater palmas ou num simples “Ô de casa!” e, lá do fundo, alguém respondia com um forte “Já vai!” O senhor Manuel acrescenta:

Essas bibocas eram de muita serventia porque ficavam nos bairros onde facilmente se podia comprar alguma coisa que faltava até mesmo para completar o almoço ou o jantar. Não precisava ir longe, ali mesmo pertinho de casa se conseguia o que se necessitava, além disso, se não tivesse o dinheiro podia fazer uma anotação na caderneta para pagar depois.<sup>46</sup>

Ainda hoje – século XXI –, é possível encontrar algumas “bibocas” em casas dos bairros de periferia. De bibocas a quitandas<sup>47</sup>, as mercadorias passaram a serem expostas num espaço construído na frente da própria casa, conhecido como “portinha”. Nessas as mercadorias – víveres, querosene, fumo de corda, vassoura de piaçava, tamancos, candeeiros, entre outros itens próprios de cidade de interior, eram geralmente comercializados a granel, utilizando-se de medidas, e o vendedor era o proprietário de estabelecimento.

Um sinal de mudanças foram as vendas – lojas de secos e molhados – estabelecidas em locais distintos das residências, permanecendo, contudo, a mesma forma de comercializar. O critério utilizado no comércio instituído entre os quitandeiros, vendeiros e seus clientes firmava-se no costume de venda fiado, mediante anotação em cadernetas ou vales a serem pagos no final do mês.

Josiane Andrade, em dissertação intitulada *O tabuleiro das vendas: cotidiano de um povo marcado pelas lojas das roças*, registra que os moradores relembram essa espécie

---

<sup>44</sup> Ecossistema de regiões tropicais, que se origina do encontro de água doce com água salgada, formando a água salobra, berçário de muitos animais, sendo exclusivo das regiões costeiras, e sua vegetação é denominada de mangue.

<sup>45</sup> Pequenas vendas ou tavernas.

<sup>46</sup> Manuel dos Santos Leite, 96 anos de idade, aposentado, residente no bairro São Félix. Entrevista em 6 de dezembro de 2010. Duração: 40 minutos.

<sup>47</sup> Lugar onde se vendem hortaliças, ovos, frutas, aguardente, entre outros produtos.

de comércio com saudade, que guardam nas lembranças do tempo em que os fregueses, além do ato de comprar, também buscavam nas vendas momentos de encontro, diversão, festa e lazer, não descartando, entretanto, algumas brigas e conflitos.<sup>48</sup> Embora a referida autora discorra a respeito das vendas na zona rural, aspectos semelhantes aparecem nas vendas da zona urbana de Valença, local onde alguns fregueses, principalmente homens, além de fazerem compras, iam encontrar com amigos para “prosar” e tomar uma “branquinha”.<sup>49</sup> No início da década de 70, aconteceu uma significativa redução do número de vendas na cidade e, conseqüentemente, uma modificação das relações.

Com o desenvolvimento da cidade, ainda na década de 70, surgiram os armazéns no comércio valenciano. Embora fossem bem maiores, se comparados às vendas, continuavam com o atendimento direto através do balcão, efetuado tanto pelo proprietário como pelos poucos funcionários. Vendendo também em grosso, o velho costume do compromisso de pagamento firmado através de vales se mantinha.

No final da década de 70, somados aos armazéns, o comércio de Valença passou a contar com os mercadinhos, cujos nomes, em alguns casos, remetiam a seus proprietários, pessoas de influência econômica na cidade, e outros fazendo alusão ao rio, a exemplo do Mercadinho Roseira, Tavares, São Félix e Rio Una. Esse tipo de comércio trouxe um diferencial na comercialização por permitir o autoatendimento, o que facilitava a escolha das mercadorias expostas nas prateleiras, além da entrega em domicílio. A abertura dos supermercados Tavares, Valença e Rio Branco, na década de 80, aumentou a concorrência para os mercadinhos, por absorverem um maior contingente de clientes, ao oferecer novas possibilidades de compra, em relação à variedade de produtos, além da facilidade de pagamento através de cheques ou, mesmo, em espécie, mediante parcelamento.

A partir da década de 90, além dos mercadinhos e supermercados, a população valenciana passou a contar com os hipermercados. Embora tais estabelecimentos tenham conquistado grande parte da população consumidora de Valença, a feira livre continuava sendo o espaço onde muitas pessoas faziam e fazem suas compras, principalmente produtos hortifrutigranjeiros. E para ali se dirigiam e dirigem, também, pela proximidade do Mercado Municipal, local onde são comercializados os produtos da mariscagem e

---

<sup>48</sup> ANDRADE, Josiane Thethê. *O tabuleiro das vendas: cotidiano de um povo marcado pelas lojas da roça*. 2010. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010. p. 32-33.

<sup>49</sup> Espécie de cachaça com alto teor de álcool.

pescaria, amplamente apreciados pela população local e regional, tendo grande fartura e diversidade.

A feira livre na cidade de Valença se mantém graças à preferência de clientes em ali efetuarem suas compras, muitas vezes num ritual prazeroso. Nesta cultura, perpetuava-se e se perpetua o hábito de andar e passear nas feiras, além de a feira ser favorecida por estar localizada nas proximidades da área portuária, funcionando como centro abastecedor para as ilhas do Baixo Sul Baiano.



Figura 3 – Foto de feira livre de Valença (Década de 80).  
Fonte: Acervo do Memorial da Câmara Municipal de Valença.

Por ser Valença um centro de recepção e distribuição de pescados e mariscos, diariamente, embarcações chegam e saem de seu porto, abastecidas de mercadorias para diversos outros municípios do Baixo Sul, como Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e outras localidades. Favorecem, assim, o entrosamento comercial entre tais cidades, assim como possibilita a socialização que mescla conhecimentos rurais e urbanos, numa troca de informações de cultura e hábitos de um universo cultural peculiar, no qual está inserido o cotidiano das marisqueiras e catadeira de Valença.

Na Figura 3, é registrado um momento de bastante movimento na feira livre de Valença, seguindo a tradição da exposição das mercadorias em barracas, cobertas por plástico ou lona, em tabuleiros ou, ainda, expostas diretamente no chão, cultura que se contrapõe à implementada pelas atuais redes de supermercados. O dinamismo e a evolução

na maneira de comercializar têm levado sua população a se adaptar às constantes mudanças. Karin Graeml assevera:

A cidade é uma estrutura dinâmica, em constante mutação, onde o antigo e o novo, o passado e o presente convivem lado a lado em um permanente diálogo histórico [...]. Nesse sentido que o ser humano recria e reestrutura, constituído em um momento do passado.<sup>50</sup>

Valença viveu e ainda vive essa estrutura dinâmica citada por Karin Graeml, ora rompendo, ora assimilando o velho ao novo, como ocorre no cenário comercial da feira livre e dos supermercados, retratando um cotidiano onde as pessoas optam pelo local para realizarem suas compras, conforme suas expectativas.

Na década de 90, a feira livre foi transferida para outro local mediante protestos e descontentamentos por parte dos feirantes, além da preocupação em relação ao comércio no novo espaço. Ao ser entrevistada, D. Maria da Luz, conhecida como Mariinha, ao mostrar o antigo local da feira, comenta:

Comecei a trabalhar na feira quando ainda era mocinha na companhia de minha mãe que recebia as mercadorias de uma pequena roça de meu avó, faz mais de dez anos. Aqui eu aprendi a trabalhar com a venda de frutas, verduras e legumes. Agora mudam a feira para outro lugar, não gostei! É bem mais distante! E se os clientes não gostam de ir comprar lá, no outro lugar? Como fica a vida dos feirantes?<sup>51</sup>

A fala dessa senhora, feirante há mais de dez anos, revela insegurança quanto a sua situação econômica e à expectativa da continuidade do trabalho em novo local, dada a possibilidade de a distância desmotivar os clientes. No antigo local da feira livre, existia também o Mercado Municipal, edificação da década de 20, que fora demolido na década de 90. Nesse lugar, além da venda de carnes, eram comercializados peixes e mariscos. Após a demolição do mercado, foi construído o mercado do peixe no mesmo quarteirão da nova feira livre e, para lá, foram transferidos os vendedores de peixes e mariscos. Contudo, a senhora Diva da Conceição, vendedora de caranguejos há mais de trinta anos, numa espécie de resistência à mudança, mesmo em condições inóspitas, continuou comercializando cordas de caranguejo na calçada do antigo Mercado Municipal.

<sup>50</sup> GRAEML, Karin Sylvia. *A relação entre lugares e não lugares na cidade: um estudo da apropriação do serviço de acesso à Internet nos Faróis do Saber de Curitiba*. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p.34.

<sup>51</sup> Maria da Luz, 55 anos, catadeira, feirante. Entrevista em 20 de novembro de 2010. Duração: 30 minutos.



Figura 4 – Foto de vendedora de caranguejos (2010).  
(Antigo local da feira livre)  
Fonte: Fátima Brasão (durante a pesquisa).

Em entrevista, D. Diva diz: “Minha fia, tenho minhas mãos e meus pés cheios de calos do tempo que trabalhava no mangue, tem mais de trinta anos que vendo caranguejos aqui nesse local, mesmo depois que derrubaram o mercado”.<sup>52</sup>

A senhora Diva, na época da entrevista, tinha 62 anos de idade, constante na certidão de nascimento, mas disse ter sido erro de registro, inclusive afirmando que, no documento, ela está mais nova que um dos irmãos mais novos, já aposentado. Doente, com artrose, ainda aguardava a aposentadoria. Enquanto isso, continua comercializando caranguejos de onde tira o seu próprio sustento. D. Diva teve nove filhos, sendo três gestações de gêmeos, porém somente dois estão vivos, um rapaz da primeira barriga de gêmeo e uma moça, a caçula. Os outros filhos vieram a óbito ainda recém-nascidos, entre um e oito meses de vida. Ao ser questionada acerca das causas de tantas mortes, D. Diva disse que eles morreram de “desintéria”, desidratação e uma doença rara de pele, segundo ela “doença de minino”. Ao perguntar que doença era essa, ela não soube explicar,

---

<sup>52</sup> Diva da Conceição, 62 anos, residente no Bairro Brasília. Entrevista em 15 de setembro de 2010. Duração: 30 minutos.

informando apenas que era uma doença forte, rapidamente tomava toda a pele da criança, tinha da branca e da preta, sendo essa a mais grave, pois, em pouco tempo tomava todo o corpo da criança tirando suas forças, não conseguindo dormir nem comer bem. Percebe-se que a vida de D. Diva foi marcada pela perda dos seus filhos e por um cotidiano de luta no manguezal e na comercialização do caranguejo. Entre trabalho e dor, conviveu e convive com a persistência de uma atividade que lhe garante a sobrevivência, a vida.

A referida senhora é bastante conhecida pelo produto que comercializa sempre no mesmo lugar. Em entrevista, ela sinalizou que está cansada da lida, já não mais entra nos manguezais, pois a saúde não permite, mas registrou que, quando conseguir a aposentadoria, sentirá saudades do convívio com os clientes. E acrescenta: “Minha fã a vida é dura, mas vale a pena quando se é honesto!” A senhora Diva, ao se reportar à demolição do Mercado Municipal, disse: “Foi um dos momento mais triste pra mim, parecia que estava derrubando a minha casa, vi muita gente chorando, principalmente os mais velho”.

Para essa senhora, aquele local, além de ser um prédio antigo que há muito fazia parte da vida dos valencianos, significava, sobretudo, o local onde ela e outras marisqueiras, catadeiras e pescadores expunham suas mercadorias para a venda, ponto certo para a freguesia adquirir o produto, local onde trabalhavam e mantinham sua família. A senhora Diva, no final da entrevista, talvez em um tardio tom de protesto, registra: “ninguém pediu a opinião de nós antes de derrubar aquela casa que pra nós valia muito”; e enfatiza: “foi um pedaço da nossa vida que derrubou!”

Percebe-se que o mercado não era apenas um local de comercialização, mas um espaço onde a vida era construída. Quando D. Diva enfatiza que foi como se tivesse arrancado um pedaço de sua vida, perpassa pelo prisma de arrancar do outro algo que lhe é significativo, que é importante em seu cotidiano, que o define. No caso da demolição do mercado, significou retirar um elemento que se constituía em ponto central na trajetória de vida desta senhora e de tantas outras marisqueiras e catadeiras, bem como de pescadores que ali mantinham a comercialização do seu produto.



Figura 5 – Foto de Demolição do Mercado Municipal (1990).  
Fonte: Acervo do Memorial da Câmara Municipal de Valença.

O dia da implosão do Mercado Municipal trouxe muitos moradores para as proximidades do local, certamente alguns por curiosidade, outros por desejo de guardar na lembrança os últimos momentos daquele imóvel que, durante mais de um século, fez parte da vida dos valencianos. Na foto, pode-se ver, no interior do mercado, alguns locais azulejados onde eram expostos peixes e mariscos. O ruído da implosão, que a fotografia não pode captar, foi ensurdecador. Na imagem, roupas e adornos, como chapéus e bonés, usados pelos homens revelam um costume dos feirantes.

O senhor Bernardino de Jesus Silva, vendedor de peixe no local, é um dos componentes da fotografia. Em entrevista, ele se emociona e diz: “Minha fia, eu nunca pensei em viver pra ver tamanha tristeza, naquele momento parecia que Valença estava se acabando”.<sup>53</sup> Com essas palavras, seus olhos começaram a lacrimejar, e ele disfarçou, simulando uma tosse. As considerações de D. Diva e desse senhor sugerem forte ligação com o trabalho.

Até a década de 70, o comércio pesqueiro de Valença era pequeno, apenas abastecendo a cidade e pequenas outras localidades circunvizinhas, porém, segundo informações da CEPLAC<sup>54</sup>, esse setor começou a ser alterado a partir de 1984, principalmente em relação a moluscos e mariscos. Quanto à captura de camarões, cresceu

---

<sup>53</sup> Bernardino da Silva Santos, 72 anos, residente no Alto de São Roque. Entrevista em março de 2010. Duração: 30 minutos.

<sup>54</sup> Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

cerca de 5% ao ano, contra 2,5% de expansão do pescado. Este crescimento se deve à criação de camarões em cativeiros pelas Mariculturas<sup>55</sup> instaladas na região.

Ainda a respeito do comércio valenciano, é importante salientar que este não se restringiu a bibocas, quitandas, vendas, supermercados, hipermercados e feira livre, mas explora o setor lojista – móveis, tecidos, sapatos, perfumaria, armarinho, remédios, veículos, material de construção, entre outros – que, até a década de 70, limitava-se a poucas unidades, funcionando em prédios antigos, traço característico de uma cidade colonial.



Figura 6 – Foto do Centro lojista de Valença (1970).  
Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Valença.

A Figura 6, da década de 70, mostra um dos conjuntos arquitetônicos valencianos, deixando transparecer um espaço onde as pessoas caminhavam pelas ruas com a tranquilidade típica de cidade interiorana. É nesse cenário de casas e sobrados antigos que funcionavam as lojas, farmácias, mercadinhos, sapatarias, bares e o Cine Lux – local de diversão cultural e ponto de encontro dos enamorados. Fazem parte desse conjunto arquitetônico, alguns prédios localizados na Praça da República e o Casarão<sup>56</sup> – residência do Comendador Madureira – situado em frente ao terminal hidroviário da cidade, que

<sup>55</sup> Empresa que trabalha com a carcinicultura (cultivo do camarão em cativeiro).

<sup>56</sup> Residência do Comendador Madureira que, no ano de 1860, hospedou o Imperador D. Pedro II quando em visita a Valença. Este casarão ainda se destaca pela beleza e imponente arquitetura colonial, rico em muitos detalhes internos e externos, com suas sete portas e sete janelas altas, com arcos ogivais.

constantemente recebe muitas embarcações de pescadores e passageiros. Esse casarão sedia a Câmara Municipal de Valença.

A partir da década de 90, Valença e outras cidades do Baixo Sul já somavam em torno de 6.200 pescadores e marisqueiras cadastrados pela CEPLAC e Bahia Pesca<sup>57</sup>, sendo 21% do total ligado às 29 comunidades pesqueiras da área entre o Povoado de Guaibim e Maraú, tendo Valença como centro distribuidor. Ultimamente, Valença fornece peixes e mariscos às localidades vizinhas, a Salvador, Ilha de Itaparica, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna.

Ainda na década de 90, Valença começou a demonstrar um maior desenvolvimento comercial com a inclusão de empresas de pequeno e médio porte oriundas de outras localidades. Essas empresas encontraram, na cidade, condição para se instalar e expandir, aumentando a oferta de novos empregos e, por consequência, estimulando o crescimento econômico, fazendo de Valença uma cidade aglutinadora, funcionando como centro de apoio logístico, atraindo novos moradores.

Em relação à construção naval, desde a década de 70, a cidade já despontava como grande polo, ficando conhecida internacionalmente. De acordo com Daniel Santos:

Um outro mecanismo de suma importância para a manutenção da atividade da carpintaria naval no baixo sul foi a expansão do mercado pesqueiro, pois quanto mais aumentava a demanda da pesca, mais encomendas de embarcações eram feitas, chegando a proporcionar a implantação de um maior número de estaleiros, já que até os anos sessenta, só havia três.<sup>58</sup>

A manutenção da atividade de carpintaria naval na cidade de Valença contribuiu e contribui com a permanente atividade dos estaleiros, que constroem barcos de pequeno, médio e grande porte, gerando emprego e renda para inúmeras famílias, chegando a fazer embarcações para a Espanha, Israel, França, Estados Unidos e Caribe. Segundo o senhor Valter:

O ramo da construção naval de Valença é de muita importância para a cidade. Os anos de 1970/1980 foram os melhores para a construção naval, devido ao “embalo das escunas”. Já o ano de 1990 foi o pior para a construção naval de Valença por causa da dificuldade em conseguir madeiras adequadas. Nos estaleiros, todos os trabalhos são muito

---

<sup>57</sup> Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia.

<sup>58</sup> SANTOS, Daniel Francisco dos; ALMEIDA, Juliana de; ANDRADE, Fabiane da Silva. Trabalho, cultura, identidade..., op. cit., p. 42.

importantes, do mais simples ao mais detalhado, pois tem que formar uma equipe preparada para que tudo saia com beleza, conforto e segurança porque são vidas que vão ser transportadas nessas embarcações. Nos estaleiros, a gente usa o graminho, essa técnica corta a madeira formando as espécies de cavernas nas embarcações. Os trabalhos no estaleiro são concluídos quando a embarcação é colocada no rio Una e entregue ao proprietário. Algumas embarcações são de luxo, outras mais simples, seja como for, esse dia é comemorado por todos com festa, tendo direito a brinde até com champanhe.<sup>59</sup>

Percebe-se, pela entrevista, que o senhor Valter valoriza todos os trabalhos desenvolvidos pelas equipes nos estaleiros, sempre prezando pela beleza, conforto e segurança dos passageiros, e reconhece a contribuição da construção naval para o desenvolvimento da cidade. Segundo o mestre, as embarcações de luxo levam mais tempo para a conclusão, têm acabamentos de primeira qualidade, sempre com a melhor madeira para contemplar os detalhes, este tipo de embarcação requer mão de obra especializada. Nesse trabalho, o custo total é calculado na entrega da embarcação, devido aos acréscimos durante a construção, oriundos da parte luxuosa. Mestre Valter acrescenta que os proprietários dessas embarcações raramente questionam o valor da construção, pois se sentem contemplados nas exigências, por isso pagam com satisfação, geralmente são estrangeiros.

O embalo ao qual ele se refere foi a grande procura de embarcações nos estaleiros de Valença por compradores do Brasil e do exterior, tendo como uma das causas o “[...] desenvolvimento do lazer náutico que viria a ser o grande responsável por grandes encomendas aos estaleiros”.<sup>60</sup> Ainda segundo Santos, Almeida e Andrade, nos estaleiros, “[...] não havia aprendizagem específica, onde alguém se tornava mestre em uma determinada tarefa ou parte única no momento da montagem das embarcações”.<sup>61</sup> Contudo, vale ressaltar que “[...] exercer o papel de mestre era tornar-se orientador, dotado de muitos anos de experiência e que esperava do aprendiz um prosseguimento de sua arte”.<sup>62</sup> Quanto à dificuldade apresentada por senhor Valter em conseguir madeira para os estaleiros, pode ser explicada como consequência da fiscalização feita pelo IBAMA<sup>63</sup>, no intuito de evitar a

---

<sup>59</sup> Valter Assis Santana. Entrevista citada.

<sup>60</sup> SANTOS, Daniel Francisco dos; ALMEIDA, Juliana de; ANDRADE, Fabiane da Silva. Trabalho, cultura, identidade..., op. cit., p. 43.

<sup>61</sup> Id., *ibid.*, p. 46.

<sup>62</sup> Id., *ibid.*, p. 47.

<sup>63</sup> Autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, à qual, entre outras atribuições, compete estabelecer critérios para a gestão do uso dos recursos pesqueiros, faunísticos e florestais, cabendo-lhe executar, quando necessário, o poder de polícia ambiental, fiscalizando e monitorando ações inerentes ao

comercialização clandestina da madeira, especialmente da jaqueira, sucupira, vinhático, louro e pau roxo.

O senhor Valter nasceu e foi criado no Bairro do Tento onde ainda reside. Ali, ele mantém velhos amigos, entre esses, alguns trabalhadores da construção naval. Situado às margens do Rio Una, o referido bairro ainda caracteriza-se pela concentração de pescadores, marisqueiras e catadeiras, além da presença de alguns estaleiros. Na década de 90, alguns estaleiros do Tento foram desativados pela prefeitura municipal para a ampliação da orla da cidade, dentre eles, o estaleiro Amparo, de propriedade do senhor Valter. Segundo ele, o referido estaleiro pertencia a sua família há mais de um século. O Bairro do Tento será abordado a seguir.

### 1.3 O BAIRRO DO TENTO

Michel de Certeau define o bairro como uma “[...] organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários ‘lugares’ na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para atender a suas necessidades cotidianas”.<sup>64</sup> Essa organização coletiva de trajetórias individuais citadas por Certeau identifica o trabalho das catadeiras do Tento – conhecido como o bairro dos pescadores –, ao usar os passeios de suas residências e os espaços às margens do Rio Una para a prática de cata dos mariscos, atendendo às “suas necessidades cotidianas” no que tange à profissão de pescadoras artesanais, procedimentos considerados comuns e/ou normais para os moradores de muitas ruas desse bairro, que têm esta prática cotidiana enraizada na vida de ser marisqueira e ser catadeira. Contudo, essa maneira peculiar de viver o bairro causa estranheza e dificuldade de adaptação para moradores de outros bairros quando passam a residir no Tento.

Existem várias hipóteses em relação à razão deste bairro chamar-se Tento. Ao entrevistar o senhor Araken Vaz Galvão,<sup>65</sup> este informou dois motivos para o bairro ter

---

meio ambiente. Inclusive, tem a incumbência de penalizar os responsáveis por toda e qualquer ação que coloque em risco o meu ambiente, a exemplo dos desmatamentos, queimadas e incêndios florestais, bem como todos os tipos de impactos ambientais, trabalhando, sobretudo, com o objetivo de prevenção e disseminação de informações relativas ao meio ambiente.

<sup>64</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 46.

<sup>65</sup> Araken Vaz Galvão, escritor, residente em Valença. Entrevista em abril de 2011. Duração: 60 minutos.

esse nome: primeiro, porque, muitos anos atrás, o local possuía grande quantidade de uma árvore conhecida pelo nome Tento, muito utilizada para fazer fogueiras nos festejos juninos, especialmente no dia dedicado a São Pedro. Segundo, porque no local passava uma “perna” de rio, e os moradores eram obrigados a atravessar por uma pinguela<sup>66</sup> e, ao se deslocarem de um lado para outro, deveriam ter muita atenção, ou seja, teriam de ficar “atentos” para não cair, dando origem à corruptela tento.

Os motivos apresentados pelo senhor Araken não são excludentes, entretanto, o mais provável é que a denominação Tento tenha derivado da existência, em grande quantidade, da referida árvore no bairro.

Em contato com Jeová,<sup>67</sup> filho de marisqueira e pescador, nascido e criado no bairro do Tento, este afirmou ter conhecimento – através de conversas com o Pe. Abel Gemelli (*in memoriam*) – da história de muitas árvores na localidade com o nome tento. Inclusive, Jeová declarou existir no bairro um pequeno grupo de pessoas empenhadas em conseguir mudas da referida árvore para replantar em áreas distintas do Tento, com o objetivo de enfatizar e perpetuar a história do nome desse bairro.

Após algumas pesquisas realizadas na EMBRAPA,<sup>68</sup> foi constatada a existência de uma planta denominada Tento, cujo nome científico é *Adenantha Pavonina L.*, da família *Leguminosae-Mimosoideae*, conhecida popularmente por Tento Carolina ou Carolina Tento. Essa árvore, de origem tropical, natural da Ásia e da África, possui médio porte, sementes esféricas vermelhas e sua floração ocorre em todas as estações do ano. É indicada para arborizar paisagens urbanas, mesmo perdendo parcialmente sua folhagem no período de maio a setembro. Sua madeira é usada para fazer tábuas divisórias em casas, confecção de embalagens tipo caixotes, além de cabo para algumas ferramentas.

A madeira desta árvore também era utilizada como lenha por alguns moradores do Tento. A Figura 7 (Mapa) indica os bairros de Valença, dos quais é destacado o bairro do Tento, principal discussão do supracitado item.

---

<sup>66</sup> Viga ou prancha que, atravessada sobre um rio, serve de ponte.

<sup>67</sup> Jeová Porto de Avelar, residente no bairro do Tento. Entrevista em 2 de março de 2011. Duração: 35 minutos.

<sup>68</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.



Figura 7 – Mapa dos Bairros da Cidade de Valença (1999).  
 Fonte: Acervo do Memorial da Câmara Municipal.

Ao se visualizar o Mapa, percebe-se que o Tendo é um bairro de grande porte, mas, outrora, essa localidade era apenas uma pequena colônia de pescadores que moravam em casas de sapé. Não possuía ruas calçadas nem existia outro tipo de comércio a não ser a venda de peixes e alguns mariscos, que eram comercializados muitas vezes nos fins de tarde, quando os pescadores retornavam da pescaria. Atualmente, as casas nesse bairro são de blocos, rebocadas e pintadas, algumas com construção no primeiro andar. Possui

igrejas, escolas, mercadinhos, lojas e um efetivo comércio de peixes e camarões, sendo o bairro que recebe maior quantidade desses produtos, talvez devido à proximidade com o rio, que em muito facilita o embarque e desembarque. Muitos dos seus moradores, além de trabalharem com o beneficiamento de mariscos, lidam com o tratamento e a secagem de peixes, entre eles, o maçambé, espécie de sardinha,<sup>69</sup> e o chicharro, peixe da família dos Carângidas.<sup>70</sup> Geralmente esses peixes são vendidos nas barracas da feira livre de Valença, tendo como maiores consumidores famílias ribeirinhas e famílias da zona rural que, aos sábados, vêm para a cidade efetuar suas compras nos mercadinhos e na feira.



Figura 8 – Foto de Secagem de pequenos peixes ao sol – Bairro do Tendo.  
Fonte: Fátima Brasão (maio de 2010).

A Figura 8 mostra peixes secando ao sol, em uma armação suspensa por duas madeiras sobre uma esteira feita com “talas” de dendê. Não é um dia ensolarado, por este motivo, o plástico preto está a postos para que os peixes sejam cobertos, em caso de chuva. Por serem demasiadamente salgados, eles têm vida útil longa, e seu preparo para a degustação antecede alguns minutos na água para dessalgar. O peixe que passa por esse tipo de beneficiamento não é muito usado para moqueca, mas para aperitivos, contudo, em algumas famílias valencianas, são consumidos, no dia a dia, juntamente com o feijão e a farinha.

---

<sup>69</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 746.

<sup>70</sup> Id., *ibid.*, p. 273.

Os peixes ao serem secos nos passeios das casas torna “[...] a rua um elemento comum do sentimento de vizinhança”<sup>71</sup>, contudo, deixam um cheiro peculiar nas ruas do Tento sinalizando a existência de práticas envolvendo o manuseio de produtos do mar, do rio e do manguezal. Desta forma, mais que uma demarcação político-administrativa do espaço geográfico, são as práticas cotidianas que definem o Tento e registram sua singularidade em relação a outros bairros da cidade.

Ao transitar pelo bairro, é possível perceber um cenário composto por mulheres sentadas em cadeiras de plástico nos passeios que contornam o Rio Una e nos passeios das residências, a trabalhar no descabeçamento e filetagem do camarão, bem como pescadores costurando ou consertando redes de pesca. Os moradores, ao trabalharem nos passeios, fazem daquele espaço um segmento de suas residências. O lugar passou a ser apropriado pelos moradores, especialmente pelas marisqueiras, catadeiras e pescadores, como sendo um objeto de consumo, no qual, como usuários, eles o utilizam na condição de privatização do espaço público, por acharem, ali, as condições favoráveis a esse tipo de exercício. Segundo Certeau:

O bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto aprender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.<sup>72</sup>

Mesmo não sendo uma prática institucionalizada pelos poderes públicos da cidade, a prática das catadeiras nos passeios das ruas do bairro do Tento sinaliza, de maneira criativa, “astúcias silenciosas e sutis”, como apontado por Certeau, o que vem mantendo, de forma eficaz, o trabalho dessas mulheres. Nesse contexto, o bairro é tido como “[...] o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, em outros termos: uma arte de conviver com parceiros [...]”<sup>73</sup>, onde a maneira de conviver perpassa pela conveniência; esta, por sua vez, torna-se “[...] o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achemos na rua”.<sup>74</sup>

<sup>71</sup> TUAN, Yi-Fu. *Topologia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980. p. 248.

<sup>72</sup> CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 2...*, op. cit., p.40.

<sup>73</sup> Id., *ibid.*, p. 39.

<sup>74</sup> Id., *ibid.*, p. 49.



Figura 9 – Foto de Catadeira filetando camarão.  
Fonte: Fátima Brasão (15 de agosto de 2010).

Como podemos observar na Figura 9, a senhora Ana Araújo<sup>75</sup> está em frente à sua residência, trabalhando em um dos processos de beneficiamento do camarão. Com uma bacia de alumínio contendo camarões, sobre um banco e apoiada em suas pernas, ela realiza seu trabalho. Ao seu lado está D. Lindaura<sup>76</sup>, outra catadeira. Segundo ela, existe diferença entre descabeçar e filetar camarão. No primeiro, o processo consiste em retirar somente a cabeça do camarão, sendo muito usado, para isso, o camarão pistola, enquanto filetar significa retirar a cabeça e demais carapaça do marisco, transformando-o em filé, a exemplo do camarão rosa e tanha. Na Figura 9, a senhora Ana Araújo está filetando camarão rosa. Após o trabalho de filetar e descabeçar o camarão, resta uma porção de camarões aparentemente insignificantes, diante da grande quantidade de cascos, impróprios para o consumo humano. Os referidos cascos são depositados às margens do Rio Una, transformando-se em alimento para peixes e siris, ou urubus, quando a maré está baixa, ocasionando um cheiro peculiar.

Ainda observando a Figura 9, podemos ver que, no passeio contornando o rio, estão alguns pescadores consertando suas redes, enquanto, penetrando no rio, podem ser observados muitos barcos atracados, confirmando a denominação de bairro dos pescadores. No lado superior direito da fotografia, está a Igreja de São Pedro, padroeiro do bairro por

<sup>75</sup> Ana Araújo, catadeira, residente no bairro do Tento. Entrevista em 15 de agosto de 2010. Duração: 30 minutos.

<sup>76</sup> D. Lindaura Ramos Coelho, marisqueira e catadeira, residente no bairro do Tento. Entrevista em 15 de agosto de 2010. Duração: 30 minutos.

ser considerado o protetor dos pescadores. Antecedendo esta visão, nota-se a presença de algumas catadeiras nos passeios das residências trabalhando na cata. Ao entrevistar a senhora Odete Nunes Caxias, ficou evidenciada uma exacerbada admiração pelo bairro do Tendo. Questionada a respeito de tamanha admiração, ela diz:

Um dia eu disse a meu marido que queria me mudar para o bairro da Graça para ficar mais perto da escola dos meus filho, aí alugamos a nossa casa aqui no Tendo e completamos o dinheiro para pagar o aluguel da outra casa. Lá no outro bairro eu tive uma grande decepção porque, já no primeiro dia que tratei os meus peixinho e coloquei na esteira na porta da casa para secar, todos os moradores da rua reclamou. Disse que ali ninguém ia aceitar aquele mau cheiro e tanta mosca. Cheguei até a discutir com alguns vizinho. Foi tanta reclamação que eu não tive condição de continuar trabalhando, então com pouco tempo morando ali, eu pedi ao meu marido pra voltar pro meu bairro que é o Tendo.<sup>77</sup>

Percebe-se que D. Odete não aceitou nem tampouco entendeu tantas reclamações, uma vez que, no bairro do Tendo, estes procedimentos eram corriqueiros. Em contrapartida, os moradores do bairro da Graça, por não serem acostumados àquela situação, não aceitaram aquele tipo de procedimento. O relato dessa senhora leva a crer que ocorreu um estranhamento de ambos os lados, pois os costumes não eram os mesmos, as referências eram diferenciadas. A não partilha de hábitos comuns passou a gerar alguns conflitos, intransigências, embates discursivos e ações de resistências de ambas as partes, bem mais que os recuos. Todo esse conjunto, somado à impossibilidade de continuar com o trabalho que resultava em uma renda para a família, fez com que ela não tivesse condições de continuar morando naquele bairro, optando por retornar com sua família para o bairro de origem. Entre um impasse e outro na convivência humana, como Michel de Certeau assevera:

É preciso conviver, encontrar um equilíbrio entre a proximidade imposta pela configuração pública dos lugares e a distância necessária para salvaguardar a sua vida privada. Nem longe demais, nem demasiadamente perto, para não se aborrecer, e também para não perder os benefícios que se espera com uma boa relação de vizinhança.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> Odete Nunes Caxias, marisqueira, catadeira, 47 anos, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em 11 de maio de 2010. Duração: 60 minutos.

<sup>78</sup> CERTEAU. Michel. *A invenção do cotidiano 2...*, op. cit., p. 47.

Ao observar que é preciso encontrar um equilíbrio entre convivência e vida pública, Michel de Certeau lembra-nos que o ser humano não é uma ilha, tornando inevitável a sua inserção numa comunidade, uma vez que “[...] a coletividade é um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si à jurisdição do outro”.<sup>79</sup>

Ao longo do tempo, a cartografia da cidade de Valença vem sendo definida também a partir das atividades econômicas e das práticas específicas de seus moradores. Atitudes como as citadas por D. Odete não querem dizer que seja apenas uma questão de convivência, mas também de demarcação de territórios, de definição de quem pertence ou não, portanto, de inclusão e exclusão. Roncayolo afirma que “[...] os limites físicos do território assumem valor pelo fato de abrangerem espaço e sentimento de pertença, pelo que o interno e o externo se distinguem”, E vai mais além ao afirmar que “[...] antes de se exprimir pela ligação a um determinado lugar, a territorialidade é fundamentalmente uma relação entre os homens”.<sup>80</sup> Para Roncayolo, o território é uma construção social onde as ações e/ou práticas dos sujeitos o definem.

No espaço urbano, diariamente transitam os habitantes da cidade, neste, as pessoas constroem e convivem com fronteiras simbólicas<sup>81</sup>, que de maneira coletiva comparam, afastam e organizam as pessoas. A demarcação de territórios é facilmente perceptível em alguns bairros da cidade de Valença onde predomina a classe trabalhadora de marisqueiras e catadeiras, motivo pelo qual, algumas mulheres não se adaptam em outros bairros onde não existe a prática da mariscagem e catação de mariscos, pois se sentem deslocadas, sem rumo. A senhora Aurora Silva da Conceição, ao se referir ao Tento diz:

Eu fui nascida e criada nesse bairro, já tenho 68 anos, tenho cinco filho, não são marisqueira nem pescador, minhas três filha trabalha como empregada doméstica e meus filho um é trabalhador da CVI e o outro carrega caminhão. Já disse a eles que daqui do Tento só saio pra o cemitério, porque minha mãe enterrou meu umbigo nesse lugar e me sinto parte desse pedaço de terra e também porque aqui tenho meus amigo, camaradas e muita colega de trabalho de mangue. Toda a tarde tomo meu banho quentinho, me arrumo e fico aqui na minha varanda apreciando o rio e a chegada dos barco e das canoa e fico prosando com minhas vizinha, é a minha grande distração, serve até pra relaxar. Quando

<sup>79</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Op. Cit. p.47.

<sup>80</sup> RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi: Região. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986. v.8. p. 274.

<sup>81</sup> Sobre o espaço urbano e a construção de fronteiras simbólicas, ver: ARANTES, Antônio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN, p.191-203, 1996.

quero comer meu peixinho, já compro fresquinho quando o pescador encosta a canoa ali no cais do rio.<sup>82</sup>

Na fala de D. Aurora, ficam evidentes não só a identificação, bem como o sentimento de pertença que esta senhora tem com o bairro onde mora, a ponto de desejar ali permanecer até a sua morte. Aquele bairro e, em especial, a rua onde ela mora fazem parte da sua vida desde criança, e até o costume de sentar na varanda da casa apreciando o rio e as embarcações traz grande prazer para ela, e talvez seja este o seu momento de lazer. Ao falar que “quando quero comer meu peixinho, já compro fresquinho quando o pescador encosta a canoa ali no cais do rio”, ela ratifica a proximidade do rio à sua residência. A CVI, à qual ela se refere, é a Companhia Valença Industrial – fábrica têxtil.



Figura 10 – Foto de venda de peixes na canoa.  
Fonte: Fátima Brasão (maio de 2010).

A Figura 10 retrata uma canoa encostada no cais da cidade, no bairro do Tento. Foi captada no final da tarde, e se percebe que a maré está baixa ou seca, como eles costumam falar, restando apenas na canoa alguns poucos quilos de pequenos peixes. Geralmente esses peixes são vendidos antes de chegar ao mercado, isto é, na própria canoa.

Nas décadas de 60 e 70, os pescadores costumavam encostar a canoa nas imediações do cais em torno do rio Una, próximo ao bairro do Tento, e ao som de um grande búzio marinho, avisavam à população ribeirinha que tinha peixe em quantidade e a

---

<sup>82</sup> Aurora Silva da Conceição, marisqueira aposentada, residente no bairro do Tento. Entrevista em 16 de agosto de 2010. Duração: 40 minutos.

preços baixos. Então, com vasilhas plásticas, tigelas e bacias, mulheres e crianças iam adquirir o produto para consumo próprio ou para fazer o processo de tratamento e secagem, dispondo-o à venda. Outras famílias compravam em maior quantidade e, com pouca margem de lucro, revendiam o produto *in natura*.



Figura 11 – Foto de uma das Ruas do Bairro do Tento (1998).  
Fonte: Acervo do Memorial da Câmara Municipal de Valença-BA.

Nesse bairro, conforme demonstra a fotografia da Figura 11, algumas casas têm passeios altos a ponto de necessitarem de pequenos degraus para que as pessoas possam adentrar em suas casas. Essa peculiaridade proporciona facilidade para as catadeiras sentarem nos passeios e trabalharem no processo de cata dos mariscos. É importante salientar que elas sempre compartilham o trabalho com outras colegas, como registra o lado esquerdo da fotografia que apresenta três catadeiras no seu trabalho rotineiro. No fundo da fotografia, percebe-se o rio Una que margeia o referido bairro.

Além do bairro do Tento, o Guaibim – praia do município – é um dos povoados de Valença que concentra grande número de marisqueiras, catadeiras e pescadores. Embora alguns moradores de Valença e do próprio povoado atribuam à expressão “águas do além” para o nome Guaibim, não foi encontrado nenhum registro que respalde tal significado. Esta palavra encontra-se no *Dicionário em Guarani Português*<sup>83</sup>, na grafia Guãimi (com til na vogal “a”), cujo significado é velha, anciã. Foi encontrado também no *Dicionário Tupy*

<sup>83</sup> DICIONÁRIO Guarani Português. São Paulo: Traço, 1989. p. 55.

*Português*<sup>84</sup> a grafia Guaibi (com o til na última vogal “i”), tendo o mesmo significado – velha.

O distrito de Maricoabo onde está localizado o povoado de Cajaíba – Valença – possui algumas fazendas que ainda mantêm casas de grande interesse arquitetônico com porão, telhado de quatro águas, tendo algumas um mirante com telhado de duas águas, janelas tipo guilhotina, com verga em arco batido, piso em tabuado, típico do século XIX, tendo o piso do subsolo em terra batida. Os proprietários dessas casas ainda conservam o antigo fogão de lenha.<sup>85</sup> Cajaíba possui denso manguezal banhado pelo rio Una. Esse povoado mantém a mesma tradição do bairro do Tento e do povoado de Guaibim – catar mariscos e peixes nos passeios das residências.

No povoado de Cajaíba, algumas mulheres marisqueiras e catadeiras têm o hábito de confeccionar objetos utilizados na mariscagem, a exemplo das cambuinhas, dos cantos e dos munzuás. Nesse processo, as marisqueiras usam cipós conhecidos por cipó caboclo, cipó de maracujá e o timborana ou cipó verdadeiro, este último também é usado por outros profissionais, na confecção de móveis feitos com bambu, amarrando-os.

Ao trabalharem em equipe, nos passeios ou nas pequenas varandas das residências, os desentendimentos dão lugar às gargalhadas oriundas de encenações do dia a dia que, de forma improvisada, identificam personagens presentes naquele instante. Segundo a senhora Rita de Araújo<sup>86</sup>, “o ambiente fica tão bom que não se percebe o tempo passar.” As diferentes etapas na confecção dos objetos citados envolvem destreza, paciência e criatividade, além de uma dose de identificação com o trabalho. A carga simbólica que é agregada a cada objeto construído constitui um elemento de diferenciação, perpassando por sutilezas inerentes às especificidades de cada objeto.

O compartilhar do espaço público pelas catadeiras e marisqueiras em alguns bairros e povoados de Valença para a cata de mariscos e confecções de objetos usados na profissão, marca um diferencial em relação a outros locais e contribui, sobremaneira, para a prática da mariscagem que será abordado mais detalhadamente no capítulo seguinte.

---

<sup>84</sup> DICIONÁRIO Tupy Português: com esboço de gramática do Tupi antigo. São Paulo: Traço, 2001. p. 101.

<sup>85</sup> Informações contidas no *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC-BA*. V. V: Monumentos e Sítios do Litoral Sul. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Salvador, 1988. p. 195.

<sup>86</sup> Rita de Araújo, 40 anos, marisqueira e catadeira, residente no bairro do Tento. Entrevista em 4 de abril de 2010. Duração: 30 minutos.

## 2 COTIDIANO NO MANGUEZAL: TRABALHO E DOENÇA

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade [...].

Agnes Heller

Este capítulo aborda o cotidiano do trabalho das marisqueiras e catadeiras de Valença, discorre também a respeito de algumas doenças que são adquiridas ou agravadas dentro dos manguezais, bem como sobre aspectos referentes aos manguezais nos períodos considerados de fartura e de escassez.

### 2.1 MARISCANDO E CATANDO TODO DIA

A epígrafe em destaque sinaliza que não há dissociação entre o homem e a vida cotidiana. Discutir o cotidiano, portanto, é complexo, pois vários aspectos estão sempre interligados, entre eles aqueles que dizem respeito à família e ao trabalho. Para Agnes Heller, “a vida cotidiana é a vida de todo homem” e vai mais além ao afirmar que:

A vida cotidiana é em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e a vida privada, os lares e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação.<sup>87</sup>

A heterogeneidade da vida cotidiana é refletida no dia a dia das mulheres marisqueiras que possuem o seu tempo dividido entre o trabalho nos manguezais e a extensão deste no lar, onde prosseguem no processo de cozimento e cata do produto, além dos diversos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. São muitos os aspectos do cotidiano indicados por Agnes Heller, entretanto, neste trabalho, serão analisados apenas

---

<sup>87</sup> HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 18.

alguns destes, especificamente o que se refere ao dia a dia de uma marisqueira, rotina que, aqui, passa a ser relatada pela marisqueira Nilzete Santos.

Eu acordo bem cedinho, já troco de roupa e, se a maré estiver baixa, antes de ir mariscar, organizo os trabalho de casa, faço a comida, varro, limpo e arrumo a casa, lavo roupa e estendo no varal, para, depois, fazer o café e deixar pronto para os filho, marido e todo mundo da casa. Ainda deixo a roupa arrumada para os minino ir pra escola. Eu saio antes deles acordar.<sup>88</sup>

A senhora Nilzete bem como outras mulheres trabalhadoras buscam conciliar o trabalho com tarefas inerentes a ser mãe e esposa: “[...] a notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas”.<sup>89</sup> Para a marisqueira, a organização das tarefas – casa e manguezal – significa a melhor administração do tempo desde o primeiro raiar do dia, quando começa cumprindo as tarefas do lar, mesmo que estas acumulem cansaço na sua rotina diária nos manguezais. Existe toda uma organização que antecede a saída de D. Nilzete para o manguezal:

Depois de tudo direitinho, vou preparar uma vasilha com comida, encho uma garrafa plástica com água de beber, amarro um pano na cabeça ou boto um boné para evitar a queimadura. Só depois disso tudo é que arrumo as ferramenta de levar para a mariscagem, uma que eu não posso esquecer é o facão. Aí eu me junto com as colega que também são minhas vizinha e vamo mariscar. Se o mangue for perto de casa vamo andando mesmo, se for longe, aí, pegamo uma canoa, que fica amarrada perto de casa, presa num pau. Quem tem mais experiência vai remando, mas quando uma cansa, a outra pega o remo, a gente se ajuda muito. A gente leva o canto para pegar moreia e quando sai do mangue deixa enfiado na lama até a maré encher.<sup>90</sup>

Nota-se que D. Nilzete não sai aleatoriamente, pois a organização garante sua sobrevivência no manguezal, ao levar sua refeição e as ferramentas adequadas, algumas indispensáveis – dentre elas, o facão, usado pelas marisqueiras para a retirada de alguns mariscos, a exemplo do sururu e da ostra. Na fala da marisqueira, percebe-se a importância da companhia das colegas de trabalho, sinalizando que existiam e existem “laços muito

---

<sup>88</sup> Nilzete Santos, marisqueira, 40 anos, residente no povoado de Cajaíba. Entrevista em 30 de setembro de 2010. Duração: 60 minutos.

<sup>89</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 271.

<sup>90</sup> Nilzete Santos. Entrevista citada.

fortes de solidariedade e vizinhança”<sup>91</sup>, além da confiança depositada nas colegas ao entregar o remo da canoa àquelas que detêm maior experiência no lidar com esse tipo de embarcação.

Lá no mangue, deixamo a canoa amarrada numa árvore, num lugar de sombra, para não esquentar a água de beber, e saímo andando com o cesto procurando marisco onde tiver. A gente pega o marisco vai enchendo o cesto e deixando num lugazinho. Depois leva tudo pra canoa e segue pra casa.<sup>92</sup>

Embora não se trate de tarefas numa fábrica, existe uma organização do trabalho nos manguezais que passa pela técnica utilizada na captura dos mariscos, pelo conhecimento da área, pelas precauções para evitar acidentes e cuidados relacionados à maré, pois as marisqueiras sabem quando se aproxima a hora do retorno e elas seguem este tempo para não colocar sua vida em perigo. A sistemática desse trabalho continua em casa

Depois de um dia inteiro de trabalho eu chego em casa, tiro a roupa suja de lama, e vou cuidar dos minino que estão sujo e com fome, dar banho e botar o café deles e de todo mundo da casa, porque já está anoitecendo, aí eu tiro a roupa da corda e boto os minino pra dormir No outro dia, cuido logo do marisco; se for caranguejo raspo as perna e cozinho pra depois catar; se for siri, guaiamum ou aratu não precisa raspar, só lavar e botar pra cozinhar; se for sururu ou ostra, eu lavo, coloco dentro da água fervendo aí ele abre e eu tiro de dentro do casco, tudo sem sal. A lambreta vende assim mesmo como sai do mangue. Depois dos marisco catado, eu encho uns saco plástico, peso de quilo em quilo, amarro e boto pra congelar, aí já está pronto pra vender. A minha filha mais velha me ajuda a catar. No outro dia eu volto pro mangue e começo tudo de novo.<sup>93</sup>

No retorno para casa, D. Nilzete traz consigo o resultado do seu labor para dar continuidade à segunda etapa que antecede a da embalagem e congelamento até chegar ao mercado consumidor. Além da maré, o tempo também é fator determinante para a saída das marisqueiras ao seu local de trabalho; na impossibilidade de entrar nos manguezais, principalmente em tempos de chuva, elas buscam outras saídas para não deixar faltar o alimento dos filhos, haja vista muitas delas ser arrimo de família. Portanto, nos dias em que

---

<sup>91</sup> SILVA, Maria Odila Leite Dias da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 16.

<sup>92</sup> Nilzete Santos. Entrevista citada.

<sup>93</sup> Idem.

a própria natureza as impossibilita de penetrar nos manguezais, outras possibilidades são necessárias para ter um retorno financeiro. Nesse sentido, D. Nilzete esclarece:

Quando está chovendo eu não vou mariscar e aproveito para fazer faxina em algumas casa de pessoa rica, também aproveito para vender o marisco congelado de porta em porta nos bairro, porque se passar para o atravessador diminui o meu lucro, as vez eu já tenho freguês certo. Quando tem muito, eu vendo nas peixaria da cidade. Tem vez que eu não posso catar os caranguejo, então, logo na saída do mangue, eu levo tudo direto para as catadeira que compra na minha mão.<sup>94</sup>

A impossibilidade de entrar no manguezal devido ao tempo chuvoso não significa descanso para D. Nilzete. Segundo as entrevistadas, elas aproveitam esse momento para efetuar a comercialização do produto já beneficiado e congelado, seja de porta em porta, nas peixarias ou na própria residência.



Figura 12 – Foto de Marisqueiras demonstrando uma porção de sururu.  
Fonte: Fátima Brasão (novembro de 2010).

Na Figura 12, as marisqueiras Graça e Marli estão no local de trabalho – manguezal de Cajaíba –, mostrando uma porção de sururu. Nota-se que suas mãos, além de sujas com lama, estão feridas nas extremidades de alguns dedos e na palma da mão direita próxima ao dedo polegar. A retirada dos sururus envolve destreza e atenção para evitar acidentes, além de força ao puxar a porção de lama presa nas raízes dos arbustos para extrair os sururus.

<sup>94</sup> Nilzete Santos. Entrevista citada.

Nesse processo, é necessário ter cuidado para não quebrar o “umbigo” do marisco, o que, segundo as marisqueiras, resultaria na morte antes do processo de aferventar, tornando-o impróprio ao consumo humano.

Algumas marisqueiras são cadastradas na Colônia Z-15 de Valença ou na Associação Beneficente de Pescadores e Marisqueiras do Baixo Sul da Bahia:

[...] estão incluídas na categoria de pescadores artesanais, fazendo jus ao defeso ou seguro desemprego do pescador, inclusive, sendo reconhecidas por força da Lei nº 8.213/91 da Previdência Social como segurados especiais, o que garante a elas benefícios como: aposentadoria por idade ou invalidez, auxílio-doença, salário maternidade, pensão por morte e auxílio-reclusão.<sup>95</sup>

Contudo, o trabalho das marisqueiras é caracterizado pelo pouco retorno financeiro, entendido, no mosaico de definições, como sendo desemprego disfarçado ou mesmo subemprego.

Em Valença, o defeso<sup>96</sup> é pago nos períodos de reprodução do camarão – marisco também trabalhado pelas marisqueiras –, da lagosta e do robalo, sendo estes últimos inerentes ao trabalho de pescadores. Em parte do Nordeste – a exemplo da Bahia –, o camarão tem mais de um período de reprodução durante o ano, sendo o primeiro, de 1º de abril a 15 de maio, e o segundo, de 1º de dezembro a 15 de janeiro; o do robalo é de 15 de maio a 31 de julho enquanto o período da lagosta tem início no dia 1º de dezembro e prossegue até o dia 31 de maio. Nessas épocas, não são permitidos a conservação, o beneficiamento e a comercialização ou a industrialização dessas espécies. O período do defeso tem o objetivo de proteger as espécies, assegurando maior reprodução e garantindo as futuras capturas de forma sustentável. Esse benefício é referente a um salário mínimo em vigor, garantindo a sobrevivência dos pescadores artesanais durante o período em que ficam proibidos de efetuar a pesca e a mariscagem.

A pesca artesanal detém algumas singularidades que a diferenciam da pesca industrial, ao utilizar uma tecnologia considerada simples, além de ser realizada por pescadores autônomos que controlam todo o processo do trabalho, desde a captura até a

---

<sup>95</sup> BAHIA. Governo do Estado. *Guia de orientações para identificação de casos de LER/DORT em pescadoras artesanais – marisqueiras*. Salvador, 2011. p.15.

<sup>96</sup> Salário mínimo pago pelo governo federal. Somente tem direito ao defeso o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal – inclusive as marisqueiras – individualmente, ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, respeitando o período de proibição da pesca, determinado por portaria do IBAMA.

comercialização que, geralmente, acontece em pequena escala. Em alguns casos, é utilizada apenas para o consumo familiar.

Segundo Diegues, o pescador artesanal “[...] passa a viver e a reproduzir sua condição de existência na pesca voltada fundamentalmente para o comércio, é o objetivo da sua atividade ainda que em balaio ou cesto”.<sup>97</sup> Em entrevista, D. Jacira diz: “A vida de pescador é uma aventura, o retorno financeiro é pequeno, só dá para comer. Meu marido é pescador tem um pequeno barco, às vezes pesca sozinho e quando traz peixes grandes vende no mercado da cidade”.<sup>98</sup>

A pesca artesanal se diferencia da industrial, que utiliza mão de obra especializada envolvendo um mercado comercial mais amplo. As embarcações são de grandes dimensões, bem equipadas, atingindo as categorias costeira e oceânica. Geralmente com uma tecnologia avançada, conseguem maior conforto e segurança para os tripulantes, principalmente no que diz respeito ao controle das embarcações.

Embora as marisqueiras sejam consideradas pescadoras artesanais, percebe-se uma discriminação em relação ao homem pescador. Historicamente, alguns limites afastam a mulher da pesca em alto mar, sinalizando ser esta uma atividade masculina. Nessa conjuntura, ser pescador significa ter coragem de ir para o mar em busca do pescado. Isso implica muitos dias longe da família, comendo e dormindo mal, à mercê de fortes tempestades e de possíveis complicações com a embarcação. É antiga a crença que mulher no barco de pescador dá azar, talvez esta seja uma forma de dificultar a inclusão da mulher no ramo da pesca, seja em rio ou em mar. Segundo Antunes

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa *divisão sexual do trabalho*.<sup>99</sup>

Essa divisão sexual à qual Antunes se refere, também é percebida na profissão de pescador, seja por zelo ou simplesmente por marcar território e determinar ocupações em

---

<sup>97</sup> DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983. p. 18.

<sup>98</sup> Jacira Santos Raimundo, 56 anos, marisqueira e pescadora aposentada, residente na Avenida Beira Mar. Entrevista em 20 de maio de 2011. Duração: 60 minutos.

<sup>99</sup> ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007. p.109.

relação às mulheres, ainda em alguns casos, com o intuito de sinalizar a “superioridade masculina”. A esse respeito, Simone Maldonado assevera:

Tradicionalmente as mulheres têm sido excluídas da pesca de alto, sendo largamente conhecidos os mitos existentes sobre a presença nas embarcações e até mesmo o perigo do seu contato com o instrumento de trabalho dos homens. Em alguns grupos tal contato só é considerado perigoso e, conseqüentemente, proibido, em determinados momentos da vida feminina, como a menstruação ou o puerpério. Em outros grupos a mulher nunca entra nos botes e nem deve, em qualquer hipótese, tocar nas redes, arpões, anzóis, espinhéis, etc., sob pena de atrair reveses e prejuízos à atividade masculina no mar.<sup>100</sup>

Simone Maldonado registra uma realidade do Estado da Paraíba. Vale ressaltar que, na cidade de Valença, a maioria dos pescadores nega a existência de tal procedimento, dizendo ser isto apenas uma superstição. Durante as entrevistas, foi registrado o caso de D. Lúcia Maria dos Santos<sup>101</sup> que sendo esposa de pescador, catadeira, ajuda seu esposo na confecção e conserto de redes de *nylon*, além de orientar na limpeza e manutenção das canoas do marido, sinalizando, neste caso, não acreditar nessas histórias.

Em Valença, como em outras localidades, as atividades de extração e catagem do marisco não são incluídas no rol de trabalhos masculinos, portanto, a questão do gênero é bem definida em alguns momentos da vida no mar e no manguezal. Joan Scott esclarece que gênero

É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos dos sexos e da sexualidade, o gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais consignados às mulheres e aos homens.<sup>102</sup>

A fala de Joan Scott novamente sinaliza a diferença entre os gêneros na exploração do trabalho, diferenciando em alguns casos o rendimento entre mulheres e homens ao fazerem a mesma tarefa, tornando o trato quanto ao gênero útil, segundo as conveniências de um determinado grupo de trabalho ou da sociedade. A pouca presença dos homens nos

<sup>100</sup> MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986. p. 19.

<sup>101</sup> Lúcia Maria dos Santos, 42 anos, catadeira, residente no bairro do Tênto. Entrevista em 3 de setembro de 2010. Duração: 25 minutos.

<sup>102</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. p. 7.

manguezais nos remete à discussão acerca de gênero, uma vez que deixa evidente a demarcação dos espaços com fronteiras invisíveis que, na tentativa de serem firmadas, são criadas lendas em torno da mulher na pescaria em alto mar, já mencionada.

Em relação às mulheres acompanharem os homens na pesca em alto mar, os pescadores justificaram essa ausência dizendo preferirem que as mulheres trabalhem como marisqueiras e catadeiras ou tenham outro tipo de trabalho na própria cidade, pois facilita cuidar da casa e dos filhos. Contudo, esses argumentos não foram o suficiente para separar D. Jacira da pesca em alto mar, sendo ela um diferencial na cidade de Valença:

Meu pai tinha uma canoa e, desde os meus cinco anos, comecei a acompanhar na pescaria e na mariscagem, com ele aprendi a pegar caranguejo, ostra, sururu e aratu. Já adulta, conheci um pescador e com ele me casei, tive quatro filhos, três meninos e uma menina. Sempre acompanhei meu marido nas pescarias em alto mar. Comecei a pescar peixes e camarão com rede de *nylon*. Para cada tipo de peixe, tem redes apropriadas. Quando a gente sabia que o mar não tava pra peixe ficava no manguezal mariscando porque era menos perigoso e mais perto de casa. Por várias vezes, enfrentamos temporal em alto mar e ficava difícil controlar a embarcação. Pensamos que íamos morrer.<sup>103</sup>

Embora reconheça os perigos da pescaria em alto mar, D. Jacira demonstra não ter medo, talvez isso ocorra devido ao contato precoce com esse tipo de trabalho. Ela sinaliza entender de pescaria quando afirma que “para cada tipo de peixe tem redes apropriadas”. A expressão “o mar não tava pra peixe”, citada por D. Jacira, quer dizer que o mar estava perigoso, possivelmente haveria tempestades, portanto, não deveria o pescador sair para pescar. A senhora Jacira continua dizendo

Já pesquei com meu marido pra fora do Morro de São Paulo, bem depois da Praia do Encanto. Também já pesquei de calão na Costa do Guaibim. Muitas vezes eu e meu marido ficava acampado em uma ilha em frente ao Curral, gostava de ficar ali porque era o local do embate do vento. Uma vez quando eu estava de barco com meu marido, meus quatro filhos e mais um rapazinho de mais ou menos 11 anos pescando em alto mar, enfrentamos um temporal entre o Curral e o Manguinho. Foi um temporal estranho, quase que mata todo mundo, o vento levou a gente do meio do mar até a praia, parecia um redemoinho, não tinha como controlar o barco, o pessoal do atracadouro foi que socorreu a gente. Outra vez, na Costa do Guaibim em um 1º do ano, fomos botar a boitada no mar, estava eu e uma sobrinha, desta vez saímos de canoa – eu ajudo a arrastar a rede na boitada igual a qualquer homem –, nesse dia quando olhamos lá para o lado de Salvador, vimos uma grande onda preta parecendo uma nuvem de

<sup>103</sup> Jacira Raimundo: Entrevista citada.

poeira vindo em nossa direção, foi um temporal estranho, perante a Deus, foi horrível! O tempo começou a escurecer de repente, sem mentira nenhuma, sem aumentar nem diminuir, então minha sobrinha começou a remar cada vez mais depressa e aquela onda grande se aproximando cada vez mais da gente. Nesse dia, eu tive muito medo não por mim mas pela minha sobrinha, tive medo dela cair no mar e morrer afogada porque não tinha nem colete salva vida, mesmo assim acredito que com aquela tempestade nem o colete salvava a nossa vida. Conseguimos remar até nos afastar da tempestade, na verdade eu ainda acho que foi um milagre nos salvar. Foi Deus que teve pena de nós.<sup>104</sup>

Nos locais de pesca citados por D. Jacira – Curral, Manguinho, Praia do Encanto, Costa do Guaibim –, geralmente só vão pescadores experientes. Quanto ao “embate do vento” citado pela entrevistada, significa o local onde os barcos podem encostar com segurança. O Morro de São Paulo é uma ilha conhecida internacionalmente, pertencente ao município de Cairu, e fica próxima à cidade de Valença. A “boitada no mar” a que D. Jacira se refere, é uma técnica que consiste em largar a rede no fundo do mar, presa por duas âncoras, deixando estirada, sendo geralmente colocada pela manhã e arrastada à tarde, trazendo vários tipos de peixe.

Ao falar dos riscos em alto mar, ficam evidentes os perigos enfrentados com problemas na embarcação e inesperadas tempestades. Neste caso, supõe-se ser preciso, além da coragem, experiência para controlar a embarcação, e talvez este seja um dos motivos pelos quais algumas mulheres optam em não pescar em alto mar.

A senhora Jacira enfrenta a batalha contra a ideia de que a mulher é “sexo frágil”. Ao pescar no mar em igualdade com seu marido, conquista espaços “designados” para os homens. A história de D. Jacira leva-nos a crê que todas as dificuldades e os preconceitos impostos pelo homem não conseguiram intimidar algumas mulheres, que venceram as adversidades utilizando como ponte o sucesso profissional, mesmo que, em alguns casos, isso aconteça em ritmo lento, especialmente na conquista de um emprego melhor quando muitas delas tiveram que abdicar e/ou adiar a própria maternidade. Marlene de Favéri assevera:

É evidente que relações entre homens e mulheres sempre existiram, e que quase sempre foram de arbítrio de um sobre o outro, do masculino para com o feminino, da intolerância de um grupo sobre outro. Porém, é possível visualizar que foi uma luta voraz – ainda o é – a conquista de espaços e cidadania. Isso, em absoluto, não quer dizer que as mulheres

---

<sup>104</sup> Jacira Raimundo. Entrevista citada.

foram submissas, passivas, frágeis, incompetentes: a história nos conta das resistências e transgressões, e, se quase sempre suas ações foram entendidas como crime ou pecado, advindos daí os castigos (queimadas vivas, humilhadas, enforcadas, ditas como loucas), mostram o quanto eram – e são – fortes e inquietas.<sup>105</sup>

A diferença entre gênero evidenciada por Marlene de Fáveri, mesmo sendo uma “luta voraz”, aos poucos vai sendo vencida por mulheres que procuram superar as dificuldades e empecilhos impostos pelo sexo oposto, sempre em busca da cidadania. Esta confirmação é ratificada na fala de D. Jacira ao dizer: “embora tendo marido, nunca fiquei na dependência dele, pois já fui pescar no mar sem ele. Nunca tive medo, aprendi desde cedo a me virar sozinha”.<sup>106</sup> Continuando a entrevista, D. Jacira comenta que aprendeu com o pai a pegar caranguejo, ostra, sururu e aratu. Esta senhora apresentou uma peculiaridade referente à captura do aratu não mencionada por nenhuma das demais entrevistadas:

Meu pai me ensinou uma maneira que pegava muito aratu. Era assim: ele fazia um buraco quadrado na lama onde já sabia que tinha muito aratu. Enterrava uma lata grande no lugar – era aquele tipo de lata de querosene de antigamente –, então, a gente ficava em cima de uma árvore e começava a balançar os galhos da árvore, muitos aratus saíam das tocas e caíam dentro da lata, então ele descia a gente da árvore, tampava a lata e tirava do aterro. Ela ficava cheia de aratu até a boca! Meu pai colocava na canoa e a gente ia pra casa.<sup>107</sup>

D. Jacira, quando se refere ao balanço dos galhos das árvores, diz: “[...] então, ele descia a gente da árvore”; subtende-se que, além dela, havia outras pessoas na árvore, pressupõe-se, portanto, que eram crianças, pois necessitavam da ajuda de um adulto para descer. A presença do pai de D. Jacira nos manguezais configura-se em alguns poucos casos, talvez em razão de o homem acreditar – como já foi dito – ser este, um trabalho para mulher.

No dia a dia das marisqueiras e catadeiras, existem ocasiões em que elas não conseguem vender o marisco diretamente ao consumidor, o que as leva a negociar com os atravessadores ou pataqueiros. Esse procedimento implica prejuízos financeiros para essas mulheres, pois os produtos são passados para eles com pouquíssima margem de lucro para as marisqueiras, em contrapartida, estes os revende, muitas vezes, com preços abusivos,

---

<sup>105</sup> FÁVERI, Marlene de. *Exclusão, cultura e violência em curso*. Revista Contrapontos (UNIVALI), Editora da Univali, Itajai, SC, v. 03, n. n.3, p. 415-424, 2003. p. 417.

<sup>106</sup> Jacira, entrevista citada.

<sup>107</sup> Idem.

obtendo grande retorno financeiro. Em 31 de agosto de 1968, o *Folha da Cidade* publicou na primeira página uma matéria intitulada “Muito bem Sr. prefeito”, no seguinte teor:

O nosso amigo Vereador Sr. Antônio Souza, louvando a atitude do Prefeito deste Município Sr. João Leonardo da Silva, informou a esta Redação, que em dias desta semana, o Sr. Prefeito, revoltado com a abusiva exploração de vários pataqueiros, vendedores ambulantes de peixes, nas vias públicas, por preços elevados, proibiu dita modalidade de vendas, ordenando que de ora a vante serão apreendidos e levados para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Outra exploração que se faz mister uma providência é a taxação dos preços dos camarões, pólvos e lagostas que os pataqueiros cobram preços absurdos de acordo com a sua vontade e o povo clama dizendo: nesta terra camarão só quem come é o rico.<sup>108</sup>

Os altos preços cobrados pelos pataqueiros ou atravessadores e que se tornaram motivo de revolta na população valenciana na década de 60, também foram registrados nos anos de 1970 a 2000, período que abrange a pesquisa. Na tentativa de fugir a tais procedimentos, muitas marisqueiras, catadeiras e pescadores optam por se associar nas Cooperativas. Essas instituições seguem o Regime Jurídico das Cooperativas de Pesca instituído pelo Decreto-Lei nº 312, de 18 de novembro de 1981, e são regidas pelo Código Cooperativo. Entre outras atribuições, estão a captura, a apanha, a cultura, a conservação, a transformação, a carga, o transporte, a descarga, a de venda dos produtos da pesca e demais recursos vivos do mar (Artigo 2º).

As Cooperativas “[...] tendem principalmente a se formar quando os trabalhadores se sentem usados e explorados por intermediários, o que os faz se unir para conseguir preços mais justos e comercialização mais direta e sistemática para o seu produto”<sup>109</sup>, portanto, Cooperativas de Pesca são instituições financeiras amparadas por lei que visam exclusivamente ao fomento da pesca e da sua comercialização.

A referida Cooperativa de pesca teve início em Valença na década de 80, entretanto, a partir da década de 90, esta deixou de exercer algumas atividades inerentes a uma Cooperativa, visto que os pescadores e marisqueiras passaram a entregar o produto do seu trabalho diretamente nas peixarias da cidade. O trabalho da Cooperativa de Valença se restringiu a comprar peixes de linha, a exemplo do badejo, cavala, vermelho, dourado,

<sup>108</sup> COUTINHO, Lourival. *MUITO BEM, Sr. Prefeito. Folha da Cidade*, Nova fase, ano 4, n. 54, 31 ago. 1968.

<sup>109</sup> MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*, op. cit., p.53.

atum, badejo, xumberga, comercializados diretamente da cidade de Alcobaça, e ao comércio de gelo para barcos de pesca.

O trabalho da pesca quanto o da mariscagem ainda não são devidamente valorizados pela sociedade valenciana. Isso pode ser confirmado na fala de D. Elza que, ao ser entrevistada, diz: “As pessoa pechincha muito o quilo do marisco, acha caro e diz que nós pega de graça no mangue, mas elas não sabe quanto risco nós corremo, quanta fome e frio lá passamo, longe de casa, as vez até perdemo pedaço de dedo”.<sup>110</sup>

A experiência de muitos anos nos manguezais fez com que essas mulheres dominassem alguns saberes peculiares à profissão, como o não precisar usar relógios para sua orientação quando estão nos manguezais, uma vez que elas não se prendem ao tempo do relógio e, sim, ao tempo da maré, numa rotina demarcada pela natureza ao impor regras seguidas pelas marisqueiras. Rosana Gomes, nos estudos que fez acerca das marisqueiras de Salinas da Margarida que trabalham na mariscagem do chumbinho, deixa evidente que as pessoas cujo trabalho depende do mar, o desenvolvem em qualquer hora, não podendo escolher horários fixos, vez que a maré dita seus próprios horários.<sup>111</sup> Essa discussão relacionada ao ritmo da maré também é compartilhada por Jerusa do Rosário no trabalho sobre marisqueiras e pescadoras da reserva extrativista da Baía do Iguape, registrando o explorar das águas por essas trabalhadoras que, em todos os momentos, estão na dependência e sujeitas “ao tempo em que a maré dá o tom”.<sup>112</sup>

Em quaisquer circunstâncias, as pessoas cujo trabalho depende da maré, estão sempre atentas aos horários não dos relógios convencionais, mas do ir e vir das águas, contudo, fora do trabalho, se adaptam a outro tempo, ditado pelo relógio que marca o tempo social. Ao seguirem seu próprio tempo, as marisqueiras acumulam experiências e forças, vencendo as intempéries da natureza, além de coordenar o seu dia a dia dentro e fora dos manguezais. A senhora Nilzete afirma:

Quem vive de mangue tem que obedecer a maré, sai com a maré baixa e volta com a maré alta. A gente leva o canto e quando entra no mangue deixa enfiado na lama até a maré encher. Quando a gente sai do mangue a

---

<sup>110</sup> Elza Barbosa dos Santos, 65 anos, marisqueira aposentada, residente no bairro do Tento. Entrevista em 5 de março de 2010. Duração: 30 minutos.

<sup>111</sup> GOMES, Rosana Costa. *A vida no vai e vem das águas: mulheres marisqueiras de Salinas da Margarida: trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)-Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2009. p. 63.

<sup>112</sup> ROSÁRIO, Jerusa Jesus do. *Marisqueiras e pescadoras: o cotidiano na reserva extrativista Baía do Iguape, Bahia*. Dissertação de Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional-Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2009. p. 66.

maré já está enchendo. Quando a maré enche e volta a baixar os peixe fica preso dentro dele, a gente já sabe o tempo, então voltamos no mangue para tirar as moreia e tudo mais que ficou preso no canto porque se demorar vem o guaxinim ou o rato do mangue e come tudo, trabalho perdido!<sup>113</sup>

Para as marisqueiras, essa obediência à maré faz parte de um “ritual” do seu dia a dia, que deve ser seguido, para sua segurança e maior retorno na captura dos mariscos, haja vista que, na maioria, essas mulheres são chefes de família. Elisabete Rodrigues apresenta uma discussão sobre as mulheres charuteiras na região fumageira com objetivos similares aos das marisqueiras, pois, naqueles armazéns de beneficiamento de fumo, ampliando o turno com os charutos feitos em casa, as mulheres trabalhavam para sustentar a família.<sup>114</sup> Na ausência do marido, muitas vezes as marisqueiras e catadeiras aumentam a jornada de trabalho, chegando a ficar muito tempo fora de casa. Michelle Perrot observa:

As mulheres desdobram uma extrema engenhosidade para encontrar nos múltiplos comércios das cidades, onde conhecem todos os cantos, recursos complementares que empregam para completar o orçamento da família ou lhe proporcionar alguns pequenos prazeres, ou que economizam para os dias difíceis que vêm periodicamente com os meses parados. Em tempos de crise ou de guerra, essa contribuição marginal se torna essencial. As mulheres então se ativam em todos os sentidos. Nunca trabalham tanto como quando o homem está desempregado.<sup>115</sup>

As engenhosidades sinalizadas por Michelle Perrot remetem a situações que envolvem as mulheres marisqueiras, pois, quando não estão nos manguezais, estão em suas casas trabalhando no beneficiamento do produto ou mesmo em outra lida na luta do dia a dia, para dar o melhor que podem aos seus filhos. Muitas delas não têm marido e, quando têm, alguns passam muito tempo desempregados, sendo elas obrigadas a assumir as despesas do lar e dos filhos.

Nas entrevistas, a maioria das marisqueiras demonstrou cuidado com o manguezal, certamente por saberem que dali depende a sobrevivência da família, contudo, paradoxalmente, a Figura 13 registra – no lado direito da parte superior – o corte de um mangue adulto, feito provavelmente por um machado, visto que, se cortado por motosserra,

<sup>113</sup> Nilzete Santos. Entrevista citada.

<sup>114</sup> SILVA, Elisabete Rodrigues. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. p.17.

<sup>115</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 190.

teria outro tipo de corte. Além disso, certamente o som provocado pela máquina chamaria a atenção de outras pessoas, inclusive fiscais do IBAMA.



Figura 13 – Foto do Manguezal com a maré alta – corte de manguê adulto.  
Fonte: Fátima Brasão (dezembro de 2010).

Ao questionar algumas marisqueiras a respeito dessa prática – proibida na região de Valença –, estas informaram que, por vezes, aparecem homens desconhecidos no manguezal e cortam algumas árvores, deixando troncos e galhos escondidos entre o mangue para virem buscar antes do amanhecer, quando não existe nenhuma fiscalização. Essas árvores, cortadas num procedimento ilegal, são utilizadas na fundação de algumas casas erguidas em área aterradas sobre o manguezal, isso porque elas não apodrecem em contato com a água, dando maior sustentação à edificação.

Um olhar mais apurado na Figura 13 nota também na parte superior, ao lado esquerdo, uma casa de marimbondo – espécie de vespa – que, às vezes, ataca as trabalhadoras no manguezal. Dependendo da espécie e, em caso de o atacado ter alergia a picada de insetos, não sendo socorrido em tempo, poderá vir a óbito.

Com roupas ensopadas, dependendo da distância que estão, as marisqueiras podem levar cerca de uma hora até chegar a casa e, assim, trocar de roupa para começar a segunda etapa da jornada, que consiste em buscar gravetos e paus secos para fazer o fogo e prezoinhar o produto, preparando-o para o processo de catagem. Nesse processo, o marisco não pode levar sal, pois tiraria dos clientes a possibilidade de temperá-los segundo o gosto.

Embora algumas marisqueiras e catadeiras tenham em casa o gás de cozinha, não o utilizam para precozinhar os mariscos em razão de serem utilizadas grandes panelas, o que demandaria muito tempo de uso do gás. Portanto, considerando o custo/benefício, isso não seria viável, uma vez que tiraria parte do lucro dessas trabalhadoras.

No caso do caranguejo, siri, aratu e guaiamum, após o precozimento, é preciso ter uma faquinha de ponta fina e uma visão aguçada, além de uma boa coordenação motora para retirar a carne do marisco sem deixar pedaços de cascos, o que diminuiria a qualidade e, conseqüentemente, o valor para a venda. A especificidade do trabalho feminino é referendada por Margarete Nunes que, ao escrever sobre o trabalho da mulher fumageira, narra: “[...] o trabalho no armazém de fumo exigia habilidade manual e delicadeza no manuseio com as folhas de fumo [...] porque a fragilidade das folhas exigia delicadeza, algo que é historicamente associado à mulher”.<sup>116</sup> No caso da cata dos mariscos, essas qualidades, somadas à destreza e atenção, são de suma importância para um bom resultado final do produto. Certamente os mariscos não têm a fragilidade das folhas do fumo, entretanto, alguns cuidados são imprescindíveis para o catado ser considerado de qualidade, e, entre eles, estão aspectos específicos: não possuir resíduos de cascos, a carne do marisco não estar “esfarinhada”, deve sempre ser conservado em refrigeração, além de ser embalado em sacos plásticos apropriados. Tudo isso soma valor ao produto, sendo, portanto, tais atitudes observadas e seguidas pela maioria das catadeiras de Valença. Todas as catadeiras entrevistadas têm conhecimento desses aspectos e dizem seguir as “normas”.

Muitas vezes, algumas catadeiras reúnem colegas de trabalho em frente a sua casa para ali, em meio a prosas, risadas e “fococas”, catarem o produto, por entenderem que assim o trabalho acaba mais rápido, não sentindo o tempo passar, pois conseguem se desligar um pouco dos problemas e afazeres domésticos. Segundo elas, até o cansaço diminui e aumenta o rendimento, pois trabalham com mais prazer. A senhora Elza Barbosa<sup>117</sup>, durante uma entrevista, afirmou que, em companhia das colegas, catando e “jogando conversa fora”, a sua produção dobrava. Embora já esteja aposentada, esta senhora não perdeu o hábito de sentar no passeio de sua casa para passar o tempo ajudando sua vizinha a catar camarões.

---

<sup>116</sup> GOMES, Margarete Nunes Santos. *Caprichos e trapiches; memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA (1960-1980)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local)- Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010. p. 70.

<sup>117</sup> Elza Barbosa. Entrevista citada.



Figura 14 – Foto de D. Maria Rumana da Conceição – Marisqueira.  
Fonte: Fátima Brasão (3 de maio de 2011).

A senhora Maria Rumana, 93 anos de idade, viúva, pensionista, ainda muito lúcida, relata que suas filhas não gostavam de ajudar no trabalho com os mariscos. Relembrando o tempo que trabalhava na mariscagem, ela diz:

Minha fia, no meu tempo eu tirava guaiamum, caranguejo, siri e aratu. Eu pegava um cordão amarrava na boca da lata com alguma coisa que sirvia de isca, por exemplo, um pedaço de limão, aí o bicho vinha e, ao querer pegar a isca pra comer, caía dentro da lata, eu enchia uma lata. Outra forma era pegar uma vara pequena, enfiava uma perninha de siri ou outra coisa qualquer, jogava no rio e pegava a moréia.<sup>118</sup>

Continuando a conversa, ela informou que tirava caranguejo de bicheira e de tapado. Ao ser questionada sobre o que seria ‘bicheira’ e ‘tapado’, D. Rumana pegou um ferro com as pontas envergadas semelhantes a um anzol que estava pendurado na parede da cozinha e, mostrando, explica:

A bicheira é isso, em uma das ponta a gente colocava uma isca que podia ser um camarão, quando via um caranguejo ou um siri entrar no buraco, a gente colocava o ferro com a isca dentro do buraco, segurando na outra ponta. Quando sentia que o bicho pegava a isca, a gente puxava e jogava dentro do samburá. O tapado a gente pegava um mato do mangue, fazia uma bucha e tapava a toca do caranguejo ou do guaiamum. Depois

<sup>118</sup> Maria Rumana da Conceição, 93 anos, marisqueira pensionista, residente no Alto do São Roque, teve quatro filhos, sendo que um faleceu quando pequeno. Entrevista em 7 de outubro de 2010. Duração: 1 hora e 30 minutos.

pegava lama e jogava por cima do mato. A gente fazia isso em muita toca, depois começava a distampar a partir da primeira que foi tapada porque pelos cárculo; a gente já sabia o tempo que o caranguejo devia está na boca da toca querendo distampar para respirar. Aí, era só, rapidinho, com jeito, pegar o bicho.<sup>119</sup>

Nesse momento, D. Rumana respira profundamente e diz: “Ah, minha fia, eu criei meus três fios e quatro netos foi com isso”. Ao narrar situações de seu trabalho, quando ainda mariscava, essa senhora registrou duas técnicas para pegar mariscos, não citadas pelas demais marisqueiras, as quais ela chamou de bicheira e tapado, talvez devido ao fato de serem muito utilizadas no tempo em que mariscava. Segundo ela, com essas técnicas, obtinha retorno satisfatório, por conseguir o objetivo, que era pegar grande quantidade dos referidos mariscos. Segundo Ecléa Bosi:

A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido. É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, “racionalizando” as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória é um trabalho sobre o tempo, abarcando esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil.<sup>120</sup>

Esse tempo discutido pela pesquisadora lembra uma das entrevistas feitas com D. Rumana, quando, em determinados momentos, a entrevistada subitamente fugiu da questão discutida, partindo para outras discussões em tempos bem mais distantes, porém demonstrando que estes eram momentos de grande importância na sua vida, levando-me a entender o porquê de a memória ser considerada por Ecléa Bosi como sendo “[...] um trabalho sobre o tempo vivido conotado pela cultura e pelo indivíduo”.

Em alguns momentos das entrevistas, foi percebido, ainda, que a saudade das companheiras de trabalho começava a interferir nas lembranças, principalmente quando as companheiras eram falecidas, pois algumas entrevistadas paravam uns instantes e, ao retomarem a entrevista, apresentavam os olhos cheios de lágrimas, expressando um grande sentimento de perda. Foi o caso de D. Gertrudes que, ao ser entrevistada, conta:

<sup>119</sup> Rumana Conceição. Entrevista citada.

<sup>120</sup> BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 53.

Uma vez eu fui pro mangue com mais três amiga. Quando chegou a hora de ir pra casa, uma amiga pegou um saco cheio de sururu e amarrou na cintura, aí entramo na canoa. Quando passamo num canal a maré já estava alta. No meio do rio, num lugar fundo, a canoa virou e minha amiga ficou presa embaixo. Eu e a outra colega seguramo na canoa e gritamo um homem que estava pescando ali mais ou meno perto. Ele ouviu e veio ver o que estava acontecendo, mas quando ele mergulhou e tirou minha amiga, ela já estava morta, a gente entrou em disispero, aí ele colocou a gente na canoa dele e levou pra Valença com minha amiga morta.<sup>121</sup>

Essa entrevista retrata o sofrimento e a angústia daquelas que, embora estando presentes, nada puderam fazer para evitar aquela tragédia. Restava apenas transformar a fraqueza em força para, nos dias seguintes, retornar ao manguezal. Muitas vezes, as marisqueiras, ao serem submetidas a alto risco, chegam a subtrair sua própria vida. Talvez a amiga de D. Gertrudes tenha falecido em virtude das condições da embarcação e pela falta de observação dos perigos do rio. Relembrar esse episódio foi doloroso para a entrevistada, que pediu para terminar a entrevista. Triste “viagem” nas lembranças de toda uma vida! Lucila Delgado também registra:

A memória, principal fonte dos depoentes orais, é cabedal infinito, onde múltiplas variáveis, temporais, topográficas, individuais, coletivas – dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma revelada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida.<sup>122</sup>

Percebe-se que o ponto final dado na entrevista por D. Gertrudes sinaliza o término de uma discussão que lhe traria muito sofrimento guardado no seu subconsciente, confirmando o que Lucila Delgado diz: “[...] protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida”. Pela oralidade, essas mulheres registram suas histórias de vida de maneira singular, dando ênfase, ou não, a determinadas épocas. A esse respeito, acrescenta Paul Thompson que a história oral “[...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”.<sup>123</sup> Além

<sup>121</sup>Gertrudes de Jesus, 53 anos, marisqueira e catadeira, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em 4 de outubro de 2010. Duração: 60 minutos.

<sup>122</sup>DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.16.

<sup>123</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 22.

disso, a história oral traz a oportunidade de pessoas comuns se posicionarem, criando e recriando sua própria história.

Nesse contexto, percebe-se que, durante as entrevistas, no ato de lembrar, tempos e fatos se misturam em épocas distintas, mas como elos entrelaçados a todo o momento, às vezes causando alguns conflitos, fazendo-se necessário entendê-los e decifrá-los. Norberto Bobbio assevera:

O lembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência porque é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos [...]. Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo a nossa lembrança, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade.<sup>124</sup>

O ato de lembrar, discutido por Norberto, muitas vezes durante as entrevistas trouxe algumas situações melindrosas, com pouca compreensão ao analisá-las em uma ótica mais recente, principalmente porque, nas entrevistas com mulheres acima de 70 anos de idade, percebia-se que algumas vezes, no auge da conversa, a memória parecia falhar. Nesses momentos, uma das saídas foi usar “palavras-chave” no intuito de ajudar a retomar a entrevista, driblando o “lapso da memória” que o tempo, somado em alguns casos, ao estado de saúde, insiste em demonstrar. Segundo Marc Bloch:

Mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e, no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado. Novos tempos levam a novas historicidades; boas perguntas constituem campos inesperados.<sup>125</sup>

Marc Bloch observa que, numa entrevista, saber perguntar é primordial. Algumas vezes, durante as entrevistas, fora notado que as marisqueiras negavam e omitiam informações ou, simplesmente, ficavam em silêncio diante de algumas perguntas, talvez por medida de segurança, temendo se expor.

---

<sup>124</sup> BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 30-31.

<sup>125</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 8.

Segundo Déa Fenelon, nesses momentos é preciso saber “[...] extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas”.<sup>126</sup> Essa releitura é fundamental para melhor compreender e contextualizar determinada situação. Por sua vez, Portelli assevera: “[...] se ouvimos e mantivemos flexível nossa pauta de trabalho, a fim de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer, nossas descobertas vão superar nossas respostas”.<sup>127</sup> Portelli busca passar para aqueles que trabalham com a oralidade a importância que deve ser dada ao ato de ouvir, uma vez que, até mesmo nas menos prováveis possibilidades, podem surgir narrativas para a pesquisa, pois trabalhos significativos muitas vezes estão no diferente, no inquestionável e em momentos que parecem não dar bons resultados de imediato. José Meihy enfatiza a importância da entrevista ao dizer:

Olhar nos olhos, perceber as vacilações ou o teor emotivo das palavras, notar o conjunto de fatores reunidos na situação da entrevista é algo mais do que a capacidade de registro pelas máquinas, que se limitam a guardar vozes, sons gerais, e imagens. A percepção das emoções é bem mais complexo do que aparenta, e sua captação se dá apenas pela presença física de pessoas.<sup>128</sup>

Essas peculiaridades registradas foram percebidas durante algumas entrevistas, inclusive com momentos inusitados, nos pronunciamentos, gestos, desabafos e descobertas de hábitos que, até então, não tinham sido registrados em entrevistas anteriores. A referência aqui é feita em relação ao povoado de Cajaíba, onde ainda é possível perceber a permanência de hábitos não vistos em centros urbanos. Ao entrar em contato com marisqueiras e catadeiras dessa localidade, as expectativas foram sendo superadas pelo retorno das buscas.

Em alguns lugares de Cajaíba, foi registrado o hábito de reuniões noturnas nos passeios das casas ou próximas a uma pequena fogueira onde as pessoas contam “causos” da pescaria e da mariscagem ou, simplesmente, contemplam o luar. Constatou-se, nas conversas com algumas mulheres, que dificilmente elas conseguem se desvencilhar dos

---

<sup>126</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: história e pesquisa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História*, Departamento de História da PUC, São Paulo, Educ, 1981. p. 77.

<sup>127</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997. p. 22.

<sup>128</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 22-23.

trabalhos nos manguezais, até mesmo quando o assunto é outro. O trabalho está tão entrelaçado em suas vidas que, até em outros momentos decorrentes do seu dia a dia, elas fazem alguma ligação com a mariscagem. Wellington Castellucci assevera:

Indubitavelmente, em um mundo onde as relações de trabalho ainda estão submetidas às determinações e aos condicionamentos do tempo da natureza, é quase patente a inexistência de uma grande dicotomia entre trabalho e a vida cotidiana. Por vezes, as diversas dimensões da vida são tão fortemente imbricadas, que se torna difícil estabelecer rigorosos e compartimentalizados turnos de trabalho e de descanso.<sup>129</sup>

Portanto, entre as marisqueiras e catadeiras, percebe-se a inexistência de uma dicotomia entre o trabalho e a vida cotidiana, estendendo-se até nos momentos de lazer, ratificando o que Castellucci registra.

Ao fazer uma analogia entre caçadores, pescadores e navegantes, Thompson sinaliza o aproveitamento do tempo, de forma diferenciada segundo a profissão, pois, enquanto os caçadores aproveitam as horas noturnas para montar as armadilhas, os dois últimos completam suas vidas com as marés.<sup>130</sup> Thompson acrescenta ainda que “[...] na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o ‘trabalho’ e a ‘vida’. As relações sociais e o trabalho são misturados e não há grande senso de conflito entre o trabalho e ‘passar do dia’”.<sup>131</sup>

A maioria dos moradores de Cajaíba, além da atividade de mariscar e pescar intrinsecamente ligados à vida da comunidade, ainda mantém plantações de cacau e cravo-da-índia. Em algumas casas, foi constatada a existência de uma segunda cozinha com o piso de terra batida e o fogão a lenha em perfeito funcionamento, cozinha esta que algumas catadeiras ainda usam para aferventar os mariscos, antes do processo de catagem.

Devido à facilidade de mariscar e pescar – por ser este povoado margeado por manguezais –, é facilmente percebido que o hábito alimentar, na maioria das vezes, consiste em peixes, crustáceos e mariscos, acompanhados de feijão, arroz, farinha e pimenta, levando a crer que os hábitos alimentares perpassam, muito firmemente, pela cultura do lugar. Para Charles Santana:

---

<sup>129</sup> CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. *Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 93.

<sup>130</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado...*, op. cit., p.271.

<sup>131</sup> Id., *ibid.*, p. 271.

No contexto de toda uma cultura, o meio ambiente fazia-se presente na constituição de hábitos, valores, costumes, representações da vida e da luta criados e recriados pelos trabalhadores da região. Os ritmos da natureza condicionavam o cotidiano, tanto nas suas dimensões tradicionais, quanto naquelas em que o rompimento com o mundo rural mostrava-se eminente: o trabalho, o lazer, a moradia, a alimentação.<sup>132</sup>

Charles faz uma discussão relacionada ao mundo rural de meeiros, rendeiros e pequenos proprietários das cidades de Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus, ambas localizadas no Estado da Bahia. Esse estudo, embora seja relacionado ao mundo rural, apresenta semelhanças do dia a dia das mulheres marisqueiras e catadeiras de Cajaíba no que tange à solidariedade no trabalho e na cultura, sobretudo religiosa e alimentar, vivenciados por essas mulheres. A senhora Judite, de 67 anos, residente nesse povoado, ao relembrar a época de infância, revela:

Desde criança, bastava ter o peixe, o feijão e a farinha que a gente se sentia satisfeita. Não tinha esse negócio de lasanha, biscoito recheado e todas essas coisas. O mangue é que nos sustentava e nos sustenta até hoje com peixes e mariscos. O feijão era meu pai que plantava e a farinha minha mãe fazia na casa de farinha que tinha no funda da casa. Hoje a casa de farinha não existe porque foi derrubada para plantar cacau. Antigamente era tanta fartura que traz saudade! Sinto muita saudade daquele tempo!<sup>133</sup>

Percebe-se um saudosismo na fala de D. Judite, as mudanças no modo de vida das famílias ribeirinhas de Valença têm levado a alterações perceptíveis em seu cotidiano, pois os avanços da sociedade vêm impondo novas formas de viver o lugar. A sociedade moderna impõe, de certa forma, diferentes procedimentos e atitudes que são incorporados pelas novas gerações e que nem sempre são aceitos ou compreendidos pelos mais idosos.

A senhora Carmem Xavier, 77 anos, marisqueira aposentada, parece se queixar ao dizer: “Hoje eu gasto mais energia que antes, porque antes minhas filha usava a máquina de datilografia, hoje quando minha neta vem de Salvador fica o dia inteiro usando o computador que ganhou no aniversário de quinze anos”.<sup>134</sup> A fala dessa senhora reflete um conflito de cultura: “Vivemos em um tempo que exige insistentemente o sensacional, o

<sup>132</sup> SANTANA, Charles D’Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações*. Bahia: 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998. p. 37.

<sup>133</sup> Judite Santana, 67 anos, marisqueira e catadeira, aposentada, residente no bairro Mangue Seco. Entrevista em 7 de agosto de 2010. Duração 30 minutos.

<sup>134</sup> Carmem Xavier, 47 anos, catadeira, residente no bairro do Tendo. Entrevista em 3 de junho de 2010. Duração: 25 minutos.

exótico e que as dificuldades para nomearmos a complexidade e a riqueza cotidiana são inúmeras, [...]”.<sup>135</sup> A tentativa de acomodação ao mundo atual com suas especificidades e aparatos tecnológicos, em alguns momentos, tem trazido “transtornos” para os mais idosos por não saberem utilizar nem terem facilidade em manuseá-los. Entretanto, essas pessoas buscam entender a importância do mundo tecnológico, acomodando-se a novas situações, principalmente porque estão vivendo numa época demasiadamente diferente do tempo em que eram jovens.

As entrevistas registraram que, a partir do ano 2000, ocorreu uma mudança no hábito da mariscagem noturna nos manguezais da cidade de Valença, pois as marisqueiras procuravam retornar para casa antes do entardecer. Segundo algumas mulheres, essa mudança de hábitos ocorreu devido aos riscos, uma vez que os manguezais passaram a servir de esconderijos para malfeitores quando fogem da polícia, motivo pelo qual as marisqueiras sentem-se inseguras, buscando trabalhar em grupos maiores, sempre durante o dia e, de preferência, nos locais mais próximos de suas residências. A senhora Augusta de Jesus Pinto diz: “Eu mesma já tomei um susto danado porque uma vez quando cheguei no mangue com uma vizinha, encontrei um rapaz escondido lá, mas ele não fez nada com a gente, só estava se escondendo”.<sup>136</sup> Esse fator marca a insegurança dessas mulheres, num local que antes era tranquilo, e o desestímulo no passar esta profissão para as novas gerações. A senhora Augusta, a partir desse episódio, passou a não mais frequentar os manguezais a partir dos fins de tarde.

## 2.2 ADOECER E CURAR: DE VOLTA AO MANGUEZAL

O manguezal<sup>137</sup>, importante ecossistema, menosprezado no passado, hoje reconhecido como um dos mais complexos, férteis, diversificados e produtivos da terra, é um local frequentemente inundado pelas marés.

---

<sup>135</sup> PRIRORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.

<sup>136</sup> Augusta de Jesus Pinto, marisqueira, 41 anos, residente no bairro da Bolívia. Entrevista em 13 de abril de 2010. Duração 30 minutos.

<sup>137</sup> É um ecossistema constituído por uma vegetação predominantemente lenhosa e arbórea, que coloniza solos lodosos, pouco consolidados, ricos em matéria orgânica e com baixo teor de oxigênio. Apresenta uma

Considerado um ambiente inóspito, por abrigar florestas escuras, sem atrativo estético e infectado por borrachudos, maruins e mutucas, é o local onde as marisqueiras retiram sua sobrevivência, lugar no e a partir do qual são exercidas práticas específicas, que, como vimos anteriormente, compõe o cotidiano das marisqueiras. Parte desse cotidiano é marcada pelas doenças causadas pela mariscagem.

As doenças dermatológicas, infecções respiratórias e parasitárias geralmente estão relacionadas às condições ambientais. Entre as marisqueiras, a ocorrência de tais doenças é algo constante, devido às condições de trabalho no manguezal, visto que, permanecem muito tempo em contato com a água e a lama, agravadas pelo fato de muitas delas não terem acesso a esgotamento sanitário, coleta de lixo, abastecimento de água e limpeza pública, chegando a morar nos arredores dos manguezais. Em face de tal situação, a senhora Maria dos Santos, 67 anos, relata:

Já tive muita gripe quando trabalhava no mangue, cheguei a ter bronquite e fiquei quase dois mês de cama. Minha “valença” era a minha filha mais velha que trabalhava na casa de uma pessoa rica e o marido dela era médico, então eu conseguia remédio de graça e a patroa dela mandava uma cesta básica todo mês pra mim. Eu ficava com vergonha porque nunca, nunca mesmo, desde que me entendo como gente, em ponto de pobre nunca vivi nas custas de ninguém, mas graças a Deus eu fui ficando boa e como não tinha outro trabalho, voltei pro mangue e assim criei todos os meu sete filho e mais um neto.<sup>138</sup>

A narrativa apresentada por D. Maria não se configura uma exceção. As condições de trabalho às quais estão submetidas algumas marisqueiras e catadeiras, contribuem para a desestruturação, fragmentação e desestímulo a uma profissão anteriormente passada de mãe para filha. A doença adquirida naquele local frio e úmido afastou D. Maria dos trabalhos e, sem condições para manter a família, foi obrigada a viver de favores, ferindo sua dignidade. Quando ela afirma que “foi ficando boa e logo voltou ao mangue”, pressupõe-se que seu retorno às atividades de marisqueira se deu antes da cura da enfermidade. Voltar ao manguezal, antes mesmo de ficar boa, significou, além da necessidade de sustentar a família, a retomada da dignidade, sendo “[...] a doença quase

---

grande variedade de espécies de microorganismos, macro-algas, crustáceos e moluscos, adaptados às constantes variações de salinidade e fluxo das marés. É local favorável à proteção, alimentação, reprodução e desova de muitos animais. Localiza-se nas regiões costeiras tropicais e subtropicais do planeta, estabelecendo-se nas zonas entre marés, faixa de transição entre a terra e o mar quase sempre abrigado por rios e estuários. Projeto cidadania ambiental. IDEIA, Valença-BA, p. 57.

<sup>138</sup> Maria Célia dos Santos, 47 anos, residente no Alto São Roque. Entrevista em 10 de agosto de 2009. Duração: 35 minutos.

sempre é um elemento de desorganização e de reorganização social”.<sup>139</sup> Na lida nos manguezais, as marisqueiras sofrem com algum tipo de doença, muitas vezes sendo obrigadas a se afastar, principalmente quando acometidas de enfermidades no aparelho respiratório, e, tendo sua vida desorganizada pela doença, buscam meios para reorganizá-la, pois têm de continuar mantendo a família.

Sara Farias, em seu trabalho intitulado *Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina*, ao analisar o cotidiano dos trabalhadores dentro das minas, discute a questão da silicose, doença que permeou a história de vida dessas pessoas. Essa discussão apresenta um aspecto em comum com o trabalho das marisqueiras de Valença no que se refere à insalubridade nos locais de trabalho, motivo pelo qual muitas marisqueiras são obrigadas a se afastar do labor por contrair doenças. A esse respeito, ela afirma que “o trabalhador, ao contrair a doença é deslocado do papel social que desempenhava, desorganiza sua vida pessoal e familiar e é submetido a frustrações e sofrimentos que podem ser considerados danos morais”.<sup>140</sup> Essa frustração e sofrimento moral são perceptíveis na fala de D. Maria que, ao se ver impossibilitada de entrar nos manguezais, foi obrigada a viver de favores, submetendo-se ao recebimento de cestas básicas para manutenção da família.

Durante a entrevista, ao dizer que “em ponto de pobre nunca vivi nas custas de ninguém” ficou visível a vergonha dessa senhora que para sobreviver foi obrigada a depender de estranhos, sentindo-se ferida na sua dignidade de mulher trabalhadora.

A senhora Joana Venância dos Santos, 76 anos, viúva, ao relatar seu quadro de saúde, por várias vezes se emocionou, falava com muita restrição, como se desejasse esconder a extensão do problema que fora acometida. Acanhada, disse:

Tive vinte e um filho, quatro perca e dezessete de tempo, tudo em casa, dois quando morreu já estava adulto. Nenhuma das minhas filha seguiu o trabalho de marisqueira, só um é pescador. As vez a gente fica doente, eu mesmo peguei uma danada de uma pneumonia com a frieza do manguê e por causa dessa doença fiquei mais de dois mês de cama, sofri muito, pensei que ia morrer. Meus vizinho me ajudou muito tomando conta dos minino e dando comida.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre: O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 144.

<sup>140</sup> FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Editora da UFPE, 2008. p. 270.

<sup>141</sup> Joana Venância dos Santos 76, marisqueira aposentada, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em julho de 2010. Duração: 30 minutos.

Por essa entrevista, fica evidente o sofrimento da marisqueira, que, uma vez doente, impedida de trabalhar, passou a depender da ajuda de vizinhos que colaboravam na sua alimentação e dos seus filhos. Percebe-se a rede de solidariedades existente entre os vizinhos que, certamente, compartilhavam da mesma rotina nos manguezais. Charles Santana, ao discorrer a respeito da migração em direção à cidade, vivida por meeiros, rendeiros e pequenos proprietários de Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus, registra que existia entre eles “[...] uma amizade com significado de interdependência, de contribuições de parte a parte, principalmente no sentido de conseguir ‘lugar de trabalho’”.<sup>142</sup> Segundo ele, essa ajuda mútua se estendia a outros momentos como: auxílio em casos de doença, nascimento de uma criança e até mesmo no que tange ao financeiro. Embora sejam condições e situações distintas, a narrativa de Charles remete-nos a momentos vividos por algumas marisqueiras e catadeiras de Valença. Portanto, pressupõe-se que, nessas situações, a solidariedade fortalecia a amizade. A senhora Regina Célia Santos, em entrevista, diz: “Não tenho muito, mas o pouco que tenho divido com minha colega de trabalho que está acamada com fortes dores no corpo”.<sup>143</sup> No dia a dia das marisqueiras e catadeiras, é perceptível a ajuda mútua, principalmente quando têm em comum o “ser mãe de muitos filhos e não ter companheiro”.

As marisqueiras se expõem ao sol por várias horas consecutivas causando-lhes fortes dores de cabeça, muitas vezes são vitimadas por cortes profundos nas extremidades do corpo, sobretudo nos pés, ocasionados por galhos de plantas, pedaços de vidros, latas e arames submersos nas lamas. Geralmente cometidas por doenças graves, elas se expõem aos riscos dos manguezais, dada a necessidade de sobreviver. Ali elas riem, choram, trabalham e sonham por melhores dias.

Na busca pela superação dos problemas e doenças advindas do exercício da profissão, que, por vezes, se tornam fator impeditivo ao seu trabalho, adoecem, curam e retornam ao manguezal na constante batalha da conquista pela sua cidadania e manutenção da família, mas, em muitas vezes, não esperam curar-se. Nem sempre a marisqueira pode afastar-se do local do trabalho, pois, para algumas, o manguezal tangencia sua residência.

---

<sup>142</sup> SANTANA, Charles, D’Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações*. Bahia: 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998. p. 50-51.

<sup>143</sup> Regina Célia Santos, marisqueira e catadeira, 47 anos, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em 11 de maio de 2010. Duração: 45 minutos.



Figura 15 – Foto da Casa de uma marisqueira – Povoado de Cajaíba.  
Fonte: Fátima Brasão (3 de dezembro de 2010).

A Figura 15 estampa a casa de D. Ester, 65 anos, aposentada, foi marisqueira por mais de vinte anos, mãe de três filhos, sendo uma delas marisqueira. Trata-se de construção de taipa, parte coberta por telhas e outra apenas por um plástico preto, tendo como quintal o próprio manguezal. Tais construções, além de implicar aumento da degradação deste ecossistema, onde é retirado o alimento do dia a dia, submetem os moradores a constantes doenças.

A senhora Ester<sup>144</sup> informou que geralmente contrai resfriados, alergias e que sente muitas dores no corpo. Possivelmente em decorrência da proximidade de sua moradia de um lugar frio e úmido, somado à precária alimentação e ao desgaste oriundo do labor. Essas condições em que vivem D. Ester e tantas outras marisqueiras e catadeiras de Valença determinam e mantêm o processo de exclusão e segregação. Não tendo condições para habitar em lugares mais dignos, devido a uma convergência de fatores, muitos deles resultantes de poucos recursos financeiros, algumas famílias se veem obrigadas a residirem em área à margem da urbanização planejada.

A marisqueira Ester, assim como tantas outras, sofre as consequências das más e precárias condições de moradia e trabalho. Muitas vezes entram no manguezal<sup>145</sup> sem

<sup>144</sup> Ester da Conceição, 56 anos, marisqueira e catadeira, residente no povoado de Cajaíba. Entrevista em 3 de dezembro de 2010. Duração: 50 minutos.

<sup>145</sup> Ecossistema costeiro localizado entre a água salgada e a água doce. Suas árvores chamadas mangues com grandes e fortes raízes aéreas ajudam a conter a erosão hídrica e eólica costeira, ou seja, elas funcionam como fixador de terras diminuindo a força dos ventos nos movimentos marinhos e tempestades, seu interior funciona como verdadeiro berçário para peixes, crustáceos e mariscos. Alguns peixes, ao atingirem a vida adulta, migram para o mar, mesmo assim continuam recebendo alimentos provenientes dos manguezais, que,

proteção apropriada para o exercício da atividade e facilmente contraem doenças, sobretudo, numa época ainda marcada pela despreocupação e falta de envolvimento público ao trabalho realizado pelas marisqueiras.

Zeneide Rios, em estudo sobre trabalho e pobreza nas serras auríferas do sertão baiano, discute as ocorrências de acidentes e doenças entre os garimpeiros, submetidos, muitas vezes, a situações subumanas, que os levavam a ficar predispostos a doenças, inclusive infectocontagiosas, sempre agravadas pela situação de moradia sem infraestrutura, água encanada e rede de esgoto.<sup>146</sup> Embora o manguezal seja local diferente da garimpagem, ainda assim, as marisqueiras vivem situações semelhantes no que diz respeito à predisposição a algumas doenças, agravadas pelo constante contato com a umidade, além de muitas delas terem moradias semelhantes a dos garimpeiros.

Ora envergadas no manguezal com os braços e pés atolados na lama, ora debruçadas numa bacia a catar os mariscos, a grande maioria das marisqueiras e catadeiras desenvolve problemas na coluna cervical, devido à postura adotada pelo trabalho. Contusões e hérnia de disco são as doenças mais comuns nessa profissão, obrigando essas mulheres a conviverem com fortes dores no corpo.

Rosana Gomes registra situações semelhantes no trabalho das marisqueiras na cidade de Salinas da Margarida, quando algumas delas, devido ao estado agravado de fortes dores na coluna e tonturas ao baixar a cabeça, foram obrigadas a deixar a mariscagem, passando a exercer apenas a função de ganhadeiras, que consiste em vender o marisco que outras mulheres catam.<sup>147</sup> Ao registrar que as marisqueiras “[...] batiam de porta em porta para vender os mariscos: o chumbinho, a ostra, a lambreta, o siri e o catado de caranguejo”<sup>148</sup>, apresenta situações similares às das marisqueiras de Valença, uma vez que, esse procedimento é comum entre as marisqueiras e catadeiras da cidade, muitas delas chegam a ter preferência por determinados bairros, onde conseguem maior venda dos produtos. Além de atingir o propósito da venda, voltar para casa sem os mariscos ou, em última hipótese, com pouco produto, significa retorno financeiro garantido e a vantagem de não transportar grande quantidade de peso, o que as ajuda na preservação da saúde.

---

durante os movimentos das marés, exportam alimentos para o mar, entretanto, nele residem hóspedes permanentes, a exemplo do caranguejo-uçá.

<sup>146</sup> JESUS, Zeneide Rios de. Trabalho e pobreza nas serras auríferas do sertão baiano (1930-1940). *Revista Mundo do Trabalho*, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. p.126.

<sup>147</sup> GOMES, Rosana Costa. *A vida no vai e vem das águas...*, op. cit., p. 123.

<sup>148</sup> Id., loc. cit.



Figura 16 – Foto de Marisqueira retirando sururu do manguezal – Cajaíba.  
Fonte: Fátima Brasão (30 de março de 2011).

A Figura 16 bem retrata a postura exigida pela mariscagem. Nela, aparece a marisqueira Marli<sup>149</sup> retirando sururu no manguezal. Por ficarem com as pernas atoladas na lama, em situações desconfortáveis, essas mulheres passam a ter também alguns problemas de varizes provocados pela má circulação do sangue, agravados durante o período de gestação.

A senhora Gertrudes de Jesus, 68 anos de idade, durante uma entrevista, narrou em tom de desabafo:

Minha fia, uma vez quando estava no mangue com as perna dentro da lama, senti uma forte dor, como se alguma coisa estivesse partido na minha perna esquerda, então eu chamei minha colega Maura e ela me ajudou a sair daquele lugar. Foi aí que eu vi minha perna inchada e uma grande veia estourada. Era muito sangue, muito sangue mesmo! Minha amiga lavou com o restinho de água doce que tinha, rasgou um pedado da blusa e amarrou, mas o sangue vermelho e forte não parava de sair. Comecei a ficar com medo, achei que ia morrer. Só pensava em meus cinco filho pequenos que estava em casa. Aí Deus ajudou que eu consegui andar devagarzinho até a saída do mangue e vimo um pescador passando na canoa. Minha amiga gritou e ele ouviu. Parou e me ajudou a entrar na canoa e me levou para a cidade. Quando chegou lá no pronto socorro de Valença estava cheio, mas ao ver tanto sangue e eu toda suja de lama, alguém me colocou na maca e me levou para limpar e fazer o curativo. Como eu estava muito nervosa me colocou no soro e eu dormi,

<sup>149</sup> Marli, conhecida por “Paixão”, 28 anos, marisqueira, catadeira, residente no Povoado de Cajaíba. Entrevista em 30 de março de 2011. Duração: 45 minutos.

depois minha filha mais velha veio me buscar. Minha vida não é fácil, as vezes quando fico doente, vou ao médico e quando não tem o remédio no posto de saúde, a receita fica guardada, aí eu fico boa e não precisa mais comprar o remédio. Agradeço a Deus por me deixar mais um pouquinho aqui neste mundo para criar meus filho, porque eles só tem a mim.<sup>150</sup>

Na narrativa de D. Gertrudes, percebe-se o apoio da amiga e dos filhos, mas em nenhum momento se reporta ao companheiro, sempre sinalizando o desespero pela dor e pela possibilidade de perder a vida com tantos filhos menores para criar. O ambiente de trabalho pode ser inóspito, mas é a certeza do alimento para os filhos.

A senhora Gertrudes, ao narrar o difícil momento que passou nos manguezais, relata que, naquele momento, estava com as pernas dentro da lama e, por serem os caminhos escorregadios, as marisqueiras não podem caminhar com maior rapidez. A dificuldade de locomoção, tornando-se necessário um maior esforço físico para mudar as passadas quando as pernas estão afundadas até próximo aos joelhos, é um empecilho para melhor aproveitamento do tempo, quando a vida está em risco.

Quando acontece algum acidente, o socorro é demorado, não apenas pelos fatores já mencionados, mas também porque, normalmente essas mulheres se encontram trabalhando afastadas da canoa; além disso, se a maré estiver seca, é preciso esperar até começar a encher para que a canoa possa flutuar, caso contrário, a embarcação fica impossibilitada de se deslocar.

As marisqueiras enfrentam o excesso de horas no manguezal e os dissabores da profissão, suportam as dores decorrentes das artroses e reumatismos, doenças também comuns entre elas, dado o ambiente frio e úmido, o que acelera o processo da doença.

Durante o processo de beneficiamento de alguns produtos, entre eles o caranguejo, siri, aratu e camarão, as catadeiras chegam a trabalhar em torno de dez horas seguidas. Essa jornada de trabalho, sentada na mesma posição por longos períodos, numa atividade repetitiva e regular, mantendo um ritmo acelerado por horas ininterruptas, ocasiona graves problemas de saúde para essas mulheres. Ao questionar algumas catadeiras a respeito do excesso de horas de trabalho, muitas delas disseram que preferem enfrentar o cansaço e desconforto a acumular serviço para o outro dia.

---

<sup>150</sup> Gertrudes de Jesus. Entrevista citada.

Consultando Dr. Dark Oliveira<sup>151</sup>, este informou que uma pessoa, ao permanecer muitas horas nesse tipo de trabalho, sem momentos de descanso, em poucos anos poderá desenvolver tenossinovite, tendinite, bursite e outras doenças que também desencadeiam o quadro somático das dores, fadigas, perda de força muscular, inchaço, que leva a significativa queda no rendimento do trabalho.

Quando esses sintomas estão diretamente ligados ao trabalho, recebem a classificação – desde 1998 – segundo as normas técnicas do INSS, de síndrome clínica caracterizada por dor crônica sendo reconhecida como uma das DORT (Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho), enquanto que, na LER (Lesões por Esforços Repetitivos), os sintomas não são reconhecidos como sendo decorrentes do trabalho.

Os resfriados e bronquites são doenças que atingem o sistema respiratório e se fazem presentes no cotidiano das marisqueiras, em decorrência do contato direto com o manguezal, e rapidamente se agravam, constituindo-se em frequentes episódios vividos por essas mulheres. Além das doenças respiratórias, algumas marisqueiras são acometidas de problemas de visão. A senhora Mariza diz ter problema de catarata, agravado devido ao trabalho de aferventar marisco. Ela explica:

Quando eu chego do mangue, logo coloco o marisco para aferventar e depois começo a catar. A panela tem que ser grande e funda. Aí eu fico olhando para ver se já está bom, é para não passar do ponto, entende? Então, aquele vapor quente vem muito forte nas vista, chega doer, parecendo até que estou chorando. Passa o tempo e aumenta o meu problema de vista.<sup>152</sup>

No momento da entrevista, a senhora Mariza ainda estava com o problema de visão agravado e há mais de seis meses esperava conseguir uma consulta pelo SUS, no entanto, mesmo doente, prosseguia em seu trabalho, por ser o único meio de sustento de sua família.

A verminose é outro problema que atinge quase todas as marisqueiras, tornando-se mais acentuada no organismo dessas mulheres devido à maior parte do tempo estar descalças mesmo fora dos manguezais. Outro fato constatado durante as entrevistas é que elas não utilizam nenhum tipo de protetor solar, talvez por esses produtos serem caros,

---

<sup>151</sup> Dark Oliveira Filho, médico, especialista em saúde ocupacional. Entrevista em 20 de outubro de 2010. Duração: 30 minutos.

<sup>152</sup> Mariza da Paixão. Entrevista citada.

impossibilitando-as de adquiri-los. O que minimizaria a situação seria o uso de bonés ou chapéus, além de blusas com manga longa. Contrariando essas possibilidades, durante as entrevistas, só foi registrado o uso do boné e chapéu por poucas marisqueiras, segundo elas, para evitar a queimadura do sol que lhes causa fortes dores de cabeça.

Em meio a tanta luta, com tão pouco retorno financeiro, algumas marisqueiras riem ao contar que nem precisam usar gilete para “fazer as pernas”. Ao ser questionada a respeito dessa afirmativa, D. Maria Rosa de Jesus, 55 anos, diz que as muitas horas nas lamas do manguezal, durante mais de vinte anos, fizeram cair os pelos de suas pernas, e estes não voltaram a nascer, além de, como afirmou, suas pernas terem ficado mais finas que o normal.<sup>153</sup> Ao entrar em contato com Dr. Dark<sup>154</sup>, pedindo-lhe esclarecimentos a respeito dessa questão, ele informou desconhecer a explicação científica que justifique a perda dos pelos e o afinamento das pernas como sequelas do trabalho nos manguezais.

Poucas são as marisqueiras conhecedoras dos riscos de doenças que podem contrair pelas inúmeras horas de trabalho em contato direto com a lama do manguezal, a exemplo das doenças ginecológicas, muitas vezes causadas pela higiene pessoal insuficiente, favorecendo o crescimento de bactérias e fungos, além dos diversos tipos de irritação na pele. A falta de conhecimento sobre essas doenças faz com que essas mulheres deixem de buscar, em tempo hábil, orientação, prevenção e tratamento para determinadas doenças.

Além das doenças contraídas ou agravadas no manguezal, algumas das marisqueiras trabalham até o último mês de gestação, inclusive parindo no próprio manguezal. A senhora Maria Antônia dos Santos, aos 35 anos, teve uma de suas filhas no manguezal e disse ter usado o mesmo cesto de transportar os mariscos, para neste dia trazer o recém-nascido. Vejamos o relato:

Eu já estava com a barriga bem grande, já no mês da criança nascer, mas tinha que ir pro o mangue e tirar o sustento pra mim e os outros filho porque meu marido estava desempregado e foi assim..., lá no mangue deu a dor e a menina nasceu. Minhas amiga me ajudou, enrolou a criança em uma camisa seca, colocou no cesto e trouxe pra Valença. Hoje ela já está criada.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> Maria Rosa de Jesus Silva, 55 anos, marisqueira e catadeira, residente no povoado do Guaibim. Entrevista em 15 de agosto de 2010. Duração: 35 minutos.

<sup>154</sup> Dark. Entrevista citada.

<sup>155</sup> Maria Antônia dos Santos, 35 anos, marisqueira e catadeira, residente no bairro da Bolívia. Entrevista em 17 de novembro de 2009. Duração: 60 minutos.

A entrevistada, ao narrar o nascimento da filha, não demonstrou nenhum estranhamento, sorriu e, ao olhar para a menina – na época com 13 anos de idade –, em tom de brincadeira, disse que ela deveria se chamar Manguelina.

A vida nos manguezais, para essas mulheres, comporta situações diversas como o nascer e o morrer no trabalho. Ali onde elas retiram o alimento que sustenta a família é o local onde contraem algumas doenças e acidentes que se tornam fatais, muitas vezes por estar muito distante para um socorro imediato. Ao entrevistar a senhora Maria Edelzuita dos Santos, 63 anos, visível se tornou sua emoção ao se lembrar da amiga que, embora tivesse sido socorrida por um pescador, veio a óbito no manguezal, como relata: “Minha amiga tava bem quando saimo de casa para ir trabalhar no mangue, depois de alguns minuto começou a se sentiu mal. Foi tudo muito rápido, até um pescador que tava pescando por lá, deu socorro, mas não adiantou, ela já estava morrendo”.<sup>156</sup>

Quando solicitada a falar sobre essa morte, a senhora não soube descrever com detalhes as causas, apenas respirou profundamente e se calou, contudo, no decorrer da entrevista, desabafou:

Os home não gosta de ir pro mangue. Quando vão, deixa as mulher lá e volta pra dormir. Aí a gente fica pegando os marisco sozinha. A gente se cansa muito e ainda traz os feixe de lenha na canoa, pra aferventar os marisco em casa. Nós sofremo de inchaço nas perna, falta de ar, dor na coluna. Eu já tive uma colega de trabalho que não tinha muita experiência e perdeu a ponta de um dedo das mão quando enfiou na toca do caranguejo. Uma vez um homem também ficou muito tempo atolado no mangue, quebrou as duas perna enroscada nas raiz do mangue, quando tirou ele e levou pra o hospital, o médico teve que cortar as duas perna. Foi triste! Deu gangrena, sabe o que é isso? Faltou passar sangue nas veia das perna dele. Também já tive uma colega que a cobra enrolou na perna, só não mordeu pela misericórdia de Deus. Ela estava grávida, o susto foi tão grande que perdeu o bebê.<sup>157</sup>

O desabafo de D. Edelzuita em relação ao trabalho no manguezal reporta-se à falta da companhia masculina, que daria mais segurança para as marisqueiras. A ausência dos maridos, ainda que para companhia no trabalho, é motivo de ressentimento dessas mulheres. Alguns homens alegam não as acompanhar por não gostar do trabalho da

---

<sup>156</sup> Maria Edelzuita dos Santos, 63 anos, marisqueira, aposentada, residente no bairro do Tendo. Entrevista em 20 de novembro de 2009. Duração: 50 minutos.

<sup>157</sup> Idem.

mariscagem e reforçam a sua ausência dizendo que chegam cansados da pescaria, mas outros apenas enfatizam a velha frase: “Isso é trabalho para mulher”.

Vale ressaltar que a presença masculina citada por D. Edelzuita, vítima de uma trombose, não é comum nos manguezais de Valença. A entrevistada, ao se referir à perda parcial do dedo da amiga, disse ter ocorrido devido à falta de experiência ao colocar a mão na toca do caranguejo, o que reforça o entendimento de que o trabalho no manguezal exige atenção e experiência.

Durante as entrevistas, ficou evidente que as dificuldades são enfrentadas com determinação por essas mulheres, que superam as doenças e a fome, muitas vezes saindo ao raiar do dia, apenas com um gole de café, levando na mochila somente farinha, azeite de dendê, pimenta e água. Segundo algumas delas, chegando ao manguezal, quando a fome se apresenta, catam lambretas, fazem um fogo improvisado com gravetos secos e numa pequena panela cozinham o marisco e o comem apenas com farinha, azeite e pimenta. Saciada a fome, retornam ao trabalho.

A senhora Edelzuita declarou, muitas vezes, ter deixado de comer para alimentar seus filhos, que ficavam em casa enquanto labutava no manguezal. Quando solicitada a falar mais a respeito do trabalho, a senhora diz:

Lá no mangue ainda sofremo com a mutuca, a muriçoca, e o maruim; tudo isso abusa a gente. Tem também a furniga de cutia que tanto morde como queima e impola a pele. A danada é pequenininha e vermelhinha. Uma vez uma amiga minha pisou num caco de vidro que estava enterrado na lama e perdeu muito sangue. Quando chegou na cidade o pé já estava ficando roxo e meio durmente, então ela foi no pronto socorro e o médico mandou a enfermeira dá uma injeção, limpar, fazer o curativo e passou um remédio pra disinflamar, eu também já me cortei muitas vez no mangue. Só Deus sabe o que eu já passei pra criar meus filho. Minhas camarada sabe contar o meu padecimento. Até grávida, com a barriga na boca eu ia pro mangue. Não me mande na casa de uma branca que eu nunca fui. Já passei muita fome, mas nunca peguei no alheio. Sou pobre, mas sou direita!<sup>158</sup>

A entrevistada relatou alguns incômodos com insetos, além de acidente com cortes de vidro, provavelmente devido ao lixo depositado nos manguezais. Ao falar “minhas camarada sabe contar o meu padecimento”, D. Edelzuita sinaliza a rede de solidariedade existente entre as marisqueiras, passando a ideia de entrosamento, cumplicidade e troca de confidências entre elas. A razão disso talvez seja porque algumas situações enfrentadas por

<sup>158</sup> Maria Edelzuita . Entrevista citada.

essas mulheres no dia a dia tenham pontos em comum, a exemplo dos problemas nos manguezais, das dificuldades para criar os filhos e da ausência do marido no lar e no trabalho.

Ao falar que nunca foi na “casa de branco”, ela se refere à casa de pessoa branca e rica, deixando claro um distanciamento entre as classes sociais, contudo ressalta a sua dignidade ao dizer: “sou pobre, mas sou direita”.

Nessa perspectiva, Reginilde Santa Bárbara, ao investigar as experiências das lavadeiras de Feira de Santana evidencia que, muitas vezes, essas mulheres tinham de possuir “[...] uma dose de valentia, na coragem de enfrentar um cotidiano marcado em busca da sobrevivência.” Nesse compartilhar, ela retrata os sentimentos e as buscas constantes por autonomia e dignidade. O cuidado com os filhos as instigava, mesmo em condições de opressão, a lutar por sua dignidade, procurando dar exemplos, sempre na esperança de um viverem em um mundo melhor, mais justo.<sup>159</sup>

Autonomia, respeitabilidade e dignidade são qualidades observadas nas marisqueiras e catadeiras de Valença, e, além da organização entre os grupos de trabalho, também elas lutam por dias melhores para seus filhos. Durante as entrevistas, foi constatado que alguns grupos de trabalho, formados pelas marisqueiras – mulheres que adentram os manguezais –, não se formam aleatoriamente, obedecem algumas normas de convivência como a faixa etária e experiência. Contudo, existem os grupos que são mais heterogêneos, pois algumas mulheres levavam suas filhas, iniciantes no trabalho de mariscar, com o intuito de ensiná-las para que, mais tarde, ocupassem os seus lugares. Essa particularidade – seguir a profissão – é registrada até o final da década de 70. Após esse período, percebeu-se, através das entrevistas, uma considerável alteração nesse quadro, uma vez que as filhas de marisqueiras e alguns parentes ou camaradas já não queriam trabalhar no manguezal, procurando outro tipo de serviço, quebrando, assim, na família, a continuidade do trabalho de mariscar, que outrora passava de geração para geração.

---

<sup>159</sup> SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2007. p. 57; 82; 112.

### 2.3 DA FARTURA À ESCASSEZ: “ANTES ERA MELHOR!”

A não continuidade da atividade de mariscar pelas filhas das marisqueiras, que vem ocorrendo de forma significativa desde o final da década de 80, e as dificuldades inerentes à profissão de ser marisqueira ou catadeira, a evolutiva escassez dos mariscos nos manguezais e a não valorização da profissão, são fatores decisivos para algumas mulheres buscarem outras formas de sobrevivência.

Localizados nas regiões costeiras tropicais e subtropicais, os manguezais estendem-se pelo litoral: “[...] na Bahia, apesar dos poucos dados existentes estima-se que a área seja de aproximadamente 800 km<sup>2</sup>, distribuída ao longo de 1.181 km de costa. Os maiores bosques estão localizados entre os municípios de Valença a Marauá, e nos municípios de Canavieiras e Caravelas”.<sup>160</sup> Até a década de 80, havia na cidade de Valença abundância dos produtos marinhos, caracterizada pela grande oferta. A senhora Rute Alves dos Santos, 45 anos, em alguns momentos da entrevista registrou frases como: “antes era melhor! quando eu era pequena ouvia minha mãe dizer que tinha fartura de caranguejo, hoje eles sumiu”.<sup>161</sup> Lucila Delgado assevera:

É muito comum escutar pessoas referindo-se à saudade de um tempo no qual ainda nem viviam, mas que nos registros legados de geração para geração lhes foi apresentado como uma boa época, como um tempo de esperanças. Trata-se de imagens disseminadas e registradas pelo senso comum, por livros, por amigos, por familiares e, também, muitas vezes, pela própria história institucional.<sup>162</sup>

Ao ouvir a narrativa da trajetória de vida de algumas marisqueiras e catadeiras, nota-se o saudosismo, conforme retratado por Lucila Delgado, quando elas falam da fartura de mariscos até a década de 80, sobretudo em relação aos caranguejos, considerados por elas como o principal produto da mariscagem. Nessa época, a quantidade de caranguejo era grande, aumentando a jornada de trabalho das marisqueiras. Muitas vezes, ainda no manguezal, driblando a fiscalização, retiravam as bocas ou puãs dos caranguejos, apreciada na culinária e de maior valor comercial, com o intuito de aumentar seus rendimentos, pois

<sup>160</sup> Caderno de Educação Ambiental. *Manguezal*. Projeto Cidadania Ambiental – Módulos educadores, 2004. p. 57.

<sup>161</sup> Rute Alves dos Santos, 45 anos, marisqueira, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em maio de 2010. Duração: 35 minutos.

<sup>162</sup> DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *História oral...*, op. cit., p. 17.

as bocas dos caranguejos geralmente já tinham comprador certo, seja nas residências ou nos bares da cidade.

Algumas marisqueiras em entrevista lembraram: “A gente trazia sacos e sacos de bocas de caranguejos”. Esse procedimento sempre foi considerado ilegal, pois, ao serem soltos mutilados, isso provocava a morte da espécie por impossibilidade de se alimentar. Ao questionar a retirada das bocas e, em seguida, a soltura dos caranguejos ao invés de trazê-los para fazer a catagem, algumas mulheres informaram que não conseguiam transportar tantos caranguejos, além disso, muitas não tinham energia nas residências para conservar o produto catado em refrigeração.

No final do século XX, percebe-se uma grande alteração nos manguezais de Valença, no que tange à produção dos mais diversos tipos de marisco, pois começava uma fase de escassez, principalmente do caranguejo<sup>163</sup> em decorrência da degradação ambiental. Ademais, deu-se a mudança no modo de sua captura, porque as marisqueiras, além da técnica do braceamento – que consiste em enfiar o braço na toca do caranguejo para capturá-lo –, passaram a utilizar também a redinha – pequenos pedaços de rede colocados na entrada da toca do caranguejo.

Na maior parte da vida do caranguejo, ele fica “embatumado”<sup>164</sup>, processo que consiste em aprofundar a toca, e, para isso, ele precisa retirar grande quantidade de lama do interior de sua moradia. À medida que vai cavando, essa lama é depositada nas bordas da toca. Nesse trabalho, quando o caranguejo já está na fase adulta, consegue caminhar uma distância maior transportando a lama, portanto, ele começa a depositá-la mais distante da toca. Quando a lama chega próximo à toca, é sinal de que está com profundidade adequada para um bom esconderijo, neste caso, pegar um caranguejo adulto – que é ecologicamente o correto – envolve maior esforço das marisqueiras, pois, para conseguir alcançar o caranguejo, elas são obrigadas a aprofundar mais o braço na toca e de maneira mais rápida para não dar espaço ao animal de se preparar para o ataque, no intuito de se defender. Segundo elas, quanto mais lama retirada da toca, maior é o caranguejo. Com esse conhecimento, elas conseguem, com pequena margem de erro, escolher os locais para capturar o caranguejo adulto.

---

<sup>163</sup> Período do defeso do caranguejo-uçá: de Mata de São João/BA até a divisa de Alagoas e Pernambuco (de 1º/04 a 15/05 e 1º/12 a 15/01). De Mata de São João até a divisa da Bahia com o Espírito Santo (de 1º/04 a 15/05 e 15/09 a 31/10). Esta espécie é conhecida cientificamente pelo nome *Ucides Cordatus*.

<sup>164</sup> Embatumar é um processo que consiste em o caranguejo retirar grande quantidade de lama da toca com o objetivo de aprofundar a cavidade – sua moradia.



Figura 17 – Foto de Marisqueiras retirando caranguejo da toca (braceamento).  
Fonte: Fátima Brasão (novembro de 2010).

Na Figura 17, aparecem as marisqueiras Graça e Marli capturando caranguejos no processo do braceamento. Este consiste em enfiar o braço na toca até a altura dos cotovelos, em muitos casos adentram o braço inteiro, para retirar o caranguejo. Com esse procedimento, ao retirar o caranguejo da toca, é possível distinguir os machos<sup>165</sup> adultos, das fêmeas<sup>166</sup> ovígeras ou ovadas, cuja captura é proibida nos manguezais de Valença e em todo o Estado da Bahia. O processo do braceamento traz a possibilidade de esses animais serem devolvidos à natureza, bem como os caranguejos que tiverem a carapaça menor que seis centímetros – medida adequada, segundo o IBAMA, para a captura –, além de reduzir o número de mutilações.

O uso das pequenas redes impossibilita a seleção dos animais, vez que prendem, indiscriminadamente, machos jovens e fêmeos, provocando a diminuição da reprodução e, também, aumentando consideravelmente o número de mutilações. Esse procedimento, além de ser ilegal, configura-se como uma ação predatória, levando a uma queda

<sup>165</sup> Pode atingir cerca de 70 a 89 mm de comprimento e largura da carapaça, respectivamente, e apresenta abdome em forma de “t” invertido.

<sup>166</sup> Pode atingir cerca de 54,5 e 65 mm de comprimento e largura da carapaça, respectivamente, carrega dezenas de milhares de ovos muito pequenos cuja coloração é avermelhada. Esses são depositados no abdome situado embaixo do corpo. Diferencia-se do macho por ser menor e ter o abdome arredondado. Quando ovadas, migram para as águas mornas fora dos manguezais – em fins de tarde – onde depositam as larvas que ali permanecem. Após passar por uma fase de crescimento rápido e metamorfose, retornam ao manguezal onde chegam à fase adulta, atingindo a maturidade sexual.

vertiginosa na reprodução da espécie. É uma das práticas ecologicamente reprovadas pelo IBAMA por causar a diminuição do caranguejo nos manguezais.

A Associação de Moradores e Pescadores do Bairro Tento, com o objetivo de sensibilizar e conscientizar marisqueiras, catadeiras e pescadores para preservar os caranguejos no período de desova, expõe nas paredes da sede algumas informações em cartazes. Não foi possível fotografar o cartaz, pois, ao retornar a Associação – já sediada em outro local –, este tinha sido substituído por outro com diferentes informações, portanto, com essa impossibilidade, optou-se em digitá-lo.

Durante as luas novas e cheias de janeiro a março os caranguejos estão namorando. É essa a época de andada ou carnaval do caranguejo. Como todo casal apaixonado, eles acabam ficando desatentos e por isso é tão fácil pegá-los neste período. Pegar o caranguejo na andada além de não ser nada romântico, é crime na Bahia. O caranguejo uçá está acabando. Ajude a mudar isso. Não custa nada, basta que você seja um consumidor consciente.<sup>167</sup>

Embora algumas investidas como a do cartaz tentem conscientizar os usuários dos manguezais, para a sua preservação e, conseqüentemente, de suas espécies, as práticas ilegais continuaram sendo adotadas, a exemplo da comercialização de caranguejos em períodos de reprodução. Além desse agravante, outros fatores têm contribuído para a diminuição do caranguejo em Valença, como a invasão das áreas de manguezal, o acúmulo de lixo e a poluição decorrente do despejo de esgotos sanitários, como já fora mencionado.

Por estarem os manguezais localizados em áreas distantes da zona urbana, frequentemente é nesses locais que algumas pessoas aproveitam para fazer depósitos de lixo, restos de construção, descartar matérias inúteis, a exemplo de velhos pneus, cadeiras quebradas, sofás, enfim, toda espécie de material sem utilidade, entulhando as margens dos manguezais. Isso acaba comprometendo a reprodução dos animais e, por conseqüência, a sobrevivência de muitas marisqueiras e catadeiras que, muitas vezes, têm tão somente o trabalho nesse ecossistema como meio de manutenção da família. As iniciativas para conservar e manter limpo esse ecossistema – como já fora mencionado – geralmente não perduram muito tempo. A marisqueira Ana Carla dos Santos<sup>168</sup>, numa tentativa para

---

<sup>167</sup> Cartaz exposto na Associação de Moradores e Pescadores do Bairro do Tento, localizada na Praça da Bandeira. Alguns meses após esse contato, a referida associação foi transferida para outro endereço.

<sup>168</sup> Ana Carla dos Santos, 32 anos, marisqueira e catadeira, residente no bairro do Mangue Seco. Entrevista em 28 de março de 2011. Duração: 45 minutos.

melhorar a situação dos manguezais próximos à região onde reside, resolveu fazer um cartaz onde estava escrito: “Cuide dos manguezais como você cuida da sua casa”! Para sua decepção, além de ser mal interpretada por alguns vizinhos, rapidamente alguns “vândalos” providenciaram a retirada do cartaz, quebrando-o.



Figura 18 – Foto de Lixo depositado em área de manguezal no Guaibim.  
Fonte: Acervo CODEMA (década de 90).

A Figura 18 mostra o lixo depositado às margens dos manguezais no povoado de Guaibim, aumentando o número de ocorrências registradas pelo CODEMA<sup>169</sup> que, ao tomar as devidas providências, muitas vezes torna inevitável o embate com os agressores da natureza.

A ocupação ilegal, com a construção de casas em áreas próximas aos manguezais faz destes, espaços de trabalho e de moradia para algumas pessoas que vivem na linha divisória da pobreza. Desassistidas pelas políticas governamentais, elas se constituem em um dos fatores que contribuem para a degradação do manguezal.

Em Valença, na década de 80, foram construídas 40 casas populares com recursos da prefeitura municipal, no local conhecido como Mangue Seco, e 10 no final do bairro Bolívia, entregues a famílias carentes. Contudo, essas construções não foram suficientes para atender à demanda que crescia e cresce cada vez mais, sendo empurradas pela especulação imobiliária para os pontos mais distantes da cidade. E, por não ter onde morar,

---

<sup>169</sup> Conselho de Desenvolvimento Municipal Ambiental.

essa parcela da população acaba buscando áreas próximas aos manguezais, sendo obrigada a conviver com a falta de saneamento básico, morando em casas sem nenhum tipo de estrutura. Esses indivíduos, portanto, tornam-se sobreviventes e “degradadores” de um ecossistema que os mantém.



Figura 19 – Foto de Palafita erguida sobre manguezal no Guaibim.  
Fonte: Acervo do CODEMA (década de 90).

Na Figura 19, em foto tirada na década de 90, vê-se uma palafita erguida sobre o manguezal do Guaibim. Construções iguais a essa provocam um impacto ambiental, verdadeiro paradoxo: o mesmo ecossistema que alimenta as famílias, recebe em troca contaminação através de dejetos e lixos. Lançamento de esgotos, lixos, poluentes industriais e agrotóxicos, assim como o desmatamento e aterro para dar lugar a portos, estradas, agricultura, carcinicultura<sup>170</sup>, invasões urbanas e industriais, têm provocado impacto ambiental nos manguezais valencianos, e, conseqüentemente, a natureza retribui de forma negativa em relação à reprodução dos animais.

Preocupada com a poluição nos manguezais de Valença, a marisqueira Graça, no intuito de conscientizar a comunidade de Cajaíba que basicamente sobrevive da mariscagem e pescaria, através de conversa com vizinhos e colegas de trabalho, em 1999 formou um mutirão para limpar o manguezal. Como fruto dessa operação surgiu o seguinte poema:

---

<sup>170</sup> Técnica que consiste na criação de camarão em cativeiro.

## LIMPEZA ECOLÓGICA

No dia 16 de setembro  
 Minha Cajaíba ficou na história  
 Limpeza nos rios foi feita  
 Foi achada até uma pistola  
 Pneus, litros e garrafas plásticas  
 Cadeira, bicicleta e sofá  
 Vaso sanitário, ventilador e televisão  
 Na TVE vai passar.

A comunidade ficou assustada  
 Com muito lixo que saiu do mar  
 O motorista sorrindo falou:  
 Até o domingo tenho que trabalhar.

O manguezal, hoje, com lindo verde  
 Os rios com ondas a dançar  
 Os mariscos, hoje sorrindo  
 Felizes podem respirar.

Passando alguns meses  
 Eu passo no mesmo lugar  
 Veja que a mesma comunidade  
 O lixo volta a jogar

Quando eles tomarem consciência  
 Que no manguezal o lixo não deve jogar  
 Os mariscos vão aparecer  
 As marisqueiras felizes vão trabalhar.<sup>171</sup>

Vontade e esforço para preservar a natureza podem ser observados na atitude da marisqueira Graça. No período em que foi entrevistada, estava cursando o ensino médio, fugindo à regra das demais entrevistadas, que, na sua grande maioria, não leem e nem

---

<sup>171</sup> Poema de autoria de Maria das Graças Silva Santos, conhecida por “Graça”, 55 anos, marisqueira e catadeira, estudante do ensino médio, residente no povoado de Cajaíba. Entrevista em setembro de 2010, dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Duração: 50, 60 e 35 minutos, respectivamente.

escrevem. Essa marisqueira luta em prol do manguezal limpo, envolve-se em questões ambientalistas e exerce sua cidadania, no embate contra a falta da educação ambiental.

Enquanto Áreas Protegidas ou de Preservação Permanente ou Reserva Ecológica, o manguezal tem a proteção ambiental assegurada em todas as esferas governamentais.<sup>172</sup> O Plano Diretor Urbano de Valença de 2001 tem como objetivo a “[...] promoção do desenvolvimento sustentável do Município, enfatizando a compatibilização do crescimento econômico com a garantia da equidade social, da preservação e valorização ambiental”, considerando o manguezal valenciano como Área de Relevante Interesse Ambiental.<sup>173</sup>

A conservação dos manguezais enfatiza as vertentes social e ambiental, por considerar a sua importância. Entretanto, o acúmulo de substâncias tóxicas, desmatamentos e aterros, têm trazido efeitos devastadores no que se refere à diminuição da fauna nos manguezais valencianos e à saúde daqueles que trabalham nesse ecossistema, explicitando o desrespeito e a não observância das determinações legais constantes nos objetivos do Plano Diretor Urbano de Valença.

Nos períodos de escassez, as marisqueiras e catadeiras recolhem conchas do mar, pedras ornamentais, e, de forma artesanal, confeccionam brincos, colares, vários tipos de enfeites como baianinhas, bailarinas, sapinhos, pássaros, árvores, tartarugas, agregando valor ao produto. Com criatividade, essas peças são apresentadas aos turistas na praia de Guaibim e no comércio da cidade. Esse procedimento se reverte em contribuição efetiva para a renda familiar, principalmente no verão, quando a cidade recebe um grande número de turistas do Brasil e do exterior. Ainda nesses períodos, algumas marisqueiras e catadeiras buscavam e buscam trabalho nas fazendas próximas à cidade, em épocas da colheita de pimenta-do-reino, guaraná e do cravo-da-índia<sup>174</sup>, sendo este último, responsável em atender um maior número de trabalhadores.

---

<sup>172</sup> A Lei de Proteção da Fauna (Lei 5.197/67), em art.27, § 2º, prevê pena de reclusão quando o agente causar o perecimento de espécies da fauna ictiológica existente em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou mar territorial brasileiro, incluindo, nesses últimos, os manguezais.

<sup>173</sup> Plano Diretor Urbano de Valença. Ano: 2001. Artigo 10.

<sup>174</sup> O craveiro é uma árvore de grande porte, chegando a atingir de 12 a 15m de altura, muito usado na culinária baiana, além de ser considerado anti-inflamatório, cicatrizante, analgésico, quando mastigados favorecem um bom hálito. Seu ciclo vegetativo alcança mais de cem anos, absorvendo a maior parte de trabalhadores itinerantes entre os meses de colheita, que se estende de setembro a fevereiro. Segundo a CEPLAC-Valença, a plantação desta colheita, no Baixo Sul Baiano, dá-se mais acentuadamente nas cidades de Valença, Ituberá, Taperoá, Camamu e Nilo Peçanha. Suas mudas, em média, após nove meses de semeadura, podem atingir até 30 centímetros de altura, quando devem ser plantadas. Os craveiros se desenvolvem, sobretudo, em áreas próximas ao litoral.



Figura 20 – Foto de Devastação em área de manguezal – Valença.  
Fonte: Acervo do IDEIA<sup>175</sup> (década de 90).

A Figura 20, da década de 90, cedida pelo senhor Carlos<sup>176</sup>, mostra uma vista parcial do manguezal de Valença, invadido por pessoas que, após o desmatamento, constroem suas casas. Na parte superior da fotografia, percebem-se as madeiras erguidas, preparadas para a construção, enquanto à direita, algumas casas já estão concluídas, reduzindo o campo de atuação das marisqueiras. A maioria das madeiras utilizadas nesses tipos de construção é oriunda do próprio manguezal em razão da maior durabilidade em contato com a água.

Nas entrevistas, algumas marisqueiras demonstraram não ter interesse em dar continuidade à profissão através dos filhos e filhas. As razões do desestímulo são a insegurança, a instabilidade, o pouco retorno financeiro e a falta da perspectiva de crescimento no trabalho da mariscagem, sobretudo em momentos de escassez. Algumas entrevistadas sinalizaram a necessidade de uma casa das marisqueiras em local seguro, onde elas pudessem trabalhar na cata dos mariscos, realizando alguns cursos com o objetivo de melhoria e reconhecimento da profissão, e, segundo elas, talvez assim estimulasse a continuidade da profissão de geração para geração.

---

<sup>175</sup> Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental.

<sup>176</sup> Carlos Eduardo Alves da Rocha Passos (Coordenador do IDEIA).

### 3 COTIDIANO E CULTURA

Este capítulo discorre a respeito do dia a dia das marisqueiras e catadeiras de Valença, sinalizando o que fazem quando não estão nos manguezais e no processo de cata. Também é discutido peculiaridades relacionadas a festas, religião e religiosidade. Apresenta breve comentário em torno da cultura material com demonstração de alguns apetrechos confeccionados por essas mulheres, além de uma discussão relacionada ao Samba de Roda do povoado de Guaibim que envolve a participação de marisqueiras e catadeiras.

#### 3.1 O QUE SE FAZ FORA DO TRABALHO

Algumas marisqueiras e catadeiras de Valença, quando não estão trabalhando nos manguezais, na catagem do produto, nem nos afazeres domésticos, aproveitam para participar das atividades do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS onde recebem aulas de dança, pintura em tecidos, crochê, vagonite e ponto de cruz. Além disso, algumas participam de grupos de igreja e pagam mensalmente um carnê para excursões programadas pela comunidade local. Entre os locais preferidos, estão Aparecida do Norte e Bom Jesus da Lapa. Também participam de algumas atividades lúdicas promovidas pelo Serviço Social da Indústria – SESI de Valença. Em entrevista, D. Lindaura diz:

O trabalho no mangue é muito duro, a gente precisa de vez em quando tirar uma folguinha, para ‘desaluviar’ a mente e relaxar o corpo. Sempre que volto de uma viagem da comunidade, parece que renovo o espírito, porque naqueles dias coloco todos os problemas de lado, brinco e dou muitas risadas com as companheiras, além de conhecer lugares novos. Sempre que posso, eu não perco a oportunidade. Também gosto muito de participar das atividades do CRAS e do SESI. Vale muito a pena! Tem algumas colegas que nunca vão nem para viagens, nem para atividades na cidade porque tomam conta de netos enquanto as filhas trabalham, outras porque são muito caseiras, não gostam de sair.<sup>177</sup>

---

<sup>177</sup> Lindaura Coelho. Entrevista citada.

O relato de D. Lindaura comunga com ideias das marisqueiras do povoado de Guaibim que dizem aproveitar o pouco tempo livre para participar do Samba de Roda local, além de fazer algumas caminhadas pela praia. As marisqueiras de Cajaíba participam de algumas manifestações culturais, a exemplo do terno de reis, quadrilhas e do grupo Zambiapunga, este coordenado pela marisqueira Graça que, tendo os filhos criados e o marido aposentado, dedica seu tempo fora do manguezal para as atividades culturais e lúdicas de Cajaíba – povoado onde reside.

Graça diz dedicar mais tempo ao grupo Zambiapunga por este fazer apresentações durante várias épocas do ano na cidade e, quando convidados, viajam para outros lugares, enquanto o terno de reis<sup>178</sup> e a quadrilha<sup>179</sup> apenas se apresentam uma vez por ano. O referido grupo foi fundado no ano de 1997, com trinta e seis participantes, seis tambores, dez enxadas, seis búzios e uma cuíca.

Atualmente, esse grupo é composto por cinquenta homens e dez dançarinas, e também adquiriu mais instrumentos. Preocupada com a continuidade dessa expressão folclórica, Graça formou o grupo mirim, que é composto por filhos e filhas, netos e netas de marisqueiras, catadeiras e pescadores da região. Em relação ao surgimento do Zambiapunga em Valença, ela afirma:

O primeiro grupo do Zambiapunga na região surgiu em um lugarejo chamado Terra Dura, próximo de Cajaíba que fica a mais ou menos quatro quilômetros da saída de Valença. Não se sabe quem trouxe, mas o fato é que desse lugar, o Zambiapunga foi se expandindo para outras cidades da região.<sup>180</sup>

Graça, além de coordenar o grupo, tem participação direta no cortejo, pois é responsável em direcionar as coreografias, que começam com o primeiro toque na enxada dado por ela.

---

<sup>178</sup> Apresentação no dia 6 de janeiro

<sup>179</sup> Apresentação durante os festejos juninos: 13/07 (Santo Antônio) e 24/07 (São João) e 29/07 (São Pedro).

<sup>180</sup> Maria das Graças Santos. Entrevista citada.



Figura 21 – Foto do Zambiapunga – povoado de Cajaíba.  
Fonte: Acervo particular da marisqueira Graça Santos.

Na Figura 21, o grupo é retratado fazendo uma apresentação no dia das mães na cidade de Valença. Esta expressão cultural consiste num cortejo de homens e mulheres mascarados sempre com roupas bem coloridas e brilhosas, geralmente, mesclando panos com papéis de seda. Saem às ruas munidos de enxadas, cuícas, tambores e grandes búzios marinhos. Existem muitas dúvidas em torno da origem do Zambiapunga. Néilson de Araújo, em sua obra intitulada *Pequenos mundos*, publicada em 1986, registra:

O Zambiapunga é velho de séculos em grande parte da região de Valença. A sua origem esteve até agora envolta em mistério. Uma das razões era o não haver coincidências entre ele e outras criações brasileiras conhecidas. Numa origem portuguesa ou indígena ninguém jamais pensou, tão flagrante africano o seu nome. O enigma se ampliava graças à inexistência de cantos, que servissem de pistas para a decifração, e à semelhança de denominação do fenômeno com a divindade suprema, Zamiapombo, dos candomblés de nação angola e caboclo. Hoje como ontem, tem sido crescente o fascínio que exerce sobre os estudiosos e comentaristas dos fatos populares esse ruidoso espetáculo que começa sempre ao fim da madrugada com seu silêncio de vozes e as suas máscaras, chapéus e trajes imaginários nas cores e nas formas.<sup>181</sup>

Araújo traz algumas inquietações em torno dessa manifestação cultural, com enigmas que, segundo ele, se ampliam, desenvolvendo o interesse de estudiosos. O poeta

<sup>181</sup> ARAÚJO, Néilson de. O Zambiapunga da região de Valença. In: PEQUENOS Mundos: um panorama da cultura popular da Bahia. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1986. v.1, p. 253-270.

Eurico Alves<sup>182</sup>, no ano de 1929, escreveu um poema intitulado “Zabiapunga”. Não foi localizado nenhum registro quanto a sua ligação com essa demonstração cultural. O referido poema diz

É um grupo de pretos retintos  
que saltam, que pulam, que dançam, que bailam.  
E guizos, enxadas e pás  
martelos e latas vazias repinicom ligeiros:  
E os máscaras cabindas, cheirando a cabritos,  
Vão pulando, pulando.  
E sambam danadas negrinhas  
E pulam moleques cabindas.

Desde a década de 20, existia participação de mulheres dançando nas apresentações. Nesse poema, o poeta faz referência a “pretos retintos”. Feitas algumas buscas a dicionários, foi encontrado o seguinte significado para essa expressão: “tinto segunda vez; que tem cor carregada”. Pressupõe-se, portanto, que os participantes do Zabiapunga, nessa época, poderiam não ser negros, e, neste caso, teriam seus corpos pintados com forte tinta preta ou carvão vegetal, muito usado na região para fazer fogo e, quando friccionado, solta uma coloração preta.

Pode-se inferir que essa demonstração cultural não tivesse, na época, 100% de participação de negros. Quanto ao termo “moleques”, refere-se a meninos de pouca idade, engraçados, pilhéricos, torcistas. Em relação à palavra “cabinda”<sup>183</sup>, significa território africano do mesmo nome; natural ou habitante desse território, portanto, perpassa a ideia de que este grupo folclórico tenha raízes africanas.

Yeda Castro<sup>184</sup>, em seu livro intitulado *Falares Africanos na Bahia – um vocabulário afro-brasileiro*, registra algumas palavras referentes aos ancestrais de grupos africanos, cujos significados remetem a uma provável explicação para o surgimento do Zabiapunga, sendo elas: “*nzambi ampungu*” – o grande espírito e “*saami ampunga*” – os grandes ancestrais. Essa talvez seja a razão pela qual alguns grupos se apresentam na

---

<sup>182</sup> Eurico Alves é um poeta baiano, nascido em 1909 na cidade de Feira de Santana, faleceu aos 65 anos (1974) em Salvador.

<sup>183</sup> PEQUENO dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. p. 204.

<sup>184</sup> CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 25.

madrugada do dia 2 de novembro, dedicado aos finados, dizendo ser para espantar os maus espíritos.

Paula Siqueira, ao estudar essa expressão cultural na região do Baixo Sul Baiano, chega à conclusão de que esse grupo cultural tem data de criação imprecisa e desconhecida pelos participantes tanto em Valença como em outras cidades, a saber: Cairu, Taperoá e Nilo Peçanha, sendo as duas últimas, redutos do supracitado estudo. Segundo a autora citada, o objetivo de sua pesquisa foi a preservação da cultura sem adjetivações raciais, e, embora nas versões sobre o passado dos Zambiapungas, esteja presente uma oposição entre escravos e “patrões”, seus membros não postulam uma diferenciação ou uma contestação a partir da ‘cor’ ou da ‘raça’.<sup>185</sup>

Alexandre Guimarães, ao se reportar ao Zambiapunga de Nilo Peçanha, Cairu e Taperoá, faz uma analogia com o Candomblé, o Ilê Aiyê, o Olodum, Congas, Samba de Roda e a Lavagem do Bonfim, como manifestações culturais que se vêm destacando nas apresentações em várias instâncias, como rádio, jornais televisivos e escritos, bem como em documentários e livros acadêmicos.<sup>186</sup> No seu estudo, Alexandre ressalta que o grupo transborda animação e alegria, contagiando, portanto, todos os participantes bem como o público que o acompanha e assiste às apresentações. Segundo Paula Siqueira:

Se os Zambiapungas enquanto grupos dificilmente podem ser pensados como tendo uma ligação forte com a religião, é preciso pensar que eles podem ser territórios onde experiências religiosas pessoais possam ser fecundamente atualizadas, com ou sem a eventual incursão desse chamado desejo externo. Ou seja, aqui se trata de uma possibilidade, algo como poder ser e não algo que sempre se é. [...]. Os Zambiapungas têm, portanto, uma forte base territorial. São grupos cujos integrantes moram em sua esmagadora maioria na sede de cada município.<sup>187</sup>

Referindo-se ao território nas mais diversas expressões do Zambiapunga, Paula destaca a abrangência do grupo nos municípios de Valença, Taperoá, Cairu e Nilo Peçanha, portanto, essa cultura não se restringe à cidade de Valença, seu reduto vai bem mais além, alcançando outras cidades do Baixo Sul da Bahia, certamente com algumas

---

<sup>185</sup> SIQUEIRA, Paula. *Zambiapunga: cultura e política no Baixo Sul da Bahia*. Dissertação (Mestrado Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p. 129.

<sup>186</sup> GUIMARÃES, Alexandre A. B. *Zambiapunga de Nilo Peçanha: representações no tempo. (1940 – 2002)*. Monografia (Curso de Graduação de Licenciatura em História)-Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*. Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2003. p. 7.

<sup>187</sup> SIQUEIRA, Paula. *Zambiapunga...*, op. cit., p. 35-51.

diferenciações no que tange aos trajes, coreografias, caracterização dos personagens, número de participantes e instrumentos.

O coordenador do grupo é o responsável pelas inovações a cada apresentação, muitas vezes fica sobre sua responsabilidade a criação das inusitadas máscaras e das indumentárias com que se veste o mascarado. Esse grupo folclórico consegue transformar objetos triviais em significantes instrumentos de percussão, com toques singulares, a exemplo da enxada.

### 3.2 ALEGRAR E REZAR: FESTAS, RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE

Na virada do século XIX para o século XX, presenciamos no Brasil a incorporação de diversas crenças com diferentes rituais, marcando um crescimento no campo religioso, tendo como esteio o ser humano em torno de uma divindade. Neste período, muitas religiões surgem, levando os acadêmicos contemporâneos a pesquisar e tentar compreender como ocorreu o desenvolvimento dessas diversas crenças e práticas religiosas.

A religião e as festas de base religiosa tornaram-se ferramentas de humanização, embora envolvidas numa grande complexidade desde a sua origem. Independente da religião, as festas religiosas apresentam elementos como ritos e símbolos envolvidos em luxo, beleza e música que, em algumas circunstâncias, são usados para o corpo interagir com o meio, numa tentativa de quebrar rígidas couraças, aproximando o homem de Deus como demonstração de fé.

Edilece Couto registra que “[...] a festa, como objeto de estudo da História, também é uma descoberta tardia”.<sup>188</sup> Este tema despertava interesses apenas dos antropólogos e etnólogos. Somente na década de 70 é que começou a ser pesquisado por historiadores da Europa. Já no Brasil, “[...] o interesse dos profissionais da História pelas festividades ganhou impulso a partir do final dos anos 1980”.<sup>189</sup>

Ainda segundo Edilece Couto, desde o período colonial, o “[...] clero acreditava que a permissão para que os escravos fizessem os seus batuques e cantassem em suas

---

<sup>188</sup> COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2004. p.63.

<sup>189</sup> Id., loc. cit.

próprias línguas nas proximidades das igrejas significava uma etapa para a evangelização”.<sup>190</sup> Esse posicionamento da igreja veio favorecer “[...] a permanência de parte de rituais dos índios e dos cultos africanos”.<sup>191</sup> A respeito do fenômeno religioso, Mainwaring Scott assevera:

A fé é um fenômeno supra-racional que se proclama pairar sobre todos os outros valores. A Igreja tem início nessa fé, mas como toda instituição, ao desenvolver interesses, então tenta defendê-los. O objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa.<sup>192</sup>

Na cidade de Valença, os procedimentos da igreja não se distanciam do afirmado por Mainwaring Scott. Suas festas religiosas são grandes acontecimentos na vida urbana, chegando a transformar o perfil dos povoados da cidade. Nesses momentos, os hábitos religiosos, com suas particularidades, levam-nos a distinguir famílias religiosas e não religiosas; em contrapartida, o lado profano é singularizado mediante um diferenciado público. Nesse sentido, ambos os espaços, tanto o religioso quanto o profano, tornam-se espaços aglutinadores de diversas práticas sociais que interligam memórias individuais e coletivas em que o passado e o presente se confundem. Regina Beatriz registra:

As festas religiosas, em seus dias mais importantes, tornam-se um grande acontecimento e tomam conta dos povoados e cidades. O calendário cristão passa a ser estritamente observado, chegando-se, muitas vezes, a identificar as pessoas pelos hábitos religiosos, elo essencial entre as datas, rituais e as maneiras de fazer. As festas criam espaços de convívio especiais, além de trazer a esperança para quebrar a monotonia da vida, permitindo diversas festanças e a possibilidade dos encontros.<sup>193</sup>

Durante as festas religiosas, o calendário parece marcar um tempo diferenciado, contudo são as mesmas pessoas e os mesmos locais, embora com aspectos diferentes. A partir da análise de algumas entrevistas, foi possível perceber elementos que levaram a fazer uma releitura do ser religioso presente no cotidiano das mulheres marisqueiras e

---

<sup>190</sup> COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2004. p. 49-50.

<sup>191</sup> COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas...*, op. cit., p. 49.

<sup>192</sup> SCOTT, Mainwaring. *Igreja Católica e política no Brasil (1919-1985)*. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.15-16.

<sup>193</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, Mato Grosso: Carlini & Aniato: EdUFMT, 2006. p. 218-219.

catadeiras de Valença. As entrevistadas disseram ter uma religião definida, demonstrando serem fiéis no que acreditavam. Na visão de Sigolf Greuel:

A religião representa a consciência da insuficiência humana, e ela é vivida na admissão da fraqueza. Assim, o ser humano experiencia a existência de duas realidades, uma sagrada e outra profana. A profana é aquela na qual ele vive e a sagrada é aquela que procura alcançar. A religiosidade é o que o coloca em contato com a realidade do sagrado. Ela consiste num processo no qual as pessoas estabelecem relações com a realidade e os poderes que ele considera sobre humanos e transcendentais, nas quais se estabelece uma relação de dependência. A religiosidade é a expressão de que a consciência humana registra uma relação com o inefável, em que demonstra confiança para com estes poderes que lhe são transcendentais.<sup>194</sup>

Os pontos discutidos por Sigolf Greuel estão presentes na vida religiosa da população valenciana, ao experienciar duas realidades, uma sagrada e outra profana. Um dos momentos em que se percebe a religiosidade das marisqueiras e catadeiras é no cumprimento do calendário religioso, com grandes celebrações, entre elas, estão as festas do Sagrado Coração de Jesus e de Nossa Senhora do Amparo, padroeira da cidade e protetora dos operários da fábrica têxtil, que outrora já tivera o nome de Fábrica Nossa Senhora do Amparo. Neli afirma que, por ocasião dos festejos “a maioria dos operários se mobilizavam de algum modo para participar do evento: seja através da participação na comissão da festa, seja contribuindo com flores, foguetes, etc., seja simplesmente assistindo às novenas e à festa”.<sup>195</sup>

Segundo o acervo cultural da Bahia, a Igreja do Amparo é considerada uma das mais bonitas da região, possui cinco portas superpostas por igual número de janelas e, em seu interior, existem cinco altares neoclássicos, em talha branca e dourada, além de uma pia batismal e um lavabo. Com o passar dos tempos, essa igreja ficou pequena para acolher o grande número de fiéis, motivo pelo qual, o largo passou a funcionar como extensão desta. Nele, foi construído um coreto que, em momentos festivos, é usado como altar principal, acolhendo a imagem da santa, o coral da cidade e algumas autoridades.

As celebrações demonstram a fé dos religiosos, advinda da própria capacidade de crer, sendo momentos em que a sociedade se mistura. Contudo, em meio à multidão,

<sup>194</sup>GREUEL, Sigolf. *Religião e religiosidade*. Dissertação (Mestrado em Teologia)-Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2008. p. 25.

<sup>195</sup>PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias(os) têxtil em Valença-Bahia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. P. 96.

percebem-se locais em destaque e, nestes, fica evidente a hierarquia social e política de uma sociedade. No entanto, nesses momentos, a fé, os cultos e os ritos congregam diferentes segmentos sociais, e, neste sentido, a festa torna-se uma celebração de confirmação da fé, alegria, emoção e exaltação coletiva de grande importância social na vida, singularizando e coletivizando pessoas e grupos de diferentes localidades.

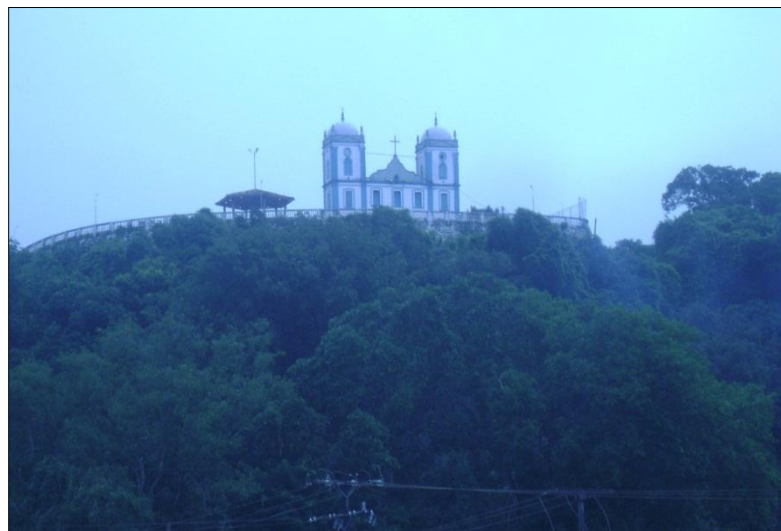


Figura 22 – Foto da Igreja de Nossa Senhora do Amparo – Valença.  
Fonte: Fátima Brasão (13 de maio de 2011).

A Figura 22 representa uma foto da Igreja de Nossa Senhora do Amparo<sup>196</sup>, construção do século XVIII. Em meados do século XIX, esta foi “[...] reparada com pintura pelo Bernardino Madureira<sup>197</sup>, vê-se daí o farol do Morro de São Paulo, e a vista de Cairu bem longe”, por estar localizada no ponto mais alto da cidade, de onde é possível se

<sup>196</sup> “Igreja de relevante interesse arquitetônico, com planta regular, constituída de nave, capela-mor, sacristias e corredores laterais. Telhados de duas águas, em níveis diferentes, com terminação beira-seveira, recobrem a parte central, enquanto meias-águas, terminadas em cimalha, protegem as alas laterais. Fachada mais larga que alta, dividida em três partes por pilastras coríntias. Corpo central, coroado por frontão recortado, revestido de azulejos brancos; e torres terminadas por cúpulas, em meia laranja, revestidas de azulejos azuis e brancos, com tocheiros nos cantos da base. Cinco portas superpostas por igual número de janelas de coro vazam a fachada, além de dois vãos sineiros. Interior rico, com cinco altares neoclássicos, em talha branca e dourada. Forros com pinturas na nave (pleno), sob o coro (caixotões) e capela-mor (abobadada). Piso da nave, capela-mor e sacristia esquerda em mármore. Conservam-se barras de azulejos antigos na capela-mor, azuis e brancos com temas florais, e, na sacristia esquerda, amarelos e brancos em relevo. Destaque para a pia batismal e lavabo em lioz, imagens de N. S. do Amparo, Santa. Efigênia e S. Joaquim em telas a óleo. Na torre esquerda, um relógio de 1882, ainda em funcionamento”. Fonte de pesquisa: IPAC-BA (Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia). Vol. V. Monumentos e Sítios do Litoral Sul, 1988. p. 175.

<sup>197</sup> Bernardino de Sena Madureira era engenheiro e foi vereador pela Câmara Municipal de Valença. Foi agraciado com a Comenda de Cristo, finda a viagem imperial pelo Nordeste brasileiro (Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara, nº 24. Dom Pedro II: Diário da viagem ao Norte do Brasil. Salvador-BA: Progresso, 1959. p. 190. Dia da viagem: 21/01/1860).

ter uma vista panorâmica de Valença. Na torre esquerda, existe um relógio do ano de 1882, que ainda se encontra em funcionamento, e cujas badaladas anunciam momentos festivos da igreja.

No município de Valença, constata-se a participação efetiva de grupos de igreja que, juntamente com o clero, mantêm as celebrações litúrgicas de grande expressividade, envolvendo efetivamente os participantes, seja em missas, procissões ou encontros religiosos. Na época das novenas do Amparo e no dia da festa, além dos grupos de organização que asseguram o êxito das festividades, a comunidade religiosa mantém o costume de se reunir para enfeitar, com bandeirolas azuis e brancas, todas as ruas por onde passa a procissão, sempre no dia 8 de novembro. Nesses momentos, é percebida a participação efetiva das marisqueiras e catadeiras de Valença.

As famílias religiosas que residem no percurso do cortejo, aproveitam para estender toalhas brancas nas janelas, jogar pétalas de rosas e minúsculos pedaços de papéis coloridos na passagem do andor da santa: “[...] este conjunto de imagens exprime o caráter público e popular das festas dos santos: um espaço festivo que integra ruas e casas [...]”.<sup>198</sup> De certa forma, esses momentos, além de renovar o espírito religioso, também trazem um diferencial no cotidiano das pessoas, e, por ser dia feriado, o trabalho dá lugar a reflexão, rezas e cantos religiosos, longe da costumeira agitação do dia a dia. O Jornal *Tribuna Litorânea*, no ano de 1977, assim descreve a festa

Foi uma festa espetacular, garbosa e sem maior confusão a festa de Nossa Senhora do Amparo, padroeira de Valença. Muita animação nas novenas onde o espetáculo dos fogos de artifício davam um brilho a majestosa obra realizada pela prefeitura no adro do Amparo. A procissão de encerramento no último dia 08 foi das mais bonitas já vistas em Valença.<sup>199</sup>

Ao fazer uma releitura do artigo publicado no referido jornal, percebe-se que o jornalista, ao escrever as palavras “sem maior confusão”, referindo-se à procissão de Nossa Senhora do Amparo, deixa brechas para pensarmos que eventualmente ocorria algum tipo de perturbação durante esses atos religiosos.

Algumas marisqueiras, por serem devotas da santa, participavam e participam de todas as novenas, destacando-se aquelas que, no dia 8 de novembro, dia da festa, na primeira missa do dia, que acontece às sete horas da manhã, chegam a pagar promessas:

<sup>198</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração...* op. cit., p. 221.

<sup>199</sup> *Tribuna Litorânea*, ano 2, p.19, 15 nov. 1977.

seu compromisso é assistir toda a celebração com os pés descalços, de preferência com roupas brancas, juntando-se a tantos outros devotos que comungam da mesma gratidão por graças alcançadas. Ana Oliveira, na obra intitulada *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*, afirma:

No campo e na cidade, a vida religiosa dos fiéis estava alicerçada em relações estabelecidas diretamente com os santos, através de alianças e contratos, expressando uma intimidade que era incentivada pela família e por toda a sociedade, que via nessas relações uma espécie de proteção suplementar àquela que advinha dos sacramentos.<sup>200</sup>

O alicerce da vida religiosa citado por Ana Maria é registrado na vida dos trabalhadores da Companhia Valença Industrial – fábrica têxtil –, fundamentado na proteção de Nossa Senhora do Amparo, padroeira dos operários. Inclusive, é fácil constatar imagem da santa em muitas casas da vila operária, localizada nas imediações da fábrica. A CVI mantém a iluminação da referida igreja desde a segunda metade do século XIX – através da cachoeira do Candengo, localizada nas proximidades da fábrica –, talvez como forma de agradecimento à proteção da santa.

Durante as noites que antecedem o dia da festa – 31 de outubro a 7 de novembro –, é possível ver pessoas de todas as idades, sexo e posição social circulando nas partes internas e externas da igreja; umas se acomodam em momentos de oração, outras simplesmente circulam num vaivém constante, participando dos festejos profanos disponibilizados para todos os presentes. Nessa festa, considerada como festa de largo, dois espaços se misturam e se dividem ao mesmo tempo entre o sagrado e o profano. Na visão de Ordep Serra

O certo é que os componentes adotados no templo e no largo são muito nitidamente simétricos, em diversos aspectos. Um bom “persa de hipótese” não deixaria de ficar espantado de ver grupos reunindo-se em espaços contíguos, numa ocasião especial, para proceder de formas tão opostas. Certamente acharia ainda mais estranho ver que alguns circulam nos dois ambientes, mudando de água para vinho na passagem.<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho de. *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: UNEB, 2002. p. 105.

<sup>201</sup> SERRA, Ordep José Trindade. *Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia*. Salvador: EdUFBA, 2009. p. 77.

Como em toda a festa de largo, as pessoas ao se misturarem em espaços distintos, quebram momentaneamente a separação entre o sagrado e o profano, como que, segundo Ordep Serra, estivessem sempre mudando “de água para o vinho na passagem”.

De importância também para os religiosos de Valença é a festa de São Pedro, principalmente para aqueles que lidam com a mariscagem e a pescaria. Nessa época, a igreja localizada no bairro do Tento, conhecido popularmente como “bairro dos pescadores”, movimenta toda a comunidade local. Essa festa, que acontece no mês de junho, especialmente no dia 29, faz parte, junto com as festas de Santo Antônio (dia 13) e São João (dia 24), os festejos juninos. Existe em frente à igreja um local destinado a ser colocado o mastro<sup>202</sup> de São Pedro, que vem em cortejo, sempre acompanhado por muitas pessoas, entre elas marisqueiras, catadeiras e pescadores. Ao chegar em frente à igreja, o mastro é fincado no chão, sendo substituído a cada ano.

Os atributos direcionados a São Pedro vão além de ser considerado o santo protetor das viúvas e padroeiro dos pescadores. Inclusive, no sertão do Brasil, a ele é dada a tarefa de fazer chover, tarefa esta cantada na música de Luiz Gonzaga intitulada “Baião da Garoa”:

#### BAIÃO DA GAROA

Na terra seca  
Quando a safra não é boa  
Sabiá não entoa  
Não dá milho e feijão

Na Paraíba, Ceará, nas Alagoas  
Retirantes que passam  
Vão cantando seu rojão  
Tra, lá, lá lá lá lá lá (bis)

Meu São Pedro me ajude  
Mande chuva, chuva boa  
Chuvisquinho, chuvisquinho  
Nem que seja uma garoa

---

<sup>202</sup> Grande bandeira com a imagem de São Pedro dependurada num enorme tronco de madeira.

Uma vez choveu na terra seca  
 Sabiá cantou  
 Houve lá tanta da fartura  
 Que o retirante voltou  
 Tava lá eu na pisada  
 Tum, tum, tum  
 Oi! Graças a Deus  
 Choveu, garoou.<sup>203</sup>

Percebe-se, portanto, a obrigação que São Pedro tem diante dos fiéis em atender aos inúmeros pedidos, inclusive de fazer chover no sertão brasileiro, onde a seca castiga homens, animais e plantações. Em Valença, por não necessitar pedir chuva a São Pedro, visto que a região não sofre com o problema da seca, a reverência e a devoção ao santo se dão pela proteção para os pescadores e marisqueiras, contra as tempestades que atingem embarcações nos rios e mares, muitas vezes causando acidentes fatais, inclusive nos manguezais.

Por ocasião da festa de São Pedro em Valença, grande parte dos moradores do Tendo comunga um mesmo objetivo, que é ornamentar a igreja e preparar, juntamente com o pároco, os cantos e a liturgia para as missas. Por sua vez, a juventude do coral ensaia as músicas com a participação de bandas religiosas locais e de cidades circunvizinhas, em agradecimento ao santo responsável em proteger os pescadores e, nesta proteção, estão incluídas também as marisqueiras e catadeiras, que acompanham todos os festejos.

A festa dedicada a São Pedro encerra com procissão e uma corrida de canoas no rio Una, tendo premiação para aquela que chega em primeiro lugar, bem como para a mais bonita, segundo os critérios dos jurados. Essa corrida evidencia os vínculos do sagrado com o cotidiano. Nesses momentos, havia e há “uma sincronia entre festas, atividades produtivas e o meio ambiente da região”<sup>204</sup>, comungando descontração e agradecimento em momentos de bem-estar. Esta sincronia citada por Charles é percebida na participação dos religiosos, que nas embarcações entoam cânticos, cujas letras têm ligação com o ser marisqueira, ser catadeira e ser pescador; alguns participantes se emocionam ao recordar a

<sup>203</sup> Música de autoria de Luiz Gonzaga do Nascimento, conhecido como “Rei do Baião”, falecido em 2 de agosto de 1989.

<sup>204</sup> SANTANA, Charles, D’Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações*. Bahia: 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998. p. 59.

difícil rotina. “A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças [...]”.<sup>205</sup> Essa festa é uma das mais populares de Valença, e a “alegria da festa” citada por Mary Del Priore contagia todos os participantes e visitantes.

No bairro do Tento, em algumas residências de pescadores, ainda se vê em simples oratórios a imagem de São Pedro, com flores e velas como forma de demonstração de agradecimento e fé. Elivaldo de Jesus comenta

Em muitas outras famílias pode-se surpreender essa tradição: nas moradas que abrigam ou abrigaram Marias e Josés, Franciscos e Crispins, Cosmes e Damiões, Luzias, Ritas e Roques, rezaram-se ou rezam-se ladainhas ao santo da aliança, zelou-se ou zela-se sua imagem, sempre ornada por buquês de flores silvestres, num espaço bastante sacralizado da casa.<sup>206</sup>

Segundo Elivaldo de Jesus, “[...] santos e devotos unem-se em pactos de fé que se materializam em forma de devoção [...] a forma dos santos junto ao povo advém dos milagres que realizam e do tipo de causa que podem atender”.<sup>207</sup> No povoado de Cajaíba, existe uma comunidade de marisqueiras, catadeiras e pescadores, que mantém firme a crença religiosa em Nossa Senhora do Desterro, participando da organização e dos festejos da festa, bem como de todas as novenas em homenagem à padroeira do local, que acontece no último domingo do mês de janeiro. Nesse povoado, também foi registrada a presença de oratórios com santos na parede da sala principal das residências de alguns moradores. Kátia Mattoso esclarece:

Quase todos os lares da Bahia, mesmo os mais modestos, tinham os seus oratórios cheios de estatuetas de santos familiares. [...]. No campo e na cidade, a vida religiosa do fiel estava centrada em relações diretas, pessoais, com os santos. Essa intimidade era, aliás, encorajada pela família e por toda a sociedade, que via nessas relações uma espécie de proteção suplementar àquela que advinha dos sacramentos [...].<sup>208</sup>

<sup>205</sup> PRIORE, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.10.

<sup>206</sup> JESUS, Elivaldo Souza de. *Gente de promessa, de reza e romaria: experiências devocionais na ruralidade do Recôncavo Sul da Bahia (1940-1980)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. p. 28-29.

<sup>207</sup> Id., *ibid.*, p. 26-27.

<sup>208</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós *Bahia, Século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.392.

Embora a pesquisa de Kátia Mattoso seja referente ao século XIX, os oratórios citados pela autora ainda são encontrados, no século XXI, em algumas residências de valencianos, principalmente na zona rural onde esses se encontram sempre, em um lugarzinho especial da sala, onde todos possam ver e rezar. Nesses lugares, muitas vezes, de forma harmoniosa, vários santos e orixás compartilham o mesmo espaço, recebendo – a depender dos atributos ao santo ou orixá – os mais diversos pedidos.

No povoado de Cajaíba, a Igreja de Nossa Senhora do Desterro está localizada à margem da estrada Valença-Taperoá, na BA 001. Por ser sua construção feita no lugar demasiadamente alto, do largo é possível avistar o litoral e suas pequenas ilhas. Nas adjacências da igreja, existem pequenas casas e, ao fundo, do lado direito, um cemitério. Embora não existam documentos comprobatórios, pressupõe-se que esta igreja seja da primeira metade do século XVIII. Essa hipótese é formulada em virtude da presença da torre atarracada e de vãos com vergas em arco abatido. Sua reforma e ampliação durante o século XIX aconteceram de forma vagarosa, uma vez que os altares são do início do século; as grades do púlpito, de meados e a fachada com seus vãos em arcos plenos, do final do século.<sup>209</sup>

Nesse mesmo povoado, depois da festa de Nossa Senhora do Desterro – último domingo do mês de janeiro –, acontece a festa de São Benedito, sempre no mês de abril com data móvel, esse santo é conhecido como protetor dos negros, fortemente venerado nessa localidade. Segundo Marc Bloch, “[...] a maioria dos santos verdadeiramente populares também possui seus talentos específicos: as pessoas dirigem-se a um deles rogando-lhe que cure os males dos olhos; os outros pedem que remedie os males do ventre; e assim por diante”.<sup>210</sup> Certamente por Benedito ser um santo negro é que foi colocada sobre sua responsabilidade a proteção, em especial, dos devotos de sua cor, contudo, vale ressaltar que a devoção ao santo não se resume a devotos negros.

Havia uma prática de, um mês antes da festa de São Benedito, um grupo de mulheres, entre elas algumas marisqueiras e catadeiras, sair tirando esmolas para ajudar nas comemorações. Esses fiéis saíam peregrinando com uma réplica da imagem de São Benedito num ato de pedir esmolas, sempre cantando, entre outras, a seguinte música:

<sup>209</sup> Informações encontradas no Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador, 1988. v.V, p. 198.

<sup>210</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio*, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.59.

Aqui está Benedito  
da capela do Desterro  
tirando a sua esmola  
pro dia do seu festejo.

Cheguem, cheguem devotos  
venham trazer a esmola do santo  
pra sua festa festejar.

Benedito pede esmola  
não pede por carecer  
pede pra experimentar  
quem seu devoto quer ser.

Aqui está Benedito  
da capela do Desterro  
tirando sua esmola  
pro dia do seu festejo.

Deus te pague a tua esmola  
com prazer e alegria  
o frade São Benedito  
fique em vossa companhia.<sup>211</sup>

O ato de peregrinar foi proibido por um dos padres de Valença, ao entender que alguns de seus cantos eram livres. Entende-se por livres, letras que não condiziam com atos religiosos, inclusive com palavras que poderiam indicar duplo sentido. O hábito de peregrinar em busca de esmolas é comum às sociedades de matriz africana, fazendo parte, inclusive, de uma das suas obrigações.

Preparar os festejos para São Benedito era, e ainda é, uma tarefa de maior responsabilidade das mulheres, principalmente as mais idosas, que participam das festividades religiosas do povoado e demonstram saudades do tempo da peregrinação.

---

<sup>211</sup> Não foi possível obter informações à respeito da autoria desta letra gentilmente cedida por de D. Inês, nascida e criada no povoado de Cajaíba. Na época da entrevista, dezembro de 2010, ela já residia em Salvador-Bahia.

A participação efetiva da mulher nas comemorações religiosas é registrada por Kátia Mattoso desde o século XIX. Nos seus estudos, Kátia menciona a figura da mulher como destaque ao dirigir os atos coletivos religiosos, confirmando que nesse ambiente de festa as mulheres “[...] sabiam conduzir a devoção ao santo, a prece dos fiéis, as peregrinações aos santuários”.<sup>212</sup> Por sua vez, Charles Santana, em sua pesquisa do ano de 1998, evidencia a participação efetiva das mulheres no preparo e reza dos santos, entre eles São Cosme e São Damião, e nas chamadas “festas da fogueira” relacionadas a São João e São Pedro.<sup>213</sup>

Em Cajaíba, como já fora mencionado, as festas religiosas de maior popularidade são de Nossa Senhora do Desterro e de São Benedito, nas quais as marisqueiras e catadeiras têm participação em todas as novenas. Na noite dedicada a essas trabalhadoras percebe-se grande responsabilidade e entusiasmo. Organizadas em grupos, são responsáveis pela arrumação dos altares, preparação dos cantos e recepção dos convidados, contudo, a queima de fogos fica a cargo de alguns pescadores. Durante o ofertório, são entoados cânticos de agradecimento enquanto elas ofertam objetos ligados à profissão.

Wellington Castellucci assevera que “[...] a festa é a apropriação do lugar, demarcação e derrocada de fronteiras enquanto se instituem marcas no território carregado de significados”.<sup>214</sup> Essa descrição é perceptível nas festividades religiosas de Cajaíba, bem como de Guaibim e do Tento, pois, nessas localidades, as festas com suas especificidades identifica os grupos organizadores, e embora nesses momentos haja uma demarcação dos bairros e povoados, os festejos religiosos acontecem proporcionando a integração de todos os participantes.

Em Valença, as festas religiosas são concebidas como uma obrigação anual que os moradores fazem de forma prazerosa, imbuídos de fé e gratidão pelas graças recebidas, ao tempo em que renovam a fé na esperança de continuar vencendo os desafios que a vida lhes impõe na labuta do dia a dia. Configura-se um cotidiano semelhante ao descrito por Augusto Motinho em relação ao Morro São Paulo no qual: “[...] o desafio coletivo de superar os infortúnios encontrou nos festejos uma maneira razoável de amenizar os problemas diários e fortalecer os laços de solidariedade na povoação”.<sup>215</sup> Diante da peleja

---

<sup>212</sup> MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX ...*, op. cit., p. 397.

<sup>213</sup> SANTANA, Charles, D’Almeida. *Fartura e ventura camponesas*, op. cit., p. 59.

<sup>214</sup> CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. *Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 84.

<sup>215</sup> MOUTINHO, Augusto César. *A sombra da guerra*. Salvador: Quarteto, 2005. p. 122.

pela sobrevivência e manutenção da família, as marisqueiras e catadeiras persistem na fé, sempre na expectativa de dias melhores. Entretanto, em Cajaíba, segundo as entrevistas, pensar em dias melhores não implica dizer que desejam sair daquele povoado, pois a maioria das entrevistadas se sente contemplada com uma vida tranquila e mais saudável por viver em constante contato com a natureza.

Associada ao trabalho, as festas religiosas podem ser encaradas como um bálsamo para a lida, numa espécie de fuga à fadiga. Nessa perspectiva, as festas transmitem, no contexto social, a realidade daqueles que as comemoram, afirmando com sua participação seu lugar na sociedade na qual vivem.

Na residência de D. Rumana, em todas as paredes, é possível ver imagens de santos, entre eles: Nossa Senhora de Fátima, Senhor do Bonfim, São Jorge, São Cosme e São Damião, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida, São Roque, São Benedito, São Jorge, São Expedito, Bom Jesus da Lapa, além de uma imagem de Iemanjá. Ao ser questionada em relação a sua fé, a senhora diz:

Minha fia, eu gosto de todos os santo e ainda tenho devoção com Iemanjá, é por causa da época que eu era marisqueira, entende? Eu pedia proteção pra ela também. Aqui em casa eu recebo visita de todo mundo, até de outra religião, mas ninguém venha pedir pra eu tirar meus santo da minha parede porque são ele que me protege. Eu já tive muito doente das perna, inté fiquei um tempo sem andar, aí fiz uma promessa pra Nosso Senhor Bom Jesus da Lapa que se eu ficasse boa ia todo o ano na lotação pra Lapa. Aí eu fiquei boa e cumpri a promessa, nos meu 93 ano de idade já fui mais de trinta vez na Lapa, todas as vez de caminhão, sabe como é? De pau de arara, inté já pedi esmola pra completar o dinheiro da passagi. De dois ano pra cá é que eu não fui mais porque fiquei meio doente, mais com fé em Deus antes de morrer eu vou de novo na Lapa e vou é de lotação no caminhão, não é de ônibus não! A festa da Lapa é a coisa mais linda do mundo! Toda vez que eu entro naquelas gruta me emocionono e choro.<sup>216</sup>

Percebe-se que a fé de D. Rumana nos santos a estimula a viver. Ao falar “gosto de todos os santos e ainda tenho devoção com Iemanjá”, fica explícito que, na sua simplicidade, ela faz distinção entre a devoção aos santos e o culto a Iemanjá, entretanto, dedica o mesmo zelo prestado aos santos.

Em cidades praieiras do Estado da Bahia, o dia 2 de fevereiro é dedicado a homenagear Iemanjá, inclusive na praia de Guaibim. A essa figura feminina é atribuída uma importante missão que é a de ser mãe de todos os orixás. Segundo Edilece, a

<sup>216</sup> Rumana da Conceição. Entrevista citada.

oficialização dessa data só ocorreu no final da década de 50 quando passou a ser denominada Festa de Iemanjá, sendo, na época, a oferta de presentes um ato exclusivo dos pescadores.<sup>217</sup> Ela acrescenta:

Quando Iemanjá se manifesta, a pessoa incorporada normalmente está vestida de azul claro e ornada com contas de vidro transparentes e nas mãos carrega um abano de metal branco. Sua dança é realizada com movimentos que lembram as ondas do mar. O corpo é flexionado e as mãos são levadas alternadamente à testa e à nuca. Para saldar esse orixá basta dizer: Odò Iyá!<sup>218</sup>

Edilece esclarece que as cores preferidas por Iemanjá, segundo o Candomblé, são azul claro e branco, trabalhadas com contas de vidro. A saudação a esse orixá segue um ritual específico. Vilson Caetano registra que, na África, o culto a Iemanjá “[...] era estabelecido entre a região de Ifé e Ibadan, no rio Iemanjá [...]”. Segundo ele, “[...] no Brasil esse culto sofre nova transladação. É para os mares que seus fiéis se dirigirão pedindo seus favores”.<sup>219</sup> A prática de celebrar Iemanjá identifica as marisqueiras que vivem dos ganhos oriundos do trabalho nos manguezais, ecossistema ligado às águas do rio Una que desagua no mar.

Na cidade de Valença, essa homenagem começa na praia de Guaibim, com participação das marisqueiras, catadeiras, pescadores, além dos adeptos do Candomblé e do Samba de Roda. Segundo Edilece Souza Couto

Na Bahia, os seguidores do candomblé acreditam na existência de sete iemanjás. Já em Cuba há a crença de que existem sete caminhos para encontrá-la e, por isso, recebe sete nomes diferentes: Iemanjá *Awoyó* – é a mais velha, usa trajes mais ricos, mora no mar e repousa na lagoa. Quando sai para passear coroa-se com o arco-íris. Iemanjá *Ogunte* – vive nos arrecifes próximos da praia e é a guardiã de Olokum. É a mulher de Ogun, o orixá da guerra. Por isso, usa o facão e outros instrumentos de ferro do marido e mostra-se severa e violenta. Iemanjá *Maleleo* – vive no mato, num lago ou numa fonte de água inesgotável por causa da sua presença. Iemanjá *Konla* ou *Akura* – vive na espuma da ressaca da maré, vestida de algas. Iemanjá *Apara* – vive na confluência de dois rios. Iemanjá *Asesu* – é a mensageira de Olokum e vive em água agitada. Acredita-se que ela é muito lenta para atender aos pedidos de seus fiéis, pois às vezes se esquece do que lhe foi pedido.<sup>220</sup>

<sup>217</sup> COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas...*, op. cit., p.151-152.

<sup>218</sup> Id., *ibid.*, p. 140.

<sup>219</sup> SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano. *Orixás, santos e festas: encontros e desencontros do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador*. Salvador: EDUNEB, 2003. p.150.

<sup>220</sup> COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas...*, op. cit., p. 136-137.

Edilece Couto enfatiza a crença que os baianos têm na figura de Iemanjá a ponto de atribuir a existência de sete Iemanjás, enquanto, em Cuba, além das sete Iemanjás com nomes e personalidades diferentes, cada uma administra um diferenciado reduto controlador – lagos, arrecifes, mares e oceanos. É forte o sincretismo em torno dessa figura feminina, que se apresenta na forma de nova, mais velha, mansa, exigente, vaidosa, guardiã, bela, elegante, sensual, enfim, atributos inerentes à mulher. Segundo o Candomblé, a Iemanjá é atribuída uma forte personalidade e grande poder de controle sobre o ser humano, a ponto de alguns homens se renderem a seus pés, afirmando ser seu canto dotado de irresistível fascínio.

Por representar a fecundidade, guia a maternidade, é considerada a mãe dos peixes e, por consideração, também mãe dos pescadores; como toda a mulher, gosta de flores, joias e perfumes.

No Guaibim, a festa de Iemanjá ainda é um ritual de fé que se repete a cada início de ano, precisamente no dia 2 de fevereiro. Nas comemorações desse dia, percebemos a presença do Samba de Roda e do Candomblé. Segundo as religiões afro-brasileiras, o sábado é o dia da semana dedicado a Iemanjá, muitos a consideram soberana das águas. Nessa época, aumenta os trabalhos das Mães de Santo que fazem muitas consultas para moradores locais, inclusive recebendo visitas de turistas interessados em conhecer e entender um pouco a respeito de Iemanjá e de tudo que acontece durante o cortejo.



Figura 23 – Foto de Cortejo a Iemanjá na praia de Guaibim (1998).  
Fonte: Acervo da Secretaria de Turismo Municipal de Valença.

Ao amanhecer de 2 de fevereiro, os moradores da praia de Guaibim enfeitam barcos e canoas, entre estes um barco maior que leva um enorme cesto com flores, perfumes, brinquedos, produtos de beleza, entre outros, em busca de um ponto estratégico no mar para depositar as oferendas a Iemanjá, uma mulher vaidosa que gosta de estar sempre bela, cheirosa e formosa.

Na Figura 23, percebe-se que, além da menina simbolizando Iemanjá, vão algumas mães e pais de santo no centro do cortejo segurando o grande balaio de presentes, entre elas muitas marisqueiras e catadeiras, tanto do Guaibim quanto de Cajaíba. Do lado esquerdo da fotografia, à frente do cortejo, vestida de branco, logo atrás da faixa, está a Mãe de Santo Bárbara segurando o balaio de presentes. Esse cortejo é acompanhado por filhos e filhas de santo, bem como por moradores de Valença e alguns turistas.

Em entrevista, Maria Balbina dos Santos<sup>221</sup>, conhecida por Mãe Bárbara do Terreiro Angola de nome Conzol Inkice Caxuté Tempo Marvila, localizado no povoado de Cajaíba, informou que não é simplesmente pegar um balaio, enfeitar e encher de presentes para oferecer a Iemanjá. Existe todo um ritual que antecede a entrega dos presentes, que consiste em uma série de passos que devem ser realizados por pessoas que conhecem os princípios do Candomblé.

A Mãe Bárbara informou que o primeiro passo no preparo das oferendas para Iemanjá começa com a arrumação do balaio. Nesse momento, as pessoas responsáveis têm de ficar com o “corpo limpo” e, para isso, tanto homens quanto mulheres devem estar em abstinência sexual, que pode variar entre 7, 14 ou 21 dias, conforme a necessidade. Junto com essa abstinência, tomam banho com ervas frescas, e, entre as ervas, estão o abô e o amaci, utilizadas para banhos rituais. As ações obedecem alguns rituais direcionados a Iemanjá. Mãe Bárbara enfatiza que a abstinência e o banho com ervas frescas se estendem a todo trabalho feito no Terreiro.

O segundo passo consiste em incensar os presentes ofertados para purificá-los, pedindo sempre a Iemanjá que os receba e proteja todas as pessoas com felicidade, sorte no amor, dinheiro, paz na família e saúde. O terceiro passo é rezar os Angrossis, que são as rezas sagradas para os Orixás. O quarto passo é cantar as azuelas, os cantos sagrados. O quinto passo é bater o paó, que consiste em bater palmas três vezes, pausadamente, com as

---

<sup>221</sup> Maria Balbina dos Santos, Mãe de Santo, residente no povoado de Cajaíba. Durante a entrevista, ela declarou ter recebido o DEPART (registro do seu terreiro e dela própria como Mãe de Santo) no ano de 2009. Entrevista em 7 de dezembro de 2010. Duração: 65 minutos.

mãos entrecruzadas, completando nove batidas lentas e três batidas ligeiras, saudando os Orixás.

Finalmente, chega o momento de sair o cortejo levando o cesto com as oferendas, tendo à frente aquela que representa Iemanjá, uma menina de cabelos longos, soltos, vestida de branco, pés descalços, com uma coroa na cabeça, que acompanha todo o cortejo do Candomblé pelas ruas da praia de Guaibim até o barco. Lá, cede o lugar para uma mulher adulta também vestida de branco, que, entrando no barco, completa o itinerário, levando o cesto juntamente com alguns pescadores até o local da entrega. Esse barco, preferencialmente, deverá pertencer a uma pessoa que tenha alguma ligação com o Candomblé.

Ao ser questionada a respeito de alguns presentes que se transformam em verdadeiros entulhos no fundo do mar, levando inclusive muitos anos para serem decompostos pela natureza, a Mãe de Santo responde que já existem movimentos no sentido de conscientizar as pessoas a não ofertarem presentes que venham a agredir o meio ambiente, entre estes, aqueles fabricados com plásticos, isopor e vidros. No final da entrevista, a Mãe de Santo acrescentou que, durante o período menstrual, a mulher é considerada impura, não podendo participar dos festejos a Iemanjá nem tampouco fazer nenhum tipo de trabalho no Terreiro.

No mar, os pescadores que conduzem as embarcações, acompanhando o barco com o balaio de presentes, enfrentam altas ondas que parecem querer naufragá-las. A senhora Neusa Antonia Santos<sup>222</sup> afirma que, após a entrega dos presentes, as ondas se acalmam, facilitando assim o retorno das embarcações. Segundo a crença, quando Iemanjá não aceita os presentes, ela os devolve para as areias da praia através da próxima maré cheia ou maré alta.

O ato de homenagear Iemanjá acontece em muitas cidades litorâneas do Brasil, momento em que milhares de pessoas, incluindo turistas, comparecem aos festejos, uns por curiosidades, outros por realmente acreditar na proteção que a figura dessa mulher traz para aqueles que retiram sua sobrevivência das águas. Wilson Caetano afirma que, “[...] sem sombra de dúvida, Yemanjá é o orixá mais popular no Brasil, e talvez isso valha também para outros países costeiros, ou beira-mar, como Cuba, onde esta é considerada a

---

<sup>222</sup> Neusa Antônia Santos, 59 anos, marisqueira aposentada, residente no povoado de Guaibim. Entrevista em 10 de maio de 2010. Duração: 30 minutos.

rainha da ilha pelos santeiros”<sup>223</sup>, sendo este orixá representado por uma mulher. Isso nos leva a crer que essa popularidade seja decorrente dos atributos inerentes à figura feminina, entre eles, os que se referem à beleza e à fertilidade, extrapolando, no Brasil, os diversos redutos das religiões de matriz africana.

Além das homenagens a Iemanjá, uma das apresentações mais apreciadas nesse período é o Samba de Roda, composto por mulheres moradoras da praia de Guaibim, muitas delas marisqueiras e catadeiras, discussão do próximo item.

### 3.3 SAMBA DE RODA: “É COISA DE RAIZ, DO FUNDO DO POÇO!”

“Samba de Roda é coisa de raiz, do fundo do poço!” Assim começa a fala da marisqueira Dilma ao ser questionada a respeito do Samba de Roda no povoado de Guaibim. A senhora Dilma dos Santos<sup>224</sup>, conhecida por Diva, na época da entrevista era a presidente do Samba de Roda de Guaibim. Segundo ela, todos os anos o Samba de Roda faz uma apresentação na festa de Iemanjá e durante os festejos a São José, padroeiro do povoado, sempre num ritual de muita animação e cantoria.

Em estudo sobre um povoado na região de Santo Antônio de Jesus, Elivaldo de Jesus assevera que, em dias de reza, “os brinquedos de roda, o samba e a dança animavam a cerimônia, fazendo o sagrado e o profano se entrecruzarem”.<sup>225</sup> Tal entrecruzamento também é observado nesta pesquisa. No povoado de Guaibim, o Samba de Roda homenageia Iemanjá em 2 de fevereiro e São José no dia 19 de março, numa mistura entre o profano e o sagrado. No Samba de Roda

O toque das violas adquire metro de forma gradativa, dentro, aproximadamente, dos quatro próximos compassos, e os instrumentos de percussão entram a seu próprio critério, tocando o pandeiro mais ou menos conforme o padrão dado. Mantém-se o prato na palma aberta de uma mão, como se fosse um pastelão que o tocador estivesse prestes a lançar no próprio rosto. Arranha-se a faca na borda do prato da maneira vista. São as palmas dos demais presentes uma parte essencial da percussão. A viola-guia toca uma “passagem”, para a mulher, como

<sup>223</sup> SOUSA JÚNIOR, Wilson Caetano. *Na palma da mão*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 127.

<sup>224</sup> Dilma dos Santos, marisqueira aposentada, residente no povoado de Guaibim. Entrevista em 10 de maio de 2010. Duração: 40 minutos.

<sup>225</sup> JESUS, Elivaldo Souza de. *Gente de promessa, de reza e romaria*, op. cit., p. 108.

dizem os violeiros, “tirar no pé o que a viola tira no dedo”. Então a que vai dançar movimenta-se para o centro da roda, onde dança breve tempo, “dá três voltas” e, finalmente, movendo-se rapidamente para a periferia da roda, “passa” o samba a alguém da sua escolha, mediante um sinal que faz parte de um conjunto, um repertório, de sinais apropriados, sendo talvez o mais comum a “umbigada”: a dançadeira abre os braços e estende o ventre, ou melhor o umbigo, na direção da pessoa a quem está passando a dança.<sup>226</sup>

O Samba de Roda acontece, como o próprio nome diz, numa roda. Segundo Daniela Amado, “[...] a organização espacial da roda simboliza um particular entre os que dividem a mesma identidade a ser expressa, pela voz, pelo corpo, pela dança e pelo som”.<sup>227</sup> O Samba de Roda registra singularidades em um espaço de união onde é visível o processo de sociabilidade, muitas vezes, com significado de religiosidade.

Na zona rural da cidade de Valença, ainda é possível presenciar a apresentação do Samba de Roda no mesmo espaço onde se instala um altar destinado a diversos santos, “de qualquer modo, o campo e a cidade mantinham-se inter-relacionados”.<sup>228</sup> O Samba de Roda de Guaibim possui dois tipos de trajes: um, totalmente branco para apresentação em festas religiosas – a exemplo da festa de São José e o culto a Iemanjá –, outro, feito com tecido em estampas bem coloridas para outras ocasiões, a exemplo do carnaval. A senhora Dilma, em entrevista, afirma:

Durante as apresentações do Samba de Roda, as sambadeiras se sentem à vontade, num clima de alegria, sempre num ritmo de festa podendo dançar e rodar da forma que quiser, mas devem ficar atentas ao chamado para entrar na roda, o sinal é uma umbigada ou um pequeno toque com o cotovelo.<sup>229</sup>

Nessa manifestação cultural, é permitido à mulher sambar, demonstrando a sua individualidade, ou seja, o seu particular jeito de dançar. Os participantes se organizam formando um círculo. Os instrumentos de percussão, ao se comunicarem com as sambadeiras, sinalizam o momento da entrada e saída do samba. Segundo D. Dilma, para entender rapidamente esse chamado, as mulheres devem ao sambar, de quando em vez, se

<sup>226</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Samba de Roda do Recôncavo baiano*. Brasília, DF, 2006. Série II, p. 119; 121.

<sup>227</sup> AMOROSO, Daniela Maria. *Levanta mulher e corre a roda: dança, estética e diversidade no samba de roda de São Félix e Cachoeira*. 2009. Tese (Doutorado em Artes Cênicas)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. p. 93.

<sup>228</sup> JESUS, Elivaldo Souza de. *Gente de promessa, de reza e romaria*, op. cit., p. 120.

<sup>229</sup> Dilma dos Santos. Entrevista citada.

posicionar de frente para os tocadores, trocando perfeita comunicação em perguntas e respostas através da cantoria.

Geralmente, o Samba de Roda é organizado com violas, violões, cavaquinhos, pandeiros, timbaus, triângulos, surdos, dentre outros. Entre os ritmos, estão o samba amarrado e o corrido: “[...] o samba amarrado se refere, a um ritmo um tanto calmo e ao uso refinado e reservado de vozes, violas e mesmo percussão. Em contrapartida, o samba corrido é mais solto e demonstrativo”.<sup>230</sup>

No Samba de Roda, em qualquer ritmo, as idades das sambadeiras se misturam, não diferenciando muito na forma de dançar, é como se naquele momento a idade fosse a própria dança. A senhora Dilma, em entrevista, relatou: “Quando estou dançando, esqueço as doenças e os problemas”. Essas apresentações podem ter cunho de promessa ou obrigação numa parte celebrativa e, ainda, como parte recreativa em festas profanas. O cantor domina um grande repertório de músicas com letras curtas e repetitivas, fazendo o corpo das mulheres dançar numa exuberante coreografia, a exemplo:

(Solo) Que é que Maria tem?

(Grupo) Tá doente.

Que é que Maria tem?

Tá doente.

Maria não lava roupa.

Tá doente.

Maria não varre a casa.

Tá doente.

Maria não vai pra rua.

Tá doente.

Que é que Maria tem?

Tá doente.<sup>231</sup>

Essa letra canta a lamentação de uma mulher por nome Maria, que, alegando estar doente, não faz os afazeres domésticos, nem tampouco vai à rua. A rua aqui, provavelmente, significa o lazer que Maria, por causa da suposta doença, também não pode

<sup>230</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Samba de Roda do Recôncavo Baiano*, op. cit., p. 130.

<sup>231</sup> Id., *ibid.*, p. 127.

ter. Quando os cantadores cansam de uma letra, rapidamente a cantaria emenda por outra, sempre no mesmo tom, para não perder o compasso, a exemplo:

Ô, vem do mar,  
Do outro lado de lá. Olha eu.  
Cabocolinho, venha cá serear.  
Que coisa bonita eu acho,  
Banana madura no fundo do cacho.  
Céu de amor.  
Céu de amor é céu de amar.  
Da forma que o barco anda, meu mano,  
Como o vento leva.  
Deus me livre de eu andar, mulher,  
Como o barco anda.<sup>232</sup>

Nessa letra, a natureza é ressaltada, ao falar do mar, céu, barco e vento, talvez por estarem diretamente ligados às profissões dos cantores desse Samba de Roda. O Samba de Roda é reconhecido nacionalmente como sendo uma manifestação cultural que reúne passos de coreografia em ritmos poéticos, podendo estar ligados a atividades tanto lúdicas como religiosas e, até mesmo, econômicas. Algumas vezes, perpassando por “[...] uma reza marcada por ritos em que os sinais da religiosidade afro-brasileira mostravam-se tão abertamente”.<sup>233</sup>

Daniela Amoroso, no estudo que fez a respeito da Samba de Roda, atribui a essa manifestação cultural uma fusão que envolve a expressão e a forma, harmonizando quatro elementos: o canto, a música, o espaço e a dança. A autora coloca-os no mesmo patamar de importância, atribuindo-lhes a denominação de “atmosfera festiva”.<sup>234</sup> No Guaibim, essa atmosfera é perceptível na festa de Iemanjá e de São José – já mencionadas –, momentos em que reúne pessoas de diferentes crenças em apresentações de caráter religioso e cultural.

<sup>232</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Samba de Roda do Recôncavo Baiano*, op. cit., p. 129.

<sup>233</sup> JESUS, Elivaldo Souza de. *Gente de promessa, de reza e romaria*, op. cit., p. 116.

<sup>234</sup> AMOROSO, Maria Daniela. *Levanta mulher e corre a roda...*, op. cit., p. 81.

O Samba de Roda do Guaibim é bastante valorizado pelas marisqueiras e catadeiras que compõem o grupo. Segundo elas, é nesses momentos de dança que o corpo relaxa dos trabalhos rotineiros do dia a dia. Em entrevista, D. Dilma relatou:

O samba de roda faz parte da nossa vida. As mulheres do grupo têm zelo pelas roupa e se sente feliz quando está sambando. Aqui no Guaibim só existe esse samba. De vez em quando, somos convidadas para fazer apresentação em festas na cidade e em colégio do município. Uma vez, veio uma repórter de fora para gravar e filmar a gente sambando.<sup>235</sup>

O posicionamento da senhora Dilma em relação ao Samba de Roda deixa explícita a importância desta cultura para as mulheres desse povoado, sinalizando descontração, fuga da rotina, o que pode ser traduzido em momentos de felicidade.



Figura 24 – Foto de Mulheres do Samba de Roda de Guaibim.  
Fonte: Acervo da Secretaria de Turismo Municipal.

Na Figura 24, da esquerda para a direita: Maria, Domingas, Zizi, Emília (tocadora), Dilma (presidente do samba de roda) e Sr. Marielson (tocador). Percebe-se que o verde dos coqueiros contrasta com a areia da praia, num dia ensolarado onde estão mulheres entre cinquenta e setenta anos de idade, todas com suas roupas brancas e azuis, com um pano branco na cabeça, exceto D. Emília. Algumas estão descalças e outras usam uma sandália,

<sup>235</sup> Dilma dos Santos. Entrevista citada.

como complemento, usam colares coloridos. Todas essas mulheres têm um mesmo objetivo: comemorar o dia de Iemanjá.

Por trás dessas mulheres, estão algumas canoas na areia, talvez por seus proprietários estarem participando dos festejos juntamente com outros pescadores, conduzindo alguns barcos que levam pessoas para acompanhar a entrega dos presentes a Iemanjá, em local destinado no mar. Sem contar que, nesse dia, não se sai para a pesca.

As mulheres mais idosas ficam cantando nas areias da praia – como demonstra a Figura 24 – pedindo a Iemanjá que proteja as embarcações e aceite todas as oferendas. Através de um olhar mais apurado, percebe-se que algumas mulheres parecem estar tensas, talvez seja preocupação em relação aos que partiram para o mar, pois bem sabem o perigo que enfrentam. No entanto, as tensões são disfarçadas pelos batuques e cantorias, e, enquanto isso, os participantes do Candomblé ficam cantando na beira da praia, até o retorno dos barcos.

A senhora Dilma<sup>236</sup>, durante a entrevista, demonstrou interesse em prosseguir com esse trabalho, no intuito de “contribuir para que esta cultura não se perca no futuro”. Passando muita emoção, ela conclui a entrevista dizendo: “Quero que meus neto e bisneto e toda essa comunidade do Guaibim continue essa cultura dos nossos antepassado que ajudou a fazer o Brasil”. Esse sentimento foi ratificado por duas marisqueiras que estavam na residência de D. Dilma no momento da entrevista. Daniela salienta:

Pensar o samba de roda enquanto uma festa abre muitos caminhos de compreensão. A festa é o lugar onde os valores e as formas se mantêm e também se renovam. O samba de roda mantém maneiras de se tocar, de se dançar, de se cantar e de se fazer outras ações, como de se alimentar, comportar, etc. No entanto, ele não é estático, pelo contrário, muito se transformou, ganhando novos instrumentos, novas formas de se dançar, recebendo a chancela de Patrimônio Cultural Imaterial.<sup>237</sup>

O Samba de Roda de Guaibim reflete com veemência a maneira como as sambadeiras conduzem a dança nas diferentes coreografias em forma de samba, num renovar constante. Daniela, ao afirmar que “[...] pensar o samba de roda enquanto uma festa abre muitos caminhos de compreensão”, nos remete ao significado de vida e de pausa

<sup>236</sup> Dilma dos Santos. Entrevista citada.

<sup>237</sup> AMOROSO, Daniela Maria. *Levanta mulher e corre a roda...*, op. cit., p.106.

de trabalho vividos pelas mulheres do povoado de Guaibim quando estão sambando, refletindo momentos de lazer experimentados por essas mulheres.

Embora a luta do dia a dia seja desgastante, elas sempre conseguem momentos para se dedicar aos ensaios do Samba de Roda, inovando alguns passos e/ou acrescentando músicas com letras criativas, cujas estrofes são pequenas e repetitivas.. Percebe-se, ao final de algumas exibições, que os espectadores ousam alguns passos sem ritmo, mas na busca de entrosamento com o grupo responsável por aquele espetáculo. A senhora Diva<sup>238</sup> diz se sentir orgulhosa e satisfeita ao ver a vontade das pessoas em participar do samba, seja ensaiando pequenos passos ou simplesmente aplaudindo. Suas palavras elucidam a importância do Samba de Roda para a comunidade de Guaibim.

---

<sup>238</sup> Dilma dos Santos. Entrevista citada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cotidiano e o trabalho das marisqueiras e catadeiras de Valença se constituíram no objeto de análise desta pesquisa. Através da metodologia da história oral, investigamos o dia a dia das marisqueiras e catadeiras marcado pelo movimento das marés, pela coleta e comercialização dos diversos tipos de mariscos nos manguezais valenciano.

O percurso histórico da cidade de Valença, bem como aspectos relativos à sua economia, foram apresentados de modo a possibilitar a composição do espaço sócio-econômico, no qual se insere o território das marisqueiras e catadeiras. Neste sentido, destacamos o Tendo como lugar definido pelas práticas dos pescadores e das mulheres que trabalham com os mariscos. Os povoados de Cajaíba e Guaibim também foram apresentados como locais nos quais as referidas práticas também são encontradas.

O cotidiano das marisqueiras, marcado pelo trabalho no manguezal e pelos desdobramentos do referido trabalho foi investigado. Percebemos que, a obediência aos horários das marés bem como as estratégias de convivências com as colegas de trabalho, além das especificidades no manuseio com os mariscos dentro e fora do seu habitat, compõem um cotidiano no qual habilidades como do manuseio da canoa, filetagem do camarão e catagem do caranguejo são essências para assegurar a sobrevivência das marisqueiras e catadeiras.

Na cidade de Valença, nos trabalhos dentro dos manguezais e no processo de catagem dos mariscos, a mulher se sobrepõe ao homem. A mariscagem e a catagem de mariscos se configuram como atividades de domínio feminino cujos rendimentos, em alguns casos exclusivos, são destinados a garantir a renda familiar, muitas vezes, são as marisqueiras as únicas responsáveis pelo sustento dos filhos. Em momentos de escassez dos mariscos como decorrência de desequilíbrios ambientais, as marisqueiras e catadeiras buscam afazeres complementares, a exemplo dos trabalhos com tratamentos e secagem de pequenos peixes, bem como na confecção de objetos artesanais e em fazendas, neste caso, no trato com algumas especiarias próprias da região.

O perfil dessas trabalhadoras tem sofrido algumas transformações, principalmente no que se refere à continuidade do trabalho de mariscar, uma vez que, antes da década de 80, é percebida uma significativa passagem dos saberes e práticas deste trabalho de

geração para geração. Entretanto, após essa década, o número caiu significativamente, isto devido ao fato de as filhas de marisqueiras e catadeiras partirem para outro ramo de trabalho, seja como auxiliar do lar, garis, merendeiras em colégios públicos, babás, acompanhantes de idosos, faxineiras, vendedoras de roupas e/ou produtos de beleza.

O cotidiano das marisqueiras nos momentos de lazer e devoção também foi objeto desta pesquisa. Destacamos as devoções associadas aos santos (as) e entidades consideradas protetoras dos pescadores e das atividades relacionadas ao trabalho no mar, nas águas. De tal modo indicamos como as trabalhadoras dos manguezais participam das comemorações de São Pedro, Nossa Senhora do Desterro e Iemanjá. Ademais, ganharam destaque as manifestações culturais do Zambiapunga e do Samba de Roda, atividades nas quais as marisqueiras e catadeiras desempenham papel central na manutenção de tais práticas culturais.

A análise do cotidiano dessas mulheres, levou à constatação de uma estreita associação do trabalho às precárias condições de vida de algumas marisqueiras e catadeiras, ao residirem às margens dos manguezais, trazendo-lhes problemas de saúde recorrentes, em face da penúria que grassa na área residencial. Tal situação, deixa essas mulheres e familiares vulneráveis a vários tipos de doenças, sobretudo aquelas relacionadas ao aparelho respiratório.

O trabalho com a oralidade trouxe a possibilidade de cruzar narrativas, ultrapassar limites, envolver pessoas de diferentes gerações, levando à constatação de que essa modalidade possibilita uma maior aproximação com o objeto da pesquisa, fazendo com que as trilhas percorridas pelas recordações das entrevistadas desvendassem diferentes situações.

Ao descortinar histórias de vidas das marisqueiras e catadeiras de Valença, analisando o seu dia a dia dentro e fora dos manguezais, contribuímos para a construção da escrita da história regional e local, partindo da abordagem do cotidiano articulando elementos sociais, econômicos e culturais.

## REFERÊNCIAS

- ADAN, Caio Figueredo Fernandes. *Colonial Comarca dos Ilhéus: soberania e territorialidade na América Portuguesa (1763-1808)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Estado da Bahia, Salvador, 2009.
- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- AMOROSO, Daniela Maria. *Levanta mulher e corre a roda: dança, estética e diversidade no samba de roda de São Félix e Cachoeira*. 2009. (Doutorado em Artes Cênicas)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ANDRADE, Josiane Thethê. *O tabuleiro das vendas: cotidiano de um povo marcado pelas lojas da roça*. 2010. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARAÚJO, Nelson de. O Zambiapunga da região de Valença. In: PEQUENOS MUNDOS: um panorama da cultura popular da Bahia. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1986.v.1.
- BAHIA. Governo do Estado. *Guia de orientações para identificação de casos de LER/DORT em pescadoras artesanais – marisqueiras*. Salvador, 2011.
- BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo/Instituto do Patrimônio Histórico da Bahia (IPAC-BA). *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. Salvador, 1988. v.5: Monumentos e Sítios do Litoral Sul.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOBBIO, Noberto. *O tempo da memória*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA. *Fotos do Acervo do Memorial da Câmara*. Bahia, ano: 1952, 1970, 1980, 1990, 1998 E 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994.
- CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington. *Pescadores da modernagem: cultura, trabalho e memória em Tairu, BA (1960-1990)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

- COUTINHO, Lourival. *MUITO BEM, Sr. Prefeito. Folha da Cidade*, Nova fase, ano 4, n. 54, 31 ago. 1968.
- COUTO, Edilece Souza. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, N. S. da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*. 2004. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, São Paulo, 2004.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DICIONÁRIO Guarani Português. São Paulo: Traço, 1989.
- DICIONÁRIO Tupi Português: com esboço de gramática do Tupi antigo. São Paulo: Traço, 2001.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- DOM PEDRO II. *Diário da viagem ao Norte do Brasil*. Salvador, Progresso, 1959 (Coleção de Estudos Brasileiros. Série Marajoara, n- 24).
- FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Universitária da UFPE, 2008.
- FÁVERI, Marlene de. *Exclusão, cultura e violência em curso*. Artigo publicado na Revista Contrapontos (UNIVALI), Editora da Unvali, Itajai, SC, v. 03, n. n.3, p. 415-424, 2003. p. 417.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: história e pesquisa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC*, São Paulo, EDUC, 1981.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FISCHER, Fernando (Org.). *Baixo Sul: uma Proposta de desenvolvimento territorial*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanistas, 2006.
- GOMES, Margarete Nunes Santos. *Caprichos e trapiches: memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA (1960-1980)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.
- GOMES, Rosana Costa. *A vida no vai e vem das águas: mulheres marisqueiras de Salinas da Margarida: trabalho, cultura e meio ambiente (1960-1990)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2009.
- GRAEML, Karin Sylvia. *A relação entre lugares e não lugares na cidade: um estudo da apropriação do serviço de acesso à Internet nos Faróis do Saber de Curitiba*. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

- GREUEL, Sigolf. *Religião e religiosidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Teologia)-Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2008.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, Mato Grosso: Carlini & Caniato; EDUFMT, 2006.
- GUIMARÃES, Alexandre A. B. *Zambiapunga de Nilo Peçanha: representações no tempo (1940-2002)*. 2003. (Monografia do curso de graduação de licenciatura em história. Universidade do Estado da Bahia - Campus V. Santo Antônio de Jesus-BA, 2003.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- INSTITUTO DE DEFESA, ESTUDO E INTEGRAÇÃO AMBIENTAL (IDEIA). *Fotos do acervo*. Valença, década de 90.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Samba de Roda do Recôncavo baiano*. Brasília-DF, 2006 (Série II).
- JESUS, Elivaldo Souza de. *Gente de promessa, de reza e romaria: experiências devocionais na ruralidade do Recôncavo Sul da Bahia (1940-1980)*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, 2006. Salvador, 2006.
- JESUS, Zenaide Rios de. Trabalho e pobreza nas serras auríferas do sertão baiano (1930-1940). *Revista Mundo do Trabalho*, v.1, n.1, jan./jun. 2009.
- JORNAL TRIBUNA LITORÂNEA: Valença, ano 2, n.19, 15 nov. 1977.
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia Século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.
- MOUTINHO, Augusto César. *A sombra da guerra*. Salvador: Quarteto, 2005.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho de. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: UNEB, 2002.
- OLIVEIRA, Edla Maria Barreto Santos. *O turismo no Guaibim, Valença-BA: dinâmica econômica e condições de desenvolvimento sócio-espacial*. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional)-Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2008.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1985.

- PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias(os) têxtil em Valença-Bahia*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista História*, São Paulo, n. 15, abr. 1997.
- PRIORE, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In CARDOSO, Ciro Flamarión, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA: São Paulo: ANPUH, v. 27, n. 54, jul./dez. 2007.
- RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi: Região. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986.
- ROSÁRIO, Jeruza Jesus do. *Marisqueiras e pescadoras: o cotidiano na reserva extrativista Baía do Iguape-Bahia*. 2009. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional)-Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2009.
- SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SANTANA, Charles D'Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações. Bahia: 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SANTOS, Daniel Francisco dos; ALMEIDA Juliana de; ANDRADE, Fabiane da Silva. Trabalho, cultura, identidade: os artesãos da construção naval do Baixo Sul da Bahia. *Revista Coleção Idéias*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Universidade do Estado da Bahia/ Departamento de Ciências Humanas, Campus V, v. 1, n. 1, p.00-00, jun./dez. 2003.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.
- SCOTT, Mainwaring. *Igreja Católica e política no Brasil (1919-1985)*. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Pietro. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SILVA, Elizabete Rodrigues. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. 2001. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- SIQUEIRA, Paula. *Zambiapunga: cultura e política no Baixo Sul da Bahia*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- SERRA, Ordep José Trindade. *Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, jul./dez. 2007. p. 289.

- SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano. *Na palma da mão*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano. *Orixás, santos e festas: encontros e desencontros do sincretismo afro-católico na cidade de Salvador*. Salvador: EDUNEB, 2003.
- SOUZA, Telma Mirian Moreira de. *Entre a cruz e o trabalho: exploração da mão-de-obra indígena no sul da Bahia (1845-1875)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON. Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questão sobre a relação entre História Oral e as Memórias. *Projeto História: Ética e História Oral*. São Paulo, PUC, n.15, 1997.
- TUAN, Yi-Fu. *Topologia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.
- VALENÇA. Conselho de Desenvolvimento Municipal Ambiental (CODEMA). *Fotos do acervo*. Bahia, década de 90.
- VALENÇA. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor Urbano*. Bahia, 2011.
- VAMOS conhecer o manguezal: cartilha de educação ambiental. *Caderno de Educação Ambiental*, Valença, IDEIA, 2004.
- VIEIRA, Márcio Ronaldo Rodrigues. *Memórias das mulheres operárias da Companhia Valença Industrial (CVI)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional)-Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*, Santo Antônio de Jesus, Bahia, 2010.

## ENTREVISTAS

Ana Araújo, catadeira, residente no bairro do Tento. Entrevista em 15 de agosto de 2010. Duração: 30 minutos.

Ana Carla dos Santos, 32 anos, marisqueira e catadeira, residente no bairro do Mangue Seco. Entrevista em 28 de março de 2011. Duração: 45 minutos.

Araken Vaz Galvão, escritor, residente em Valença. Entrevista em abril de 2011. Duração 60 minutos.

Artur Guimarães Silva, 93 anos, aposentado, residente na Vila Operária. Entrevista em 18 de novembro de 2010. Duração: 30 minutos.

Augusta de Jesus Pinto, marisqueira, 41 anos, residente no bairro da Bolívia. Entrevista em 13 de abril de 2010. Duração: 30 minutos.

Aurora Silva da Conceição, 68 anos, marisqueira, aposentada, residente no bairro do Tento. Entrevista em 16 de agosto de 2010. Duração: 40 minutos.

Bernardino de Jesus Souza, 70 anos, pescador, aposentado, residente, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em março de 2010. Duração: 30 minutos.

Carmem Xavier, 47 anos, catadeira, residente no bairro do Tento. Entrevista em 3 de junho de 2010. Duração: 25 minutos.

Dark Oliveira Filho, médico, especialista em saúde ocupacional. Entrevista em 20 de outubro de 2010. Duração: 30 minutos.

Dilma dos Santos, marisqueira aposentada, residente no povoado de Guaibim. Entrevistada em 10 de maio de 2010. Duração: 40 minutos.

Diva da Conceição, 62 anos, residente no bairro Brasília. Entrevista em 15 de setembro de 2010. Duração: 30 minutos.

Dolores Maria Oliveira Brazão dos Santos, professora, aposentada. Entrevista em 07/03/2011. Duração: 45 minutos.

Elza Barbosa dos Santos, 65 anos, marisqueira aposentada, residente no bairro do Tento. Entrevista em 5 de março de 2010. Duração: 30 minutos.

Ester da Conceição, 56 anos, marisqueira e catadeira, residente no povoado de Cajaíba. Entrevista em 3 de dezembro de 2010. Duração: 50 minutos.

Gertrudes de Jesus, 53 anos, marisqueira e catadeira, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em 4 de outubro de 2010. Duração: 60 minutos.

Jacira Santos Raimundo, 56 anos, marisqueira, pescadora, aposentada, residente na Avenida Beira Mar. Entrevista em 20 de maio de 2011. Duração: 60 minutos.

Jeová Porto de Avelar, residente no bairro do Tento. Entrevista em 2 de março de 2011. Duração: 35 minutos.

Joana Venância dos Santos 76, marisqueira, aposentada, residente no Bairro do Jacaré. Entrevista em julho de 2010. Duração: 30 minutos.

Judite Santana, 67 anos, marisqueira e catadeira, aposentada, residente no bairro Mangue Seco. Entrevista em 7 de agosto de 2010. Duração: 30 minutos.

Lindauro Ramos Coelho, marisqueira e catadeira, residente no bairro do Tento. Entrevista em 15 de agosto de 2010. Duração: 30 minutos.

Lúcia Maria dos Santos, 42 anos, catadeira, residente no bairro do Tento. Entrevista em 3 de setembro de 2010. Duração: 25 minutos.

Manuel Santos Leite, 96 anos, aposentado, residente no bairro São Félix. Entrevista em 6 de dezembro de 2010. Duração: 40 minutos.

Maria Antonia dos Santos, 35 anos, marisqueira e catadeira, residente no Bairro da Bolívia. Entrevista em 17 de novembro de 2009. Duração: 60 minutos.

Maria Balbina dos Santos, “Mãe de Santo”, residente no povoado de Cajaíba. Entrevista em 7 de dezembro de 2010. Duração: 65 minutos.

Maria Célia dos Santos, 47 anos, marisqueira, residente no Alto do São Roque. Entrevista em 10 de agosto de 2009. Duração: 35 minutos.

Maria da Luz “Mariinha”, 55 anos, catadeira, feirante. Entrevista em 20 de novembro de 2009. Duração: 30 minutos.

Maria das Graças Silva Santos, conhecida por “Graça”, 55 anos, marisqueira e catadeira, estudante do ensino médio, residente no povoado de Cajaíba. Entrevista em setembro de 2010, dezembro de 2010 e janeiro de 2011. Duração: 50, 60 e 35 minutos, respectivamente.

Maria Edelzuita dos Santos, 63 anos, marisqueira, aposentada, residente no bairro do Tento. Entrevista em 20 de novembro de 2009. Duração: 50 minutos.

Maria Rosa de Jesus Silva, 55 anos, marisqueira e catadeira, residente no povoado do Guaibim. Entrevista em 15 de agosto de 2010. Duração: 35 minutos.

Maria Rumana da Conceição, 93 anos, marisqueira pensionista, residente no Alto do São Roque. Entrevista em 7 de outubro de 2010 e em 3 de dezembro de 2010. Duração: 1 hora e 30 minutos e 25 minutos, respectivamente.

Marli, conhecida por “Paixão”, 28 anos, marisqueira, catadeira, residente no Povoado de Cajaíba. Entrevista em 30 de março de 2011. Duração: 45 minutos.

Neusa Antônia Santos, 59 anos, marisqueira, aposentada, residente no povoado de Guaibim. Entrevista em 10 de maio de 2010. Duração: 30 minutos.

Nilzete Santos, marisqueira, 40 anos, residente no povoado de Cajaíba. Entrevista em 30 de setembro de 2010. Duração: 60 minutos.

Regina Célia Santos, marisqueira e catadeira, 47 anos, residente no Bairro do Jacaré. Entrevista em 11 de maio de 2010. Duração: 45 minutos.

Rute Alves dos Santos, 45 anos, marisqueira, residente no bairro do Jacaré. Entrevista em maio de 2010. Duração: 35 minutos.

Valter Assis Santana, 83 anos, mestre de construção naval, aposentado, residente no bairro do Tento. Entrevista em 10 de dezembro de 2010 e em 15 de janeiro de 2011. Duração: 60 e 40 minutos, respectivamente.